

ARIANE COMINETI

REPÓRTER 104:

a apresentação da informação noticiosa na emissora educativa de Mato Grosso do Sul

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE
2015**

ARIANE COMINETI

REPÓRTER 104:

a apresentação da informação noticiosa na emissora educativa de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação,
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Professora Dra. Daniela Cristiane Ota.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE
2015

ARIANE COMINETI

REPÓRTER 104:

a apresentação da informação noticiosa na emissora educativa de Mato Grosso do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação,
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Campo Grande, MS, ____ de ____ de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

_____/____/____
Prof^a. Dra. Daniela Cristiane Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

_____/____/____
Prof. Dr. Mario Luiz Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

_____/____/____
Prof^a. Dra. Sonia Virginia Moreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

AGRADECIMENTOS

A Deus e Maria pela força, coragem e pelas condições de cursar um mestrado.

À minha orientadora professora Daniela Ota pela paciência e direcionamento.

À minha família: Márcia Gonzaga Rocha, Ágatha Comineti, Bruno Desidério, Mariângela Domingues, Lincoln Saito, Matheus Saito e Daniel Rocha, por me incentivarem sempre a buscar o conhecimento e assim me tornar uma profissional mais preparada, também por entenderem e apoiarem as ausências e correria do dia a dia.

Aos meus amigos da faculdade e da igreja, por me ajudarem e oferecerem apoio sempre.

A todos os entrevistados e em especial ao professor Clayton Sales, pela disponibilidade e simpatia com que me receberam e atenderam minhas solicitações.

Aos meus colegas de trabalho pela torcida e incentivo.

Aos meus colegas e professores do mestrado, pelo conhecimento e discussões enriquecedores.

E especialmente ao meu marido, amor da minha vida, Vinicius Domingues Saito, por todo o apoio, companheirismo, compreensão, amor e dedicação.

RESUMO

A 104 FM Rádio MS é a única emissora de Campo Grande que é pública e educativa e que atua em frequência modulada até o momento. Enquanto tal a emissora deve estar aberta à participação da população e primar pela promoção da cidadania por meio da cultura e da informação de seu público. Uma vez que a rádio é gerida por uma fundação do governo do estado e que por isso apresenta um histórico de mudanças atreladas à troca de governantes, optamos por verificar por meio da análise de conteúdo, como ela apresenta a informação noticiosa para a população por intermédio de seu radiojornal e se existem, neste processo de informar, indícios de influência política. A pesquisa revelou uma forte tendência da emissora à divulgação de informação governamental, permitida por uma estrutura administrativa que concentra o poder de decisão nas mãos de poucos, em detrimento da participação popular. Mostrou ainda que a influência política não é incomum num cenário nacional repleto de emaranhados conceituais e legislativos referentes às emissoras educativas e públicas.

Palavras-Chave: Análise de Conteúdo. Radiodifusão Educativa. 104 FM Rádio MS. Repórter 104.

ABSTRACT

The 104 FM Radio MS is the only station in Campo Grande that is public and educational and which operates in frequency modulation so far. As such, the station must be open to the participation of the population and strive for promoting citizenship through culture and information to your audience. Once the radio is managed by a state government foundation and therefore has a history of changes linked to the exchange of rulers, we decided to see through content analysis, how it presents the news information through its radiojournalism to the population and if there is, in this process of informing, evidence of political influence. The research revealed a strong trend of the station on disclosure of government information allowed by an administrative structure that concentrates decision-making power in the hands of a few, at the expense of popular participation. It also showed that political influence is not unusual in a national landscape full of conceptual and legal tangles related to educational and public broadcasters.

Key-Words: Content Analysis. Educational Broadcasting. 104 FM Rádio MS. Repórter 104.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características da radiodifusão estatal e educativa	23
Tabela 2 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade no Brasil 2015	45
Tabela 3 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade e região no Brasil 2015.....	46
Tabela 4 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade no Mato Grosso do Sul 2015.....	57
Tabela 5 - Diretores-presidentes a partir da criação da rádio e gerentes da 104	74
Tabela 6 - Vinhetas temáticas do Repórter 104.....	98
Tabela 7 - Repórter 104 dividido em semanas	100
Tabela 8 - Resumo do material coletado	102
Tabela 9 - Utilidade pública	106
Tabela 10 - Gravação.....	106
Tabela 11 - Notícias.....	108
Tabela 12 - Estadual	109
Tabela 13 - Política.....	111
Tabela 14 - Repetições	112
Tabela 15 - Repetição de palavras relacionadas ao governo	115

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO BRASIL.....	19
2.1 GÊNESE, DEFINIÇÕES E DESENVOLVIMENTO	19
2.2 ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICA NAS EMISSORAS.....	37
2.3 EDUCATIVAS E A VOCAÇÃO REGIONAL	45
3. O CENÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE E A 104 FM	53
3.1 RADIODIFUSÃO NO ESTADO.....	53
3.2 EDUCATIVAS EM FREQUÊNCIA MODULADA	57
3.3 104 FM RÁDIO MS	61
3.3.1 Criação e primeiros anos.....	62
3.3.2 Governos e governos.....	66
3.3.3 Perfil dos gestores.....	72
3.3.4 Jornalismo na emissora e Repórter 104	80
4. METODOLOGIA, ANÁLISE E RESULTADOS	86
4.1 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	86
4.1.1 Estudo de caso.....	86
4.1.2 Análise de Conteúdo.....	87
4.2 PROCEDIMENTOS PRIMÁRIOS E FERRAMENTAS PARA ANÁLISE	89
4.3 ANÁLISE E RESULTADOS DO REPÓRTER 104.....	97
4.3.1 Macroanálise.....	98
4.3.2 Microanálise.....	106
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
7. APÊNDICE	135

1. INTRODUÇÃO

Do início das transmissões em 1923 até os dias atuais a educação e a política estão emaranhadas na história do rádio no Brasil, influenciando a produção e a emissão de conteúdos e caracterizando o meio.

Ainda que no País as primeiras emissões oficiais tenham sido um discurso político¹ e programas de cunho educativo como cursos e palestras, a modalidade propriamente dita “educativa” só veio a ser assim denominada, oficialmente, tempos depois, quando a comercialização do rádio e o grande desenvolvimento deste fez com que fosse necessário diferenciar as atribuições de cada modalidade. Zuculoto (2010) acredita que, de maneira não oficial, a regulamentação da publicidade no rádio, feita pelo Decreto número 21.111, do Presidente Getúlio Vargas, em 1932, acabou provocando o advento do sistema governamental/público, do qual o rádio educativo faz parte, com a doação, em 1936, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Governo Federal. Já Lopes (2011) defende que alterações significativas feitas por meio do Decreto-Lei 236 no Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1967, é que trouxeram, oficialmente, a criação da modalidade educativa de televisão e de rádio.

Moreira S. (2002, p.15) identifica seis tipos distintos de uso do rádio brasileiro, “variando entre o comercial (a grande maioria), o educativo, o cultural (ambos minoria), o comunitário, o religioso e o político”. A pesquisadora, assim como outros estudiosos da área, deixa bem clara a separação entre os usos para fins educativos dos para fins políticos, exatamente porque foram minimamente definidas na legislação finalidades específicas para o uso educativo.

A radiodifusão educativa tem como objetivo apresentar uma programação exclusivamente educativa e cultural e que atue em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade.

Art. 1º Por programas educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

¹ A primeira transmissão oficial de rádio no Brasil aconteceu no dia 7 de setembro de 1922, em comemoração ao centenário da Proclamação da Independência. O discurso do então presidente Epitácio Pessoa, na Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, foi transmitido para Niterói (RJ), Petrópolis (RJ) e São Paulo (SP).

Art. 2º Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação (BRASIL, Portaria, 1999).

Moreira S. (2002) já sinalizava no final da década de 90 uma grande adesão ao rádio como uma das mídias mais presentes na vida cotidiana, chegando a ser considerado por muitos, parte do próprio mobiliário. A pesquisadora estimava que existissem aparelhos em 98% dos lares brasileiros. Atualmente, a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz uma porcentagem um pouco menor. Os dados referentes a 2013 e divulgados no final de 2014 indicam que, dos domicílios particulares permanentes, tanto da área urbana quanto da rural, 49,329 mil possuem aparelhos e 15,772 mil não. As porcentagens são respectivamente 75,8% para os possuidores e 24,2 %para os desprovidos.

Ainda que em decréscimo (2,3 milhões a menos se compararmos os dados de 2012 e 2013), é pertinente afirmar que os números ainda reforçam “a ideia de que o rádio, assim como a TV, ajuda a compor uma malha imprescindível à comunicação de massa e à mobilidade cultural, na qual os meios eletrônicos exercem uma dimensão que transcende as suas territorialidades” (MOREIRA, S., 2002, p. 28). E é preciso considerar também a existência de captadores de sinal de rádio nos aparelhos celulares e sua emissão via internet, hoje também presente nos *smartphones* em todo o mundo, que resulta na inegável ampliação da portabilidade do rádio e também de seu alcance, devido à crescente utilização dos aparelhos de telefonia. Emissoras antes limitadas a determinadas regiões, demarcadas muitas vezes por obstáculos físicos (no caso das rádios em amplitude modulada) ou pelo alcance das transmissões (no caso das rádios em frequência modulada), podem ser ouvidas em qualquer lugar do mundo e a qualquer hora, se assim o quiserem seus produtores, basta que a rádio seja inserida na internet². Logo, se forem considerados os celulares não há erro em se afirmar que a presença do rádio está, na realidade, bem mais próxima de 100% dos lares.

Zuculoto (2005) acredita que este contexto de inovações e de relativa democratização do acesso faz com que cada dia mais seja ressaltado o caráter social do veículo.

O rádio, mesmo centenário, sob o impacto das novas tecnologias, adquire novos recursos que reforçam suas características tão adequadas a uma comunicação cada vez mais de massa. Portanto, tem também reforçado seu

² A radiodifusão online não prescinde de outorga do Ministério das Comunicações ou Agência Nacional de Telecomunicações e não há legislação específica. As rádios online devem seguir o estabelecido na legislação referente à internet, especialmente na [Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

potencial de uso social. Torna-se ainda mais afeito a produzir uma comunicação realmente de interesse público [...] (ZUCULOTO, 2005, p. 57)

As Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil, desenvolvidas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação reforçam que não importa a natureza do veículo:

Sejam estes submetidos a formas privadas, estatais ou mistas, os meios de comunicação sempre cumprem funções que são objeto de interesse público. E o controle público deve ser um fator de configuração desta natureza pública. Trata-se de um impulso que, se bem sucedido, poderá ser vertebrador do desenvolvimento consciente da cultura nacional e de uma nova esfera pública. (FNDC, 1994).

Embora seja consenso que, independente da natureza da emissora, a missão da radiodifusão é o intercâmbio, é a informação e o interesse público, no Brasil essa responsabilidade é mais cobrada das emissoras educativas e públicas, com determinações estabelecidas por leis. Para Zuculoto (2004, p.9) as emissoras de caráter educativo ou público deveriam ser um exemplo a ser seguido pelos veículos comerciais, ou seja, teriam de apresentar um diferencial relativo à “lógica capitalista e antidemocratizante que impera na comunicação”, e de constituir um contraponto e demonstrar ou pelo menos provocar reflexões sobre se outra comunicação é possível.

São diversos os pesquisadores de rádio que defendem uma rádio educativa e/ou pública com informações mais “lapidadas”, aprofundadas e mesmo apresentadas de maneira diferenciada.

Como afirma Mario Kaplún (1978), o uso de técnicas criativas é condição essencial da comunicação radiofônica educativa - um contraponto à fugacidade da mensagem do rádio. Esses formatos e gêneros de programas de rádio também devem valorizar, sempre que possível, as ideias propositivas. Fugir da pauta que todos os veículos comerciais veiculam todos os dias. Um rádio que se pretende educativo tem o dever de estar atento a não reproduzir e a não repetir as informações. Deve buscar ser produtor da informação, valorizando ações, iniciativas e sujeitos que constroem possibilidades (HEITZMANN; BESPALHOK, 2005, p. 8).

Para Sérgio Mattos (2003), pesquisador e ex-diretor geral do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – um dos pioneiros do País na educação radiofônica voltada à formação de professores – é papel das rádios educativas o fornecimento de informações que contribuam para a cidadania, o conhecimento das leis, dos direitos e deveres e dos locais onde obter assistências previdenciária, judiciária e hospitalar. Blois (2003, p.45) acredita que a independência editorial deve nortear o caráter das rádios educativas, que mesmo com a vinculação das emissoras a órgãos nacionais, locais ou privados, a emissora deve manter uma

posição ética e isenta, “compromissada com a informação e a formação do público ouvinte, com a construção cotidiana da cidadania de quem a escolhe como meio de comunicação e de informação, de elo com a comunidade próxima ou distante”.

No Brasil, o Ministério das Comunicações contabiliza grande disparidade em relação às rádios comerciais, comunitárias e educativas. Enquanto estão registradas 4.587 comerciais e 4.641 comunitárias, o número de emissoras educativas junto ao Ministério é de apenas 543. A distribuição pelos estados também traz diferenças, tendo Mato Grosso do Sul apenas 12 entre educativas e consignadas pela União em Frequência Modulada (FM). Atualmente, estão em funcionamento em Campo Grande a FM UCDB, a Uniderp FM e a 104 FM Rádio MS e em implantação a rádio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Caracterizando brevemente as emissoras podemos observar que duas delas, a UCDB e a Uniderp, estão ligadas a instituições privadas de ensino superior o que permite sua classificação também como universitárias. Já a rádio da UFMS, que também estará nessa modalidade, será ligada a uma instituição pública. Além de desenvolver uma programação alternativa e formatos experimentais, a modalidade universitária agrega à rádio a função pedagógica, com a participação dos alunos e professores na produção de conteúdo e na formatação da grade.

Assim, diferenciando-se das outras três emissoras educativas em FM, a 104 FM Rádio MS não é universitária e sim mantida por uma fundação ligada diretamente à Secretaria de Estado de Governo, a Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul (Fertel). Isto chama a atenção para o fato e a rádio ser até o momento a única educativa em frequência modulada em Campo Grande que é também pública, ou seja, ela tem atuado sozinha na radiodifusão pública educativa em FM na cidade há mais de 20 anos.

Suas atividades tiveram início em 20 de dezembro de 1994, data que, de acordo com informações de alguns livros e artigos, marcou o décimo ano após a concessão do canal ao então recém-criado estado de Mato Grosso do Sul. A publicação do contrato/convênio junto ao Ministério das Comunicações, disponível no Sistema de Controle de Radiodifusão, porém, data de dezesseis de agosto de 1988 e seu último licenciamento, data de primeiro de janeiro de 1994. Controvérsias à parte, a 104 FM Rádio MS formou a radiodifusão oficial do Estado de Mato Grosso do Sul juntamente com a emissora de TV.

Ao longo de 20 anos de existência e de cinco governantes diferentes, a 104 FM Rádio MS só não mudou de endereço. Situada na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n,

Parque dos Poderes, Campo Grande, a emissora ganhou desde a sua inauguração novos equipamentos, novos funcionários, mudou de direção, de nome e principalmente de programação. Mudanças ocorreram também na administradora das emissoras, que primeiro foi Empresa de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul (Ertel), virou Fundação de Rádio e Televisão Educativa de MS (Fertel) e em 2001 incorporou o termo “Jornalista Luiz Chagas”, em homenagem póstuma a um funcionário.

Diante da constatação de que o dever das emissoras educativas é promover a cidadania e que isso pode ser feito por meio da informação, diante do fato de a 104 FM Rádio MS ser a única emissora educativa em frequência modulada que é pública e que está atuando no momento e diante de tanta inconstância verificada em sua história e caracterização, algumas questões se fizeram pertinentes sobre as transmissões da 104 FM Rádio MS. De que maneira a emissora educativa e pública apresenta a informação à sociedade por meio de seu radiojornal? Por ser ela gerida por uma fundação do governo do estado, existe algum tipo de influência política na produção/emissão desse conteúdo? Se sim, de que maneira isso fica implícito ou explícito e que significado traz para a caracterização da emissora?

No intuito de responder às questões buscou-se por meio da análise de conteúdo do programa jornalístico Repórter 104 verificar a maneira como a informação é produzida, organizada e emitida diariamente. Para compor o panorama da produção na rádio buscou-se também traçar o perfil dos profissionais que tiveram e têm papel decisivo na definição do que vai ao ar pela emissora, os gerentes da rádio e diretores-presidentes da fundação gestora.

O formato radiojornalístico é o mais adequado para a análise por ser elemento-chave no relacionamento com o público, por incorporar, com a prática jornalística a imparcialidade como meta, por poder transparecer, de forma mais clara, a possível influência política.

Mattos (2003) cita a importância da informação imparcial ao defender o radiojornalismo como programação destaque das rádios educativas. Meditsch (2007) chama a atenção para o radiojornalismo e a radiodifusão ao lembrar que sua distinção da imprensa é a condição do “ao vivo”, cuja percepção provoca um forte efeito de realidade junto ao público e, por meio dele, também a empatia.

[...] a poderosa magia do rádio informativo, como tantos outros recursos da civilização, aparece hoje como um experimento que está sendo muitas vezes subutilizado pela sociedade. O estudo de sua especificidade pode subsidiar uma discussão mais realista e mais produtiva sobre seu uso social (MEDITSCH, 2007, p. 282).

Assim, conhecer o teor do noticiário da 104 FM Rádio MS poderá trazer contribuições à reflexão sobre a emissão de conteúdos do veículo, sobre as rotinas produtivas e a política

institucional da rádio, sobre a organização e gestão da emissora, sobre os usos e funções atribuídos ao canal pelo governo e pela população e sobre seu real desempenho enquanto veículo educativo e público. Em perspectiva mais ampla, poderá fomentar também a discussão sobre as concessões no Brasil e a democratização da mídia, em um momento em que se busca unificar as emissoras públicas por meio de uma empresa pública.

Mesmo o rádio sendo uma das mais antigas mídias de massa, ele ainda carece de estudos científicos “que deem conta de refletir e traçar criticamente sua trajetória histórica num panorama nacional. Bem como necessita de pesquisas sobre os fatores que envolvem seus usos, modos de produção, programações e efeitos” (ZUCULOTO, 2010, p. 31). Não basta que o veículo seja de natureza pública, é preciso que conheça e atenda as necessidades da sua audiência para que esta se situe em sua realidade social e exerça a cidadania e o protagonismo no desenvolvimento.

A partir das considerações sobre radiodifusão educativa e pública e da seleção do jornalismo diário da 104 FM Rádio MS como objeto da pesquisa, o trabalho foi desenvolvido da seguinte maneira: primeiro buscou-se o referencial documental da rádio junto aos órgãos nacionais e estaduais e outras publicações referentes à emissora como livros, trabalhos de conclusão de curso e *websites*. Depois se fez necessário, diante da relativa escassez de informações, buscar também na memória dos funcionários e ex-funcionários da fundação, lembranças que pudessem ajudar na composição de um pequeno histórico da rádio. Foram entrevistados a então presidente da fundação, Mariângela Yule, o gerente da rádio, Fábio Aquino, alguns dos ex-gerentes e ex-presidentes: Rodrigo Maia, Maciel Dias, Lizoel Costa, João Messias, Hélio de Lima, Gilson Espíndola, Celito Espíndola, Cadu Bortolot, Bosco Martins e Américo Calheiros, e um dos funcionários mais antigos da emissora e apresentador do Repórter 104, o jornalista Clayton Sales.

Uma vez que o Repórter 104 ia ao ar de segunda a sexta-feira, das 7h às 8h, a seleção para a coleta de uma amostragem representativa se deu no período de 19 de maio a 27 de junho, totalizando 30 programas. As datas antecederam os períodos de proibição de veiculação de propaganda partidária gratuita e de permissão da mesma, o que poderia vir a comprometer a integridade da programação verificada.

De acordo com o calendário fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2014, o dia 1º de julho marcou:

- Data a partir da qual não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista na Lei nº 9.096/95, nem será permitido nenhum tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão (Lei nº 9.504/97, art. 36, § 2º).

- Data a partir da qual é vedado às emissoras de rádio e de televisão, em programação normal e em noticiário (Lei nº 9.504/97, art. 45, I, III, IV, V e VI):
 - a. transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou de qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;
 - b. veicular propaganda política;
 - c. dar tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;
 - d. veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;
 - e. divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com a variação nominal por ele adotada.
- (BRASIL, TSE, 2014)

Ainda segundo o calendário do TSE, o dia 6 de julho marcou a data a partir da qual seria permitida a propaganda eleitoral e a partir de 8 de julho os Tribunais Eleitorais deveriam convocar os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e rádio para elaborarem o plano de mídia para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tinham direito.

As gravações dos programas foram feitas com um gravador digital Panasonic RR-US300 a partir da emissão por um aparelho de som Mega Star MP-49. Os arquivos foram registrados em formato Mp3. Os programas foram gravados na íntegra, incluindo os intervalos resultando em arquivos de aproximadamente uma hora cada. Isto permitiu um total de 30 horas de material para transcrição e análise.

O método considerado mais adequado para os objetivos propostos foi o Estudo de Caso com ênfase na Análise de Conteúdo (AC). Isso porque o estudo permite uma maior profundidade na investigação dos fenômenos da vida real por meio da exploração intensa de um único caso. Sua força exclusiva reside em “...sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações...” (YIN, 2001, p.32). Logo, a metodologia abarcou a análise documental e a coleta de depoimentos, elementos que junto à AC permitiram a criação de um panorama rico para o trabalho.

A Análise de Conteúdo é comumente utilizada para ir além dos significados aparentes, da leitura simples e por isso permite uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto, com o intuito de proporcionar “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1979, p. 44).

De maneira geral, pode dizer-se que a sutileza dos métodos de Análise de Conteúdo corresponde aos seguintes objetivos:

- A superação da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido, podendo esta “visão” muito pessoal ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- E o enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de Mecanismos de que *a priori* não possuímos a compreensão. (BARDIN, 1979, p. 35)

Para Temer *in* Barbosa e Morais (2011, p. 413), a AC é uma busca por dados objetivos, “considerando que a quantidade é uma qualidade relevante para se compreender o conjunto dos dados investigáveis”. Caregnato e Mutti (2006) elucidam que nesta metodologia o texto é considerado um meio de expressão do sujeito, a partir do qual é possível localizar e categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem e inferir uma expressão que as representem. Conforme Bardin (1979), o conhecimento que se adquire desta técnica é de variáveis de ordem histórica, psicológica e sociológica.

“O ponto central do método é a qualidade da definição dos conceitos, categorias, tipos, gêneros ou formatos, ou qualquer outra denominação adotada para qualificar, selecionar e mensurar o conteúdo da comunicação” (TEMER *in* BARBOSA e MORAIS, 2011, p.413), por isso, parte importante do trabalho foi desenvolver os conceitos e categorias a serem verificados nos programas analisados, uma vez que foi preciso definir e especificar os termos a serem observados. Krippendorff (1990) observou que os pesquisadores que usam a Análise de Conteúdo e buscam a superação da ênfase dada ao aspecto quantitativo do método têm obtido bons resultados indo além de respostas descritivas.

Para além da análise quantitativa, a pesquisa sobre a 104 FM Rádio MS objetivou compreender qualitativamente o conteúdo emitido por meio do radiojornal Repórter 104, considerando sua inserção no contexto sociopolítico e econômico do estado e do município.

Haussen (2004) acredita que a característica principal do rádio continua sendo a proximidade com a comunidade local, por isso defende que o veículo tem de ser estudado em seu contexto.

Se a televisão aberta tomou para si o papel que a Rádio Nacional desempenhava, se a globalização e a tecnologia trazem cada vez mais as informações mundiais, cabe justamente ao rádio, devido às suas características inerentes, promover as informações locais. (HAUSSEN, 2004, p. 8)

Comassetto (2005, p.6) compartilha desta ideia de que especialmente o rádio tem potencial de atuação no meio local e destaca suas características como a fácil identificação com o público, sua acessibilidade e a experiência adquirida de uma relação já histórica com o local, ao afirmar que o veículo deve “estreitar os laços com a comunidade em que está inserido, acentuando o trabalho jornalístico realizado nesses lugares, retratando prioritariamente as temáticas de seu entorno [...]”. Ainda segundo Comassetto (2005), ao rádio impõe-se o desafio de mostrar-se hábil e criativo para sobreviver e mesmo sobressair dentro da nova realidade globalizada.

Blois (2003, p.12) atribui especificamente às educativas a necessidade de se atentar ao que chama de “imposição massiva da mundialização” de uma cultura desterritorializada e sem ideologia.

Às Educativas, através da programação que oferecem e da interatividade que mantêm com o seu público, cabe um papel fundamental no respeito à diversidade cultural e na identidade local nesses tempos de globalização, que, mais do que da Economia, da Comunicação e da Informação, é do imaginário, na medida em que o usuário dos sistemas de informações deixa de ter como referência uma realidade existente. Sem perder a visão de mundo, que as programações das Rádios Educativas sejam construídas com as raízes de uma comunidade - a de cada uma - que tem história, valores, cultura e, mais do que tudo, identidade que se espera preservada. (BLOIS, 2003, p. 12).

A bibliografia referente aos estudos da mídia radiofônica é ampla com publicações interessantes que em muito colaboraram para esta dissertação. Conforme explicitado no início do trabalho, o emaranhado entre a história do rádio, as influências políticas e suas características educacionais faz com que as publicações também tragam estudos e informações que ao mesmo tempo se referem às três áreas.

Sônia Virgínia Moreira, uma das principais pesquisadoras em rádio, cobre boa parte dos diversos aspectos do veículo como a história e desenvolvimento do meio no País (1991 e 1988) e suas relações com a política (1998). Moreira S. (2002) realizou também um estudo comparado no qual apresenta o desenvolvimento das leis referentes à radiodifusão nos Estados Unidos e no Brasil mostrando como as decisões tomadas ao longo do tempo hoje caracterizam e distinguem o veículo em cada nação. A obra evidencia ainda a falta de estudos na área da legislação no Brasil e a importância dos mesmos em um país onde há desigualdades no acesso aos meios que por sua vez são públicos por natureza.

Juntamente com a tese de doutorado de Valci Zuculoto (2010) e o documento de Cristiano Aguiar Lopes (2011), o livro de Moreira trouxe contribuições importantes para o breve histórico do rádio educativo no Brasil, apresentado no primeiro capítulo. Moreira S.

(2012), Zuculoto (2004) e Blois (2003) produziram ainda outros trabalhos dos quais foi possível extrair conhecimentos relacionados à política no rádio e à regionalização e promoção da cidadania por meio do mesmo.

Ainda em referência à regionalização e aspectos geográficos da mídia, bem como suas relações intrinsecamente presentes com a política e a educação, buscamos conceitos apresentados por Doris Fagundes Haussen (2004), Nélia del Bianco (2012, 2001 e 1999), Cicilia Peruzzo (2003), Leandro Comassetto (2005), Anamaria Fadul e Edgard Rebouças (2005) e Eduardo Meditsch (2005 e 1997).

Estas e outras obras auxiliaram também na análise qualitativa do conteúdo, uma vez que os pesquisadores têm opiniões críticas e relevantes sobre a situação atual do rádio, sobre como seria o meio se fossem respeitadas as confusas leis e sobre as perspectivas para o veículo em meio à globalização, midiaticização e digitalização.

Para o embasamento do pensamento analítico foram utilizadas também a legislação brasileira e documentos elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Serviço público de radiodifusão – um estudo de direito comparado, de 2011, e os Indicadores de qualidade nas emissoras públicas, de 2012, que trouxeram luz à discussão sobre o serviço público de radiodifusão.

No que diz respeito à 104 FM Rádio MS, a bibliografia encontrada pode ser considerada exígua. Em âmbito nacional, a rádio é mencionada por Mário Luiz Fernandes na obra de Nair Prata (2011). A publicação traz um resumo sucinto do histórico e breves considerações sobre o desenvolvimento de sua programação e gestão. Em âmbito regional encontramos apoio no trabalho de conclusão de curso de Andiará Dyani Schweich, Athena Stoeltzlen Kefalinos, Camilla De Mendonça Acosta e Cristiane Geraldo Dias (2005), onde são apresentadas algumas das fases da rádio e os principais programas e apresentadores, e em artigos dos pesquisadores Marlei Sigrist (2003 e 2004) e Diego Abelino José Maximo Moreira (2010).

Uma considerável relação de publicações, com destaque para Robert Yin (2001), Marcia Matsuuchi (*in* DUARTE, 2008), Laurence Bardin (1979), Marialva Barbosa e Osvaldo Moraes (2011), George Gaskell e Martin Bauer (2002 – nova edição 2013), ajudou a compreender as características e dimensões do estudo, a desenvolver os critérios a serem analisados e a enfrentar os desafios da pesquisa no que diz respeito à análise.

Os resultados do estudo estão organizados em três partes. No primeiro capítulo a radiodifusão educativa é contextualizada em seus aspectos constitutivo, histórico, existencial

e exemplar. Buscou-se apresentar nesta primeira parte como se deu o desenvolvimento do rádio no País, a discriminação entre emissoras estatais, públicas e privadas e a criação da modalidade educativa, bem como apresentar os objetivos e características deste tipo de rádio. São apresentados ainda alguns exemplos de radiodifusão educativa no País.

No segundo capítulo a radiodifusão educativa de Mato Grosso do Sul é delineada para mostrar o meio em que foi criada e subsiste a 104 FM Rádio MS. São apresentados dados referentes às rádios existentes e também às outras emissoras educativas em frequência modulada. O capítulo traz também um resgate histórico do desenvolvimento da 104 feito junto aos documentos e memórias dos funcionários e ex-funcionários e a caracterização da emissora e programação com especial enfoque no radiojornal.

Na terceira parte da pesquisa o Estudo de Caso e a Análise de Conteúdo, metodologias adotadas, são explicitados. O capítulo conta com a referenciação do método, a elaboração e aplicação dos procedimentos, os resultados obtidos e as considerações sobre os mesmos.

2. A RADIODIFUSÃO EDUCATIVA NO BRASIL

2.1 Gênese, definições e desenvolvimento

A modalidade educativa de radiodifusão no País é estabelecida como a divulgação de programação de caráter educativo-cultural sem finalidades lucrativas. Por programas educativo-culturais podem ser entendidos aqueles que:

além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais. (BRASIL, portaria, 1999)

Podem ser considerados também educativo-culturais os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva que apresentarem elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais. As definições são da Portaria Interministerial de nº651, de 15 de abril de 1999, destinada a estabelecer os critérios para outorgas e concessões, permissões e autorizações para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa.

Segundo o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, que altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos dispensa a licitação exigida para outras modalidades, mas, de acordo com a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, que dispõe sobre o procedimento para outorga, existe um procedimento administrativo seletivo, que tem início com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas.

Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. (LOPES, 2011, p.8)

As legislações sobre a radiodifusão exclusivamente educativa foram publicadas ao menos 60 anos depois da criação do rádio no Brasil, época à qual é atribuído o surgimento da própria modalidade no País.

Pode-se dizer que a radiodifusão educativa surgiu no Brasil antes mesmo do rádio. Parece estranho, mas o fato é que antes mesmo da instalação da primeira rádio, o médico e professor de Antropologia do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, já havia exposto o seu plano de criação de radioescolas municipais em todo o Brasil. (LOPES, 2011, p.11)

Blois (2003, p.1) afirma que “a Rádio Sociedade inaugurada em 20 de abril de 1923 foi o laboratório vivo da primeira manifestação, em nosso país, da tecnologia sendo usada como meio de levar educação para muitos, rompendo os muros da escola formal”.

Embora acredite que a primeira emissora educativa brasileira tenha sido a Rádio MEC, transformada a partir da Rádio Sociedade doada por Roquette-Pinto ao governo em 1936, para Zuculoto (2010) o surgimento do sistema educativo no Brasil foi provocado pelo advento do rádio comercial, demarcado pelo Decreto presidencial de Getúlio Vargas número 21.111 de março de 1932, que autorizou o uso da publicidade nas emissoras pioneiras.

De qualquer maneira, a defasagem da legislação em relação à criação do rádio educativo no Brasil não é exclusividade da modalidade, muito menos o único problema referente ao rádio educativo no País. Existe também uma confusão e indefinição das naturezas pública, governamental e comercial desde o início da radiodifusão e que, por consequência, atinge a educativa, resultando em um emaranhado conceitual histórico.

[...] as rádios estatais, educativas, culturais e universitárias [...] Em meio à confusão acerca de suas natureza e alinhamento legal, ainda são classificadas como componentes de um sistema educativo. Mas hoje, e cada vez mais, a maior parte delas se autodenomina, se apresenta, explica e conceitua como emissora pública, mesmo as que têm estreita vinculação estatal. Isto apesar de até o momento, como observamos acima, a legislação brasileira para a radiodifusão não incluir a regulamentação destes três sistemas constitucionais, os privado, público e estatal (ZUCULOTO, 2010, p. 66).

“Uma outra questão gritante”, segundo Heitzmann e Bessalho (2005, p.5), e que agrava a situação é a dependência do poder público. “Este, como o sustentador econômico do sistema, se vê no direito de influenciar na programação e no conteúdo dos programas”. Zuculoto (2010) acentua a prática ao afirmar que embora a vocação educadora do rádio tenha sido identificada desde o início, e que esta função tenha se desenvolvido à medida que as emissoras aumentaram em número, a utilização das ondas do rádio sempre serviu aos projetos políticos dos governos, com expressivo exemplo na década de 60, quando o regime militar explorou abertamente a radiofonia em defesa de seus interesses.

Curiosamente, tal influência política foi responsável também pelo desencadeamento da “Época de Ouro” do rádio, quando a sociedade reagiu à abolição da liberdade de expressão imposta, buscando canais alternativos e motivando as emissoras educativas, entre outras, a “repensarem sua função social e por consequência, suas linhas e modelos de programações” (ZUCULOTO, 2010, p. 70).

A conjuntura fez com que o próprio sistema educativo buscasse uma nova definição adequada à necessidade de uma diferenciação das emissoras comerciais, o que fez as estações se autoproclamarem públicas.

Conforme a Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB, 2004), o papel e a prática das emissoras públicas são diferenciados por uma tênue nuance, podendo ser consideradas públicas “aquelas mantidas com recursos de governo (federais, estaduais e municipais), identificadas como educativas, culturais e universitárias”. Seus princípios e objetivos foram instituídos pela Lei 11.652 de 2008, que autorizou também o poder executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada com o intuito não só de oferecer serviços comunicacionais ao próprio governo, mas também de unificar as emissoras públicas.

Bianco, Esch e Moreira (2013, p.75) observam que na América Latina os sistemas de radiodifusão pública se estruturaram “com base em duas tradições: a) sistema público associado aos setores educativo e cultural; e b) sistema público vinculado à agenda governamental e estatal”. Para os pesquisadores, ainda que exista hoje uma ampla sobreposição de legislação no Brasil não existe um padrão jurídico único para as emissoras públicas, o que resulta em um total de 17 modalidades jurídicas abrangidas pela radiodifusão.

A própria EBC que, conforme supra citado é apontada como alternativa para unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais existentes, não pode ser considerada totalmente pública como disposto na lei, pois, tal controle parece estar menos associado à sociedade e mais ao governo, uma vez que tem seu executivo chefe escolhido pela presidência da república, ao invés de o mesmo ser escolhido por um conselho de representantes da sociedade.

Pior ainda: além de ter a natureza jurídica de uma estatal, a EBC é encarregada de operar, produzir e veicular comunicação governamental. O artigo 8.º da lei de 2008 a incumbe de "prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal", além de "exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República". (BUCCI, 2011, internet)

Quanto aos princípios da radiodifusão pública, a começar pela própria complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, passando pela necessidade de uma pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo, o desrespeito resulta em emissoras públicas com fortes características comerciais, que muitas vezes deixam de lado também o princípio de produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas e o princípio do estímulo à produção regional e à produção independente. A autonomia em relação ao Governo Federal para definir a produção,

programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão então, já esbarrava nas formas de financiamento, com recursos provenientes, em sua maioria, do Estado brasileiro e, a partir de 2012, esbarra também na obrigatoriedade de pelo menos uma educativa pública em cada localidade pertencer à rede gerida pela EBC.

A participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira, que também é um dos princípios da radiodifusão pública, é igualmente ignorada em muitas das emissoras, como observa Mota (2004, p.80) ao afirmar que os dispositivos descentralizadores acabam existindo apenas “pra inglês ver, apenas na legislação, já que boa parte nem sequer instala os seus impotentes conselhos”. E existem ainda as emissoras que desenvolvem tal conselho, mas têm a obrigação também de manter um conselho administrativo ligado diretamente ao estado, que é quem realmente tem poder de decisão sobre a emissora, como ocorre com a EBC e, como mostraremos mais à frente, com a 104 FM Rádio MS.

Por último vale destacar da Lei 11.652 de 2008 o parágrafo único do artigo 3º que diz que “É vedada qualquer forma de proselitismo na programação” (BRASIL, Lei 11652/2008, p.1). Tal realce se faz importante porque o modo como vem sendo desenvolvida a radiodifusão pública destoa de tal orientação de maneira que a própria EBC é indicada pelo autodeclarado entusiasta da TV pública, Eugênio Bucci (2011), como uma das emissoras que têm a vocação de “prestar serviços de proselitismo governista ao Planalto”. O jornalista vai além ao defender que mesmo as estatais, de inteira propriedade do Estado, não deveriam fazer proselitismo, pois o dever da impessoalidade e de respeito ao direito constitucional à informação vale para todas.

Para Zuculoto (2010), não apenas as educativas, mas também as estatais têm deflagrada vocação pública, pois, sendo democrático, o Estado deve atender ao interesse público que movimenta os meios de comunicação, sejam eles governamentais, públicos ou de propriedade privada. Bucci (2008, p. 259-260) chega a classificar como “obviedade que parece ter sido esquecida” a constatação de que governamental também é público. Para o autor “em matéria de comunicação pública, não pode haver dúvidas, o estatal deve ser entendido como uma subcategoria do público, ou seja: embora nem tudo que é público seja estatal, tudo que é estatal só pode ser público”.

Assim, para minimamente diferenciar as estatais das educativas, uma vez que a radiodifusão pública abriga tanto as primeiras quanto as segundas sob seu conceito, apresentamos a seguir uma breve caracterização das duas modalidades desenvolvida com

informações do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão³, do Governo Federal.

Tabela 1 - Características da radiodifusão estatal e educativa

Radiodifusão	Estatal	Educativa
Execução do serviço	Execução direta do serviço	Execução do serviço por terceiro (público ou privado)
Plano Nacional de Outorga (PNO)	Não há plano de outorgas	Existe planejamento para conceder
Instituições que podem pleitear a concessão	Os requerimentos podem ser feitos pela própria União: Poder Executivo: via EBC; Poder Legislativo: Senado ou Câmara Federal; ou Poder Judiciário: STF	Os requerimentos podem ser feitos pelas seguintes pessoas jurídicas: Administração indireta da União; Estados, Territórios e municípios; Universidades Brasileiras; ou Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o CBT.
Necessidade de processo seletivo	Não participa de processo seletivo	Participa de processo seletivo
Necessidade de documentos para concessão	Não apresenta rol de documentos	Apresenta rol de documentos

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão

As diferenciações parecem claras quando retiradas das fragmentadas legislações e colocadas em perspectiva e os ideais defendidos pelos pesquisadores parecem óbvios quando colocados tão abertamente, mas Manzano Filho (2007) lembra que, na prática, a situação é diferente. Para ele as estatais são sim pura e simplesmente instrumentos do governo, cuja finalidade é “fazer publicidade e defender as autoridades de críticas”.

Novamente é preciso destacar que a regulamentação dos sistemas público, privado e estatal é incompleta e dá margem a interpretações, por isso a realidade hoje no Brasil é de emissoras que assumem ao mesmo tempo duas ou mais caracterizações e além de confundirem a sociedade prestam um desserviço ocupando veículos nos quais a população

³ Disponível em < <http://www.acessoainformacao.gov.br/> >. Acesso em 19/01/15. Solicitação de pedido em 19/01/2015, resposta concedida por e-mail e pelo sistema em 28/01/2015.

poderia participar mais ativamente e dos quais poderia receber uma programação de melhor qualidade, efetivamente voltada à cidadania e ao seu desenvolvimento. O que se pode afirmar é que tanto as educativas quanto as estatais são públicas e que as educativas que desempenham funções atribuídas às estatais são frequentes. Apesar de estarem dentro da lei, uma vez que a legislação é incompleta nesta área, elas são vistas com ressalvas justamente por representarem a perda de espaço da população.

Às educativas cabe observarem as missões a que se devem propor e cumprir, tendo o conceito de educação radiofônica estendido a uma compreensão mais ampla, conforme defende Kaplún (1978) citado por Zuculoto (2010):

[...] não só abarcam as emissões especializadas que objetivam alfabetização e difusão de conhecimentos elementares – cuja utilidade e necessidade não se questionam –, mas também todas aquelas que buscam a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade; as que se propõem elevar o nível de conscientização, estimular a reflexão e converter cada pessoa em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social [...] (KAPLÚN *apud* ZUCULOTO, 2010, p. 45).

Nesse contexto, Blois (2003) acredita que uma emissora de rádio educativa deve satisfazer a comunidade em que está inserida em suas necessidades e interesses e também promovê-la socialmente sendo não apenas mais um veículo *na* comunidade, mas um veículo *da* comunidade. Ao mesmo tempo a rádio educativa não pode deixar de ir ao encontro das chamadas “minorias”, que também são parte da comunidade maior.

A emissora educativa tem também como função:

[...] a valorização e preservação da memória histórica e cultural da comunidade da qual é parte. A abertura de espaço em sua programação para expressões da cultura local, regional e nacional, além da divulgação do registro dos fatos e personagens de destaque ao longo do tempo, e de seus tipos anônimos característicos, faz-se indispensável, uma vez que não há a mínima possibilidade de inserção, nas emissoras comerciais e nas grandes redes de comunicação, desse tipo de registro (BLOIS, 2003, p. 10).

Fora as manifestações culturais por meio da música, é no formato jornalístico do rádio que o atendimento a tais demandas de uma emissora educativa se faz mais explícito. Heitzmann e Bessalho (2005, p.8) acreditam que especialmente a programação jornalística “que busca essa relação com a educação e uma aproximação com o sujeito e suas narrativas deve, necessariamente, refletir uma preocupação ética”. Para as pesquisadoras, os jornais e a televisão são fatores muito importantes na educação do povo e têm a missão ética de contribuir para que o próprio povo seja melhor, e, quando se trata de emissoras educativas,

elas devem refletir sobre as questões da atualidade, não podem estar alheias aos acontecimentos, mas devem fugir das produções simples e prontas.

O rádio informativo fala de coisas que, anteriormente, não eram notícia (a hora certa, por exemplo) e revoluciona a ideia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe ideias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos pontos do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio. É um serviço quase sempre gratuito que não toma o tempo nem monopoliza a atenção do público. E é assim: mesmo sem a palavra escrita e sem as imagens, suportes que, para muitos, parecem esgotar todo o mundo da informação de nosso tempo (MEDITSCH, 2007, p. 31).

Assim, o radiojornalismo promove uma manifestação significativa como produção de conhecimento sobre a realidade e assume, por absorver em seu conteúdo as falas de diferentes atores sociais, uma função mediadora entre os discursos produzidos na sociedade e seu público. O gênero é marcado pela intertextualidade e pela polifonia nos enunciados, ou seja, o jornalista quase sempre mescla suas falas às de outros. A voz do locutor informa, além da notícia, também a emissora sintonizada, o programa no ar.

A presença humana inerente à vocalização torna-se desta forma inseparável da presença institucional, ao mesmo tempo em que a presença institucional se manifesta apenas através da mediação humana. Tal ambiguidade dissolve convenções estabelecidas no jornalismo impresso para separar informação de opinião, e obriga as emissoras a conterem tanto a própria subjetividade quanto a de seus profissionais, como única forma de resguardar cada uma delas de uma identificação indesejada. (MEDITSCH, 1997, p. 5)

Tal impessoalidade do locutor vem, conforme o pesquisador, da simplificação e da economia da linguagem desenvolvida desde as primeiras transmissões de radiojornalismo, quando, inicialmente, a linguagem foi pensada exclusivamente enquanto texto.

Para Ortriwano (2002-2003), o rádio brasileiro já nasce com ideais culturais-educativos e com um definido papel informativo. Ao longo de seu desenvolvimento o veículo caminhou no sentido de atender às necessidades regionais e locais, principalmente no que diz respeito à informação. Blois (2003) concorda ao afirmar que as então oito décadas de existência do rádio na Educação contabilizavam, em pesquisa desenvolvida em 2003, realizações expressivas que denotavam seu compromisso com a cultura.

[...] mantém um certo padrão da língua portuguesa, passando informalmente aos ouvintes norma culta, sem negar ou desprezar a diversidade regional num país continente. Segue sua vocação de meio que tem na construção da cidadania o seu principal fim. Com propostas educativas, já provou que pode ser eficiente, eficaz e democrático (BLOIS, 2003, p. 9).

Quando surgiu nas primeiras décadas do século XX, o rádio trouxe como características iniciais a baixa potência e o caráter privado e comercial. Os modelos de gerenciamento foram sendo estabelecidos conforme a potencialidade identificada e as implicações históricas, bem como de acordo com os interesses dos grupos de poder de cada local. Segundo Heitzman e Besspalhok (2005), prevaleceram nos Estados Unidos e no Brasil a exploração comercial e a busca pelo lucro, e na Grã-Bretanha o modelo público e de monopólio, formado com a empresa British Broadcasting Corporation (BBC), até hoje um dos mais conhecidos exemplos de emissora pública sustentada pela população.

Moreira S. (2002) registra que as emissoras que se estabeleceram no Brasil na década de 1920 foram fortemente influenciadas pelas diretrizes defendidas por Roquette Pinto, isto porque as características do País como o alto índice de analfabetismo e as grandes distâncias aliadas à falta de transporte, que dificultavam a comunicação, favoreceram o uso educativo-cultural do veículo.

Note-se, portanto, que o rádio – e também a radiodifusão educativa – surgem no País como um investimento privado, sem fins lucrativos. Apenas muitos anos depois o Estado passaria a explorar diretamente os serviços de radiodifusão, por meio das primeiras rádios estatais. (LOPES, 2011, p.11)

Pimentel (1999) registra que o desenvolvimento da comunicação no Brasil foi estruturado paralelamente ao sistema de ensino brasileiro, que visava à divulgação de uma cultura unificada que deveria se responsabilizar pelo desenvolvimento nacional. Tal pensamento tomou força principalmente com o regime militar que encontrou nos projetos de radiodifusão uma maneira de implementar suas ideias e de criar populações de ouvintes.

Cinco ou seis divisões costumam marcar os acontecimentos do rádio no Brasil. Zuculoto (2010) organiza sua pesquisa sobre as programações das rádios públicas brasileiras em cinco fases, nas quais o rádio educativo não é mero coadjuvante. São elas a fase pioneira, que vai da década de 20 até o início dos anos 40, quando as concepções educativas de Roquette-Pinto para o rádio são adotadas por todas as emissoras; a segunda fase, entre os anos 40 e 70, quando o sistema começa a se desenvolver e firmar como educativo com programas da educação formal; a terceira fase que vai do início dos anos 70 até o final da década de 80, também chamada “Era de ouro” do rádio educativo, com a consolidação da modalidade com o ensino instrucional; a quarta fase representada pelos anos 90 e pelo crescimento das FMs educativas e universitárias e a quinta fase constituída pelos anos 2000 marcados pelo processo de digitalização do veículo. As divisões foram criadas conforme o desenvolvimento e construção das grades das emissoras públicas.

Peruzzo (2011, p.934) chama a atenção para a existência de naturezas diversas entre as emissoras educativas, que remetem à própria história e desenvolvimento do rádio. A pesquisadora propõe cinco categorias: para educação e cultura, educativo público-estatal, educativo-cultural, rádio-escola e rádio popular e comunitária. Na primeira classificação, a autora adota como referência o período de implantação do rádio no Brasil, na década de 20, reafirmando que o meio nasce com o caráter educativo e cultural. A postura comercial e o desenvolvimento de uma programação mais vinculada aos interesses do mercado surgem e se firmam na década de 30.

Na segunda categorização surge o rádio educativo sob o controle governamental. Como marco histórico podemos citar a doação feita por Roquette Pinto da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde, em 1936. A emissora passou a ser denominada Rádio do Ministério da Educação ou Rádio MEC e pôde ser considerada o primeiro exemplo de rádio pública-estatal do Brasil. A esta época, mais especificamente em 1937, no governo de Getúlio Vargas, é que é atribuída a criação do serviço de radiodifusão Educativa no Brasil, segundo a lei 378/1937, artigo 50.

Para Peruzzo (2011) a abertura a partir da legislação por meio do Decreto-Lei 651 de 1967, para além do poder público, a outros operadores da radiodifusão pública, torna possível situar a existência do terceiro tipo de rádio educativo: o educativo-cultural. “Nesta categoria agrupamos as emissoras universitárias e aquelas vinculadas a fundações com fins religiosos, educacionais e culturais” (PERUZZO, 2011, p. 939).

Já a quarta categoria proposta contempla a Rádio-escola, cujo funcionamento é feito por meio de alto-falante, sendo destinada para fins didáticos e pedagógicos. E por último, o rádio popular e comunitário. De acordo com Peruzzo (2011), estas emissoras se tornam conhecidas no país como populares por meio da mobilização de movimentos sociais. As emissoras comunitárias foram regulamentadas pela Lei 9.621 de 1998, devendo operar sem fins lucrativos e estabelecendo sede na comunidade em que pretendem operar e prestar serviços.

Já Blois (2003), que é referência no resgate histórico do veículo na modalidade educativa, apresenta no início dos anos 2000, seis fases distintas da radiodifusão educativa no Brasil.

- Fase Pioneira, que teve como marco o próprio advento da radiodifusão no país e se pautou na ideologia de sua implantação, incluindo a inauguração da Rádio Sociedade, em 20 de abril de 1923, e estendendo-se, até 1928, com a criação de Rádio-Escolas.

- Segunda Fase, entre 1929–1940, consolidando a ideologia inicial com a implantação das Rádio-Escolas e a criação das primeiras redes educativas, ao mesmo tempo em que o rádio delineava sua forma de atuação e abria caminhos para mudanças.
- Terceira Fase, entre 1941–1966, tendo como característica a interiorização e extensão da ação do eixo Rio–São Paulo, o que possibilitou a consolidação e a diversificação de sua ação educativa, criando novos impulsos para mudanças.
- Quarta Fase, entre 1967-1979, quando o rádio educativo, não fugindo ao que se passava na área da comunicação, fruto do momento político por que passava o país, foi marcado por ações centralizadoras de utilização do rádio para fins educativos pelo Estado. A criação de centros produtores regionais e a introdução de uma postura científica norteando todas as fases do processo (diagnóstico/planejamento/produção/veiculação/recepção) de ofertas educativas via rádio, fizeram o diferencial deste período, que nos colocava em igualdade com outros países mais avançados quanto à teleeducação via rádio.
- Quinta Fase, iniciada em 79, assinalou a conjugação de meios massivos à Educação e se consolidou com a inauguração de FM educativas, com a interação das emissoras em um sistema, com novos espaços se abrindo para a atuação do rádio. O fim do SINRED/ Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa encerrou esta fase de tão grandes ganhos para o Rádio Educativo.
- Sexta Fase, a fase atual do Rádio Educativo, teve seu início em 95 com o término das ações do SINRED. Consolida o compromisso de radialistas com a Educação, ampliando-se as ofertas radiofônicas educativas, agora também pelas rádios comunitárias. O rádio segue acompanhando a tecnologia do seu tempo, tanto em suas práticas de produção quanto nas de transmissão, surgindo emissoras educativas na Internet. (BLOIS, 2003, p. 1-2)

A partir destas definições foi possível ampliar os conhecimentos sobre a modalidade com informações também de Zuculoto (2010), Moreira S. (1998) e Assumpção (2003), entre outros, e desenvolver nossa própria historiografia da radiodifusão educativa que é apresentada a seguir para compreendermos o desenvolvimento do rádio educativo no País e podermos, com outras informações apresentadas mais adiante, entendermos como se deu a atual situação da radiodifusão brasileira.

A primeira fase é demarcada do início das transmissões, em 1923, até a criação das Rádio-Escolas, já no final desta década. Neste período o rádio pode ser visto como veículo de transmissão elitista visto que os aparelhos começavam a surgir no país importados de outras nacionalidades e por isso eram caros fazendo com que sua aquisição e mesmo recepção se desse por meio de associações ou clubes de ouvintes. Já no início da radiodifusão brasileira Roquette-Pinto, pioneiro das transmissões no Brasil, apresenta um plano de implantação da Radioeducação,

Chancelado, com proposta explícita de quem antes de tudo era um educador nato – Roquette-Pinto – que por conhecer o interior do país e as brechas da

selva amazônica vislumbrou o potencial de uma tecnologia que começava a engatinhar. [...] Assim, pensava Roquette, um patriota à frente de seu tempo, em um Brasil que parecia muito maior do que hoje, porque desconhecido, precisando de visionários e desbravadores como ele e seu amigo Rondon. Uma rádio “com fins científicos e sociais”, vinculada à Academia Brasileira de Ciências, preferencialmente, pensava ele. (BLOIS, 2004, p. 148).

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fruto do esforço de Roquette-Pinto e de Henrique Morize, foi a primeira emissora não só da modalidade educativa mas de toda a radiodifusão brasileira. Foi ela uma das duas escolhidas pelo pioneiro para implantar a radioeducação no Brasil, a outra foi a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), criada, com Anísio Teixeira, a partir de seu plano de instalar uma rádio escola em cada capital. Teixeira, que era defensor da democratização do acesso à educação e então Secretário da Educação do Rio de Janeiro, convidou-o a ser o primeiro diretor da Rádio Escola, que também ficou conhecida pela sigla PRD-5.

E se pode observar, nesta recuperação histórica da implantação das primeiras emissoras públicas no Brasil, que desde suas primeiras transmissões, quando ainda não integravam este sistema específico, estas rádios, principalmente a Rádio Sociedade do RJ, a precursora da MEC, e a Cultura de SP, já se definiam como veiculadoras de educação e cultura. E buscavam definir suas programações pautadas nesta linha editorial. (ZUCULOTO, 2010, p. 80)

Em resumo, nesta fase pioneira marcada pela primeira década de existência do rádio no País, o uso do veículo foi exclusivamente educativo, com a transmissão de conteúdos educativos selecionados por uma elite intelectual.

Na segunda fase, que vai de 1930 até 1940, o rádio passa de uma iniciativa isolada para uma proposta oficial do governo, com a transferência da utilização do rádio como meio educativo das mãos da iniciativa privada para o Estado. A abertura do rádio à publicidade em 1932 também influenciou grandemente o desenvolvimento das educativas, uma vez que demarca a criação das modalidades comercial e pública. O decreto de nº 21.111 também estabeleceu o serviço de radiodifusão como de finalidade educacional e de interesse nacional e como competência do governo a unificação dos serviços de radiodifusão, com a finalidade de constituir uma rede nacional.

Um fato marcante para a história do rádio educativo neste período foi a doação da Rádio Sociedade de Roquette-Pinto ao então Ministério da Educação e Saúde (MES). No processo, o pioneiro do rádio exigiu que o ministro promettesse que o governo iria preservar os ideais incutidos na fundação da emissora. A explicação para a doação é que Roquette-Pinto não queria abrir a rádio à publicidade, pois entendia que esta fosse desvirtuar as finalidades já definidas na área da educação e da cultura da sua programação.

Após a doação Roquette-Pinto ainda continuou a dirigir a emissora e a rádio passou a se chamar Rádio do Ministério da Educação (MEC). Pouco tempo depois novamente uma mudança no nome resultou somente em Rádio MEC. A emissora buscou emitir programas educativos e culturais e veiculou principalmente palestras científicas e música erudita. Seu ‘slogan’ era “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”⁴.

Os objetivos, as linhas editoriais, a programação da Rádio Sociedade, a primeira emissora do país e, posteriormente, também a primeira das rádios brasileiras do que mais tarde se conheceria como sistema educativo, tornaram-se referência, foram as matrizes. Inicialmente, inspiraram todas as estações que surgiram nos tempos pioneiros da história da radiofonia brasileira [...] (ZUCULOTO, 2010, p. 86)

No rastro da transição da Rádio Sociedade para Rádio MEC, foi criado em 1937 o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), justamente para administrar, orientar e promover o uso da emissora e do rádio como veículo educativo. Ainda neste ano o Ministério da Educação e Saúde divulgou um documento intitulado “Radiodifusão Educativa” que trazia diretrizes para a modalidade no País.

Nesta segunda fase da radiodifusão, concomitantemente à transformação da Sociedade em Rádio MEC, surge a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que iniciou suas atividades como emissora comercial e posteriormente foi estatizada. Mesmo sendo estatal a rádio continuou seguindo o modelo comercial, se tornando, pela maior possibilidade de conseguir verbas publicitárias, a maior e mais potente emissora do continente à época.

A terceira fase da radiodifusão educativa compreende o período entre 1941 e 1966, quando a radiodifusão passa por um processo de interiorização e as emissoras educativas começam a ser propriamente referidas como integrantes da modalidade, incluindo em suas programações a produção e transmissão de programas de educação formal, com aulas e palestras.

É possível identificar nesta época realizações marcantes na radiodifusão educativa como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Projeto Sirena e a Universidade no Ar. O MEB, com o aval do governo, utilizou as escolas radiofônicas implantadas em regiões subdesenvolvidas para propagar programas de educação formal. O MCP iniciou sua experiência educativa no rádio com programas diários de

⁴ A emissora continuou suas atividades e, a partir de 2008, foi incorporada à EBC. Em 2013 foi alvo de discussões. Os funcionários acusaram a empresa de promover um desmonte da emissora, com a mudança de endereço, a demissão em massa de veteranos, o descaso com o acervo, entre outros problemas, e solicitaram sua volta ao Ministério da Educação, o que não ocorreu até o momento.

alfabetização e de educação de base e o Projeto Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional) foi criado para coordenar o MEB e outros sistemas rádio-educativo regionais.

Lopes (2011) lembra que data de 1941 a iniciativa da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em apresentar um projeto pioneiro em teleeducação, o Universidade no Ar. O programa consistia em cursos profissionalizantes e conhecimentos técnicos. Mais tarde a emissora também transmitiria, entre 1957 e 1963, o Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIREN), voltado para os cursos básicos. A Nacional se consolidou como emissora padrão nesta fase e foi a partir dela que o segmento do campo público recebeu reflexos do modelo do rádio comercial brasileiro, inspirado no estilo norte americano, consolidado então.

Ainda nesta terceira fase do rádio brasileiro tem início a implantação das emissoras universitárias, sendo a primeira a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que entrou no ar em 1957. Pela legislação brasileira, rádios que pertencem a universidades públicas ou privadas são enquadradas como educativas, por isso as emissoras vinculadas a instituições de ensino são também parte da história da radiodifusão educativa. O que caracteriza e diferencia uma emissora universitária é a forma como é utilizada, o conteúdo que é produzido e divulgado para a comunidade. Quanto a forma de uso, além de poder suprir uma demanda com o desenvolvimento de uma programação alternativa e de qualidade, estas rádios agregam também a função pedagógica, uma vez que alunos e professores podem participar da produção do conteúdo.

A partir de 1961 a participação da Igreja nas experiências com o rádio se torna evidente, com a criação, por Dom Eugênio Salles, do Movimento de Educação de Base (MEB), regulamentado por um decreto presidencial. O projeto foi desenvolvido nas escolas radiofônicas sob a supervisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principalmente nas regiões consideradas à época subdesenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo Moreira S. (1991, p.21) o declínio do MEB ocorreu no final da década de 60, quando a palavra “conscientização” passou a ser interpretada como ameaça à ordem instituída por meio da ditadura.

A partir do golpe militar de 64, ao mesmo tempo em que também sofrem os efeitos da ditadura, especialmente da censura e demais restrições impostas pela ditadura, as emissoras educativas começam a se beneficiar de políticas de integração nacional com estímulo ao incremento da radiodifusão e aqui, principalmente com os estímulos ao desenvolvimento da educação radiofônica. (ZUCULOTO, 2010, p. 63).

Na modalidade comercial e também na pública existe nessa época o predomínio do rádio-espetáculo nos programas de auditório, musicais e radionovelas. Ao mesmo tempo,

ainda que o espetáculo tenha dominado as transmissões, surge neste período o marco do jornalismo radiofônico no País: o Repórter Esso, radiojornal formatado nos Estados Unidos e veiculado em mais de 14 países do continente americano. No Brasil o noticioso ficou no ar por 27 anos e foi retransmitido por diversas emissoras, significando uma grande transformação na linha pioneira de jornalismo estabelecida por Roquette-Pinto.

Em 1969, mais uma rádio, a Cultura de São Paulo, passa a ser educativa por meio da transmissão de sua outorga, dos Diários Associados à Fundação Padre Anchieta, do governo estadual paulista. A emissora passa a transmitir aulas e cursos, inclusive de ginástica, que podiam ser acompanhadas por meio de polígrafos distribuídos aos ouvintes e passa a considerar a música popular brasileira como carro-chefe de sua programação. Esta viria a ser identificada como sua característica principal, com o lançamento de jovens artistas nacionais, hoje consagrados.

Os anos de 1967 e 1979 são os limites da quarta fase, quando o Estado promove ações centralizadoras ainda mais explícitas para os fins educativos da radiodifusão.

Apesar de a Rádio MEC, que marcou o início da radiodifusão educativa no País, ter sofrido em meados da década de 60 e de 70 (período mais autoritário da ditadura) rupturas no sentido de sua desmontagem e afastamento das linhas que a diferenciavam das emissoras comerciais, a emissora continuou intensificando suas atividades, chegando a se firmar como referência no segmento. A rádio produziu formatos alternativos de programas educativos e transmitiu aulas formais da série Colégio no Ar, produzida pelo SRE do qual fazia parte.

Segundo Pimentel (1999), o governo brasileiro já vinha estabelecendo medidas para utilizar de forma eficaz os meios de comunicação para a transmissão de programas educativos e culturais desde a criação do SRE. A maioria dos projetos, porém, era desenvolvida por entidades não governamentais que contavam apenas com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, encontrando dificuldades principalmente na transmissão uma vez que as emissoras não se interessavam pela educação por esta não gerar lucros.

Para ampliar a emissão dos programas educativos o decreto de nº236/67 estabeleceu a transmissão obrigatória de até cinco horas semanais das 7h às 17h em todas as emissoras. A especificação se deu no decreto lei nº408/70 do Conselho Nacional de Telecomunicações que estabeleceu: horários das emissões, formas de utilização do horário, tipo de programação, intercâmbios e subsídios de produção, responsabilidade do MEC como órgão executor, inexistência de propaganda durante a emissão e constituição de um grupo tarefa de diretrizes. (SEGAWA, 2009. p. 58)

Para a inserção educativa em todas as emissoras fez-se necessário abrir canais oficiais para programação educativa, como, por exemplo, o Projeto Minerva, que significou grande contribuição da Rádio MEC e do SRE à radiodifusão educativa.

Lançado em 1970, o projeto chegou a atingir 175 mil alunos ouvintes na primeira fase de atividades. Sua transmissão era de caráter obrigatório, estabelecido pela Portaria Interministerial de nº408/70. A produção se concentrava no eixo Sul/Sudeste, mas a distribuição era centralizada pela Rádio MEC que enviava a programação à Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) ou à Agência Nacional, que por sua vez transmitiam a emissoras que passavam a funcionar como distribuidoras; ou era feito por meio do envio de fitas magnéticas para os estados. Nas áreas em que os programas eram recebidos por meio de sinais radiofônicos os alunos podiam usar aparelhos distribuídos pelo projeto nos radiopostos.

O Projeto Minerva, pelos seus objetivos, linhas programáticas, estrutura de produção e transmissão, pode ser resgatado como a maior expressão do período em que o rádio do campo público, ainda com algumas dezenas de emissoras, consolidou seu perfil voltado à educação e cultura. E então, o segmento passou a ser designado como sistema educativo de rádio. (ZUCULOTO, 2010, p. 112-113)

Mas o projeto Minerva não durou muito tempo. “A programação sisuda, que transformava a experiência de ouvir rádio em algo enfadonho e cansativo, logo rendeu ao Minerva o apelido de ‘Me Enerva’” (LOPES, 2011, p.11) e, além deste, outros projetos educativos como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), projetos da Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), as Escolas Radiofônicas do MEB e os cursos voltados a professores do projeto Universidade do ar, passaram a ser avaliados com alguns questionamentos negativos.

Em 1975, a criação da Radiobrás criou um impasse entre os Ministérios da Educação e das Comunicações que resultou no retraimento da expansão da rede de emissoras educativas e universitárias e mesmo o cancelamento de reservas de canais educativos e a desativação de algumas emissoras.

Ainda na quarta fase da radiodifusão educativa outra iniciativa que merece destaque é o Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci), que utilizava um satélite artificial para as transmissões de conteúdos voltados às quatro primeiras séries do antigo primeiro grau. O projeto durou apenas até 1978, sob a justificativa de que os custos com a manutenção dos satélites eram muito altos.

As cadeias retransmissoras que tinham a Rádio MEC como cabeça da rede principal e a Cultura AM de São Paulo, operando já como educativa, também se utilizaram de satélites para seu funcionamento. O avanço possibilitou a instituição do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), um acordo inicialmente informal entre as emissoras para coproduções e transmissões em cadeia nacional.

O sistema viria a ser plenamente desenvolvido na próxima fase da radiodifusão educativa, a quinta, que vai de 1979 a 1995. O período é marcado pelo impacto da televisão no rádio, que passa de transmissor de espetáculos a reproduzidor de discos.

Porém, contraditoriamente, é quando outra boa parte das emissoras constrói a história da radiofonia brasileira [...] também através do desenvolvimento do radiojornalismo. E o avanço da tecnologia, com novidades como o transistor e vários outros equipamentos eletrônicos, constitui-se num dos aspectos históricos que mais influi na trajetória do rádio [...] (ZUCULOTO, 1998, p.10- 15).

Esta pode ser chamada também como fase áurea da história do rádio com o apogeu do rádio educativo, pois é justamente quando a modalidade vê sua consolidação por meio do ensino instrucional, combinado a legislações mais específicas e às tecnologias da comunicação. A época pode ser caracterizada também pela explosão de FMs educativas e universitárias, pelo incremento do jornalismo e da prestação de serviços pela aceleração do processo de segmentação e especialização.

Em 1985 o Ministério da Educação e da Cultura é dividido em dois, sendo preservadas para a educação a sigla MEC e o sistema de emissoras de rádios educativas.

Construído no encalço do SRE, e também sob tutela governamental, o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED) acabou sendo usado pelas emissoras para buscarem uma programação que traduzisse melhor sua missão educativa e cultural e as diferenciasses das rádios comerciais. Assim, a maioria das emissoras educativas que começou a funcionar nessa época entra no ar já integrando o sistema, retransmitindo as produções e também produzindo para esta nova rede. O SINRED buscava reunir tanto as rádios como as televisões educativas e teve a Rádio MEC, que então era vinculada ao Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto/Funtevê, como uma espécie de coordenadora. Além de fornecer a programação, a MEC também participava do processo de outorgas estabelecido na metade da década de 70 pelo Ministério das Comunicações.

O SINRED que foi consolidado no final dos anos 80, passa por um período crítico no início da década seguinte, mas sem afetar a ideia de integração e cooperação entre as emissoras. Ao todo o sistema funcionou por cinco anos, mais precisamente até 1988, quando

uma nova Constituição entra em vigor no Brasil trazendo a instituição de três sistemas de radiodifusão: o privado, o estatal e o público. Zuculoto (2010) defende que este fato serviu de estímulo para mudanças ocorridas nas emissoras públicas e para a cobrança por regulamentações dos sistemas estatal e público.

A Rádio MEC, em 1992, tenta reeditar o SINRED, reunindo as emissoras no Rio de Janeiro e propondo a criação de uma nova Rede Nacional. A ideia não saiu do papel, mas outra proposição incluída nas deliberações do encontro passa a ser amadurecida pelas emissoras: a produção e transmissão conjunta de pelo menos um programa. (ZUCULOTO, 2010, p. 71)

Com o fim do SINRED algumas emissoras continuaram transmitindo programas da Rádio MEC, que era a cabeça de rede, e da Cultura de São Paulo. Sua sobrevivência e financiamento eram a cada dia mais questionadas e para debater essa situação a Rádio MEC promoveu em 1994 o I Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias. O evento resultou na constituição de uma Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias cuja principal característica seria a produção compartilhada, além da retransmissão acordada.

A rede acabou por cobrir diversas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e constituir-se da maioria das emissoras estatais, educativas, culturais e universitárias então vigentes, alcançando a marca histórica de 200 rádios em cooperação. Além das coberturas, o período foi marcado pela organização de fóruns e encontros para as emissoras debaterem sua função e procurarem juntas soluções para seus problemas e questionamentos e uma estruturação de suas programações que melhor se adequasse à sua missão educativa.

Nesta quinta fase a radiodifusão vê o crescimento vertiginoso do número de emissoras educativas em frequência modulada. O Ministério da Comunicação (MiniCom) que já havia publicado na década de 70 o Plano de Distribuição de canais educativos e comerciais em FM com uma reserva de 350 canais para a educação, já contabilizava em 1995 um total de 424 canais reservados para as atividades educativas, dos quais cerca de 50 operavam efetivamente. Isto se deve à política de desenvolvimento do setor criada pelo governo militar que teve continuidade nos governos posteriores na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90.

É neste contexto que as emissoras educativas passam a se autodeclararem públicas e que se constitui uma sociedade de apoio à Rádio MEC, a Sociedade dos Ouvintes da Rádio MEC do Rio (SOARMEC), que existe até hoje. O objetivo foi apoiar as atividades educativas e culturais da emissora por meio da promoção de cursos, conferências, festivais, concertos,

programas radiofônicos, CDs, livros e vídeos. A sociedade também tinha como competência estabelecer intercâmbios com entidades públicas e privadas, brasileiras ou estrangeiras e por tudo isso significou a grande valorização por parte da população às transmissões educativas e culturais.

A partir de 1995 a radiodifusão educativa vive sua sexta fase, marcada pela sua ampliação com o surgimento das emissoras comunitárias. É neste período também que se multiplicam projetos com um formato diferenciado de educação por meio do rádio, que visam colocar os alunos em contato direto com a produção radiofônica. A implantação de projetos de rádios em escolas e a propagação do conhecimento radiofônico se expande rapidamente e os aprendizes passam de ouvintes a produtores.

Esta fase é marcada ainda pela digitalização do veículo. Aprofunda-se o debate sobre a radiodifusão pública e seu papel junto à sociedade. Busca-se um padrão digital a ser adotado em todo o País. Funda-se a Associação das Rádios Públicas do Brasil (AR PUB) que engloba também as emissoras educativas.

Depois de instituir a TV pública o Governo Federal cria em 2007 a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que passa a incorporar a Radiobrás tornando-se concessionária das outorgas para novas emissoras solicitadas por instituições públicas de ensino superior federais e também das renovadas.

Para Maluly (2008, p.3-4) faltaram ao texto de criação da Empresa “prerrogativas fundamentais de um sistema público, como gestão democrática e financiamento independente do governo”. A opinião é compartilhada também por pesquisadores como Luiz Ferrareto e Sônia Virgínia Moreira, (apud GANDRA, 2007) que chegam a afirmar que não existem no País emissoras efetivamente públicas e sim emissoras estatais e governamentais, indicando a Radiobrás e a Rádio MEC como exemplos.

Como ficou evidente, a história da radiodifusão educativa é indissociável da própria história do rádio. Ao longo de mais de 90 anos, o veículo passou de uma iniciativa elitista a ferramenta estatal, utilizada pelo governo em projetos ditatoriais. Sofreu períodos de censura e também o impacto de outras tecnologias como a televisão e a internet e viu formarem-se grandes redes, serem estabelecidas produções em conjunto e também retransmissões de programas da educação formal e de um conceito de educação mais amplo, informal.

O que se pode destacar em todos esses anos e mudanças sofridas pelo rádio é a permanência da missão educativa e cultural estabelecida ainda no início das transmissões no País. Ainda que o rádio comercial tenha se desenvolvido com maior velocidade nos últimos

anos a radiodifusão educativa permaneceu, desenvolvendo-se também em meio à confusão legal do País. A questão da legislação, por sua vez, merece também destaque na história do rádio brasileiro, uma vez que é confusa e complexa, com leis que não são claras e muitas vezes se contrapõem.

2.2 Aspectos legais e política nas emissoras

É consenso que a legislação acerca da radiodifusão no Brasil é morosa e não supre as reais necessidades do setor. Moreira S. (2002, p.171) sintetiza a constatação quando afirma que “os textos legais para o setor caracterizam-se pela regulamentação tardia, pela ausência de regulamentação e pela rápida desatualização do conteúdo das leis”. A outorga das rádios e TVs educativas é regrada por quatro documentos principais: o Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 e a Portaria nº 355 de 12 de julho de 2012. Atualmente, são estes os instrumentos legais e normativos que tratam da radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, mas até se chegar a estas definições a legislação brasileira percorreu um longo, sinuoso e confuso caminho.

As primeiras legislações específicas sobre o rádio surgiram na década de 30, quase dez anos depois das primeiras experiências de sucesso na área. O primeiro Decreto, de nº 20.047, de 27 de maio de 1931, foi promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas e determinava a competência exclusiva do Governo Federal para regulamentar a telegrafia, a radiotelegrafia e as atividades de radiodifusão.

Em 1932 o Decreto nº 21.111, de 1º de março, definiu pela primeira vez regras e procedimentos para outorga de rádios, além disso, definiu a natureza dos serviços de radiodifusão, listou os direitos e deveres das emissoras, previu e impôs sanções para crimes relacionados à comunicação, definiu em 10 anos as licenças para serviços de rádio com previsão de renovação e encarregou a Comissão Técnica de Rádio, criada naquele momento, de fiscalizar a indústria então recém-iniciada.

Moreira S. (2002) observa que os decretos nº 20.047 e nº 21.111 foram os dois únicos textos legais que regeram o setor da radiodifusão durante quase 20 anos. Em 1934 a Constituição trouxe *status* constitucional à centralização da União enquanto detentora dos direitos sobre as outorgas e renovações de outorgas de rádio no País. As constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988 mantiveram a exclusividade do Governo Federal para as outorgas,

bem como o “*trusteeship model* e o *command-and-control*” (LOPES, 2011, p.4). O *trusteeship model* significa a responsabilidade do governo de organizar o espectro radioelétrico e seu poder de operar os serviços de radiodifusão ou de transferir a responsabilidade para um agente privado por meio de outorga. O *command-and-control*, inspirado no modelo norte-americano, é complementar ao modelo *trusteeship* e significa o condicionamento da utilização das ondas de rádio a uma licença, na qual estão estabelecidos os termos de uso.

O período mais expressivo para a renovação das leis brasileiras de radiodifusão desde 1930 foi a primeira metade da década de 1960, na qual se deu o início da consolidação do marco regulatório da radiodifusão. Em 1953 foi apresentado no Senado o Projeto de Lei de nº 36 abrangendo a radiodifusão e todas as comunicações. Após tramitar por quatro anos na casa o documento foi enviado à Câmara dos Deputados, renumerado como PL 3.549/1957.

Em maio de 1961, durante o governo de Jânio Quadros e enquanto a Câmara discutia o projeto do Senado, foi criado por meio do Decreto nº 50.666 o Conselho Nacional de Telecomunicações que tinha, entre outras atribuições, estudar e definir o problema nacional de telecomunicações e suas ligações no âmbito internacional, assessorando o Presidente da República na fixação da Política de Telecomunicações, e rever, coordenar e propor legislação sobre as Telecomunicações e seus órgãos de planejamento, execução e controle.

Um ano mais tarde, em 1962, a Câmara finalmente aprova o PL 3.549/1957 e cria o Código Brasileiro de Comunicações por meio da Lei nº 4.117.

Zuculoto (2010) lembra que as operadoras em Amplitude Modulada (AM), Ondas Curtas (OC) ou Ondas Tropicais (OT) que receberam concessões antes dessa nova legislação, as receberam para qualquer um dos canais disponíveis no município ou região, isto porque nesta específica legislação é que foram estabelecidos os canais educativos. A pesquisadora observa ainda que mesmo autorizando os canais diferenciados para a radiodifusão educativa por meio deste Código, o Ministério das Comunicações ainda não categorizou de forma distinta as emissoras dessa modalidade, deixando-as ainda diluídas entre as comerciais, “apenas sendo classificadas como Ondas Médias (a frequência AM) ou Ondas Curtas ou Tropicais. Somente em FM é que se classifica com divisão entre educativas e comerciais” (ZUCULOTO, 2010, p. 115). Assim, fica claro que a legislação apresentada no Código Brasileiro de Telecomunicações, apesar de abrangente, não supre as necessidades de definições das modalidades da radiodifusão brasileira, dando margem a interpretações ambíguas e maleáveis.

A lei de instituição do Código Brasileiro de Comunicações criou também a Embratel, e incumbiu a ela a missão de implantar os sistemas interestadual e internacional de telecomunicações. Em 1962 também foi instituída a Propaganda Política Gratuita no rádio e na TV e em 1967 novas mudanças relacionadas à radiodifusão foram implementadas no Brasil por meio do Decreto-Lei 200, que criou o Ministério das Comunicações, e do Decreto-Lei 236, que trouxe significativas mudanças ao Código Brasileiro de Comunicações.

O Decreto-Lei nº 236, de 27 de fevereiro de 1967, foi o primeiro diploma legal que previu a prestação dos serviços de radiodifusão educativa. Em seu art. 13, estabeleceu o seguinte:

“Art. 13 – A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”.

“Parágrafo único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos” [grifo do autor] (LOPES, 2011, p.12).

Em 1975 foi criado o Sistema Brasileiro de Comunicação S/A, uma estatal mais conhecida como Radiobrás, para centralizar o gerenciamento das emissoras de rádio e de televisão do Governo Federal. Em 1983 o Decreto nº 88.066 ressaltou a subordinação da renovação de outorgas ao interesse nacional e ao cumprimento, pelos outorgados, das disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Um longo período sem novas legislações se passou até que a nova Constituição Federal, estabelecida em 1988, surgisse alterando as regras sobre outorga e renovação de radiodifusão. Por meio da nova legislação, o ato deixou de ser exclusividade do Poder Executivo, que antes podia outorgar, renovar, declarar nulas as permissões e concessões sem nenhuma garantia ou respeito aos esforços dos empresários. A Constituição estabeleceu que o controle e a renovação das outorgas seriam a partir dali competência repartida entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a dividiu da seguinte maneira: ao executivo compete expedir os atos de outorga e de renovação aos concessionários, permissionários e autorizatários. Os atos devem ser aprovados pelo Congresso Nacional e a não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso, em votação nominal. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial e o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio.

Na década de 90 a regulação da radiodifusão educativa recebeu importantes modificações, implementadas especialmente para prover às emissoras novos recursos financeiros que pudessem financiar sua operação e ampliação. Já em 1991 a Lei de nº 8.313 instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor. A partir dela foi aberta a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas apresentarem projetos de natureza cultural que pudessem contemplar também as rádios e televisões educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Em 1995, por meio do Decreto nº 1.720, vários pontos do regulamento dos serviços de radiodifusão foram modificados, principalmente no que dizia respeito à política de concessões e permissões de rádio e TV. A mudança mais importante foi a introdução de um procedimento licitatório obrigatório para a outorga de radiodifusão comercial.

É preciso lembrar que, em toda a história da radiodifusão brasileira até então, as outorgas eram dadas discricionariamente, e de maneira não onerosa, com exceção do recolhimento de algumas taxas de serviço. A exigência de licitação, contudo, atingiu apenas a radiodifusão comercial. A radiodifusão educativa seguiu sem exigir a publicação de edital, tampouco a realização de procedimento licitatório. (LOPES, 2011, p.6)

A principal consequência deste ato foi “a manutenção, na radiodifusão educativa, da utilização de outorgas como moeda de barganha política – algo que havia caracterizado também a radiodifusão comercial nas décadas anteriores à exigência de licitações” (LOPES, 2011, p.13).

No ano seguinte, em 1996, o Decreto de nº 2.108 revoga o de nº 1.720 de 1995, sem alterar a inexigência de licitação para emissoras exclusivamente educativas. As determinações do decreto foram aplicadas aos serviços de radiodifusão de onda média, curta, tropical, de FM e de televisão. Vale destacar deste decreto o impedimento de políticos em exercício de mandato ou pessoas em cargos públicos participarem de quadros de direção de empresas de radiodifusão.

Ao final dos anos 90 permanecia na radiodifusão a fragmentação das regras e decretos produzidos nas instâncias diversas da estrutura oficial, isto porque as emissoras continuavam subordinadas ao Ministério das Comunicações e às regras definidas no Código Brasileiro de Radiodifusão, de 1963. O instrumento legal de autorregulamentação era o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, que havia sido aprovado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) em 1991 e desde então estava em vigor.

Em 1997 o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Telecomunicações, considerada por Moreira S. (2002, p.38) “o primeiro texto legal para o setor em quase 30

anos”. A Lei Geral trouxe como ponto importante a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que deveria atuar como reguladora das telecomunicações e da radiodifusão. Em 1998 surgiu a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro, que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária, considerada até 2011 a “última lei de maior importância para as outorgas de radiodifusão a ser promulgada” (LOPES, 2011, p.6).

Ainda em 1998 um novo documento legal trouxe incentivo ao financiamento da radiodifusão educativa, a Lei nº 9.637 de 15 de maio daquele ano. Por meio dela foi criado o Programa Nacional de Publicização e estabelecido que as entidades que absorverem as atividades de rádio e televisão educativa podem receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se então o patrocínio de programas, eventos e projetos. A regulamentação do art. 19 da Lei nº 9.637, de 1998, dada pelo Decreto nº 5.396 de 2005, tornou mais claro o entendimento desse ponto específico da legislação. Por meio do Decreto ficou estabelecido que todas as organizações sociais que exerçam atividades de rádio e televisão educativa podem receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público e privado. A publicidade não pode ser caracterizada como comercialização de intervalos, devendo ser observado o atendimento, exclusivamente, da finalidade social da atividade educativa e cultural da organização.

Voltando à matéria de outorgas, concessões, permissões e autorizações, em 1999 a Portaria Interministerial de nº 651 traz novos critérios para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens com finalidade exclusivamente educativa. Entre outros assuntos, estabelece o que é radiodifusão exclusivamente educativa, quais as características que os programas têm de ter para serem considerados educativos e culturais e o tempo que deve ser destinado à emissão de programas deste tipo.

Em 2007, com o objetivo de impedir que entidades sem propósitos culturais acessassem as licenças de rádio e TV educativa, foram feitas novas alterações na sistemática de outorgas e renovações para a modalidade.

O Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados passou a tornar obrigatória, para os atos de outorga e renovação de radiodifusão educativa, demonstração de vinculação entre a fundação contemplada pela licença e instituição de ensino. O Senado Federal, por meio da Resolução nº 3, de 2009, resolveu acompanhar a decisão da CCTCI, ao estabelecer que a apreciação dos processos de outorga e de renovação de outorga na Casa passaria a considerar também os procedimentos adotados pela Câmara dos Deputados. (LOPES, 2011, p.14)

Em 2010, por meio da Portaria nº 950, o Ministério das Comunicações estabelece novos procedimentos para as outorgas de radiodifusão educativa. Além da documentação exigida até então, passaram a ser obrigatórios os documentos estabelecidos pelo Ato Normativo nº 1/2007 da CCTCI da Câmara dos Deputados e pela Resolução nº 3/2009 do Senado Federal. Desta maneira, o Ministério das Comunicações passou a exigir, no caso de pedido de outorga ou renovação de outorga de radiodifusão educativa para fundação, que sejam apresentados ainda, no início da tramitação dos processos, documentos comprobatórios de vinculação entre a fundação e alguma instituição de ensino.

No ano seguinte o Ministério emitiu a Portaria de nº420, de 14 de setembro de 2011, que revogou a 256 de julho de 2011, dispondo novamente sobre a outorga. Dentre outras decisões, ficou estabelecido que as outorgas de concessão, permissão e autorização para a execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, terão início com a publicação de aviso de habilitação de interessados a apresentarem suas propostas, e que a decisão quanto à abertura é de exclusividade do Ministério das Comunicações. Polêmica gerada a partir destas duas portarias, revogadas ainda pela de nº 355 de 12 de julho de 2012 (a mais atual), diz respeito à exigência de uma declaração feita por pelo menos uma das entidades públicas solicitantes de cada localidade, de que integrarão a rede gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Pesquisadores ainda discutem quais as consequências de tal medida para a autonomia das futuras emissoras.

Em comparação com o desenvolvimento da legislação para o rádio nos Estados Unidos, Moreira S. (2002) avalia que a documentação legal específica no Brasil foi criada para servir aos propósitos político-ideológicos de Vargas, e que especificamente este início acabou por influenciar a evolução das leis elaboradas para o setor. Zuculoto (2010) destaca que até o momento a legislação que disciplina a radiodifusão encontra-se desatualizada, sem dar conta de disciplinar e estruturar a radiodifusão. Tal descaso por parte dos legisladores para com a legislação para rádio e TV no Brasil é visto por Moreira S. (2002) como o reflexo da também pouca atenção dada ao estudo do campo pelos pesquisadores da área da comunicação.

Ainda é possível observar que a sociedade da informação na qual vivemos indica caminhos nos quais os governos terão um papel cada vez mais difuso nas decisões sobre os meios de comunicação.

Diante do quadro tecnológico e comercial que se apresenta, a renovação (e a decorrente atualização) das leis de radiodifusão adquiriu extrema importância para o futuro da mídia rádio no país. Independente das alterações e inserções ocasionais e pontuais em textos legais existentes

permanecem urgentes e necessárias a apresentação, discussão, aprovação e aplicação de uma legislação moderna, que contemple os avanços tecnológicos e industriais e, ao mesmo tempo, impeça que o rádio continue a ser utilizado de acordo com a conveniência dos proprietários ou arrendatários de emissoras, na maioria das vezes sem um respeito mínimo às obrigações definidas nas leis existentes. (MOREIRA, S., 2002. p. 19)

Como se pôde verificar o rádio no Brasil é atrelado à política desde sua concepção, em 1922. O veículo tem parte importante inclusive em acontecimentos históricos e decisivos: ajudou a derrubar a República Velha, participou da Revolução de 32 e também dos relatos da Segunda Guerra Mundial. “Desempenhou importante papel no Golpe Militar de 64, participou ativamente da redemocratização durante a Nova República e, pouco depois, fez ecoar país afora o processo de *impeachment* de um presidente da República”. (ORTRIWANO, 2002-2003, p. 68-69).

O governo também foi determinante para o próprio desenvolvimento do rádio, sua intervenção direta influenciou o veículo até a metade dos anos 40, ou seja, durante as duas primeiras décadas de transmissões no País. Segundo Moreira S. (2002), a radiodifusão foi diretamente afetada pela situação política brasileira nesta época, especialmente por Vargas, que se manteve no poder durante uma década e meia. Esta influência inicial serviu para marcar o rádio brasileiro e todas as suas posteriores etapas de desenvolvimento com o atrelamento aos interesses políticos.

A relação entre a política e o rádio ficou evidente também na “Era de ouro”, inicialmente com uma política de Vargas, que transformou a rádio Nacional na maior expressão do rádio comercial, e depois, com o golpe militar na década de 60, no estancamento dos avanços da busca por uma programação educativa e cultural mais ampliada e inclusiva. “Por isso é que principalmente no final desta fase, projetos de ensino pelo rádio, a maioria governamentais como o Projeto Minerva, não só são destaques nas grades de veiculação, mas na própria produção das emissoras” (ZUCULOTO, 2010, p. 199).

Posteriormente, a outorga para o funcionamento dos canais em frequência modulada começou a ser usada pelo Executivo como “moeda” de troca. Conforme Moreira S. (2002), os receptores das concessões eram sempre empresários e políticos que estivessem alinhados com os princípios do governo militar, assim, desde sua implantação no Brasil, o rádio em FM esteve vulnerável a este tipo de seleção, o que afetou o quadro da radiodifusão brasileira geral. Tal triagem político-partidária para a concessão de canais de rádio, principalmente em FM, foi feita com conhecimento público e causou o desequilíbrio existente no setor da radiodifusão, alterando profundamente o perfil do rádio brasileiro.

Uma série de reportagens publicadas no ano de 2002 pelo jornal Folha de São Paulo, por exemplo, mostrava que haviam sido autorizadas até então 357 outorgas educativas sem licitação, sendo que pelo menos 23 foram para políticos. Posteriormente, em 2006, uma matéria publicada pelo mesmo jornal mostrava que sete concessões de TV e 27 permissões de rádios educativas haviam sido outorgadas a fundações ligadas a políticos. Há, sem dúvida, uma brecha criada pela inexistência de critérios objetivos para a outorga de emissoras de radiodifusão educativa. Essa brecha termina por gerar uma utilização patrimonialista deste tipo de outorga (LOPES, 2011, p. 14-15).

Ortriwano (1985) acredita que a influência política tem como objetivo garantir que empresas de rádio e televisão adotem uma linha de ação voltada para a manutenção do *status quo* definido pela ideologia do grupo dominante e ressalta que o veículo pode servir tanto à mudança quanto à manutenção de um Estado.

A construção histórica do rádio está perpassada de discontinuidades, provocadas muitas vezes pelas sucessivas trocas de gestões, a cada governo e suas ingerências. E mesmo quando as emissoras tentam dar continuidade a projetos anteriores, as próprias acabam produzindo discontinuidades ao implantar políticas de programação que desconhecem as anteriores. “Em alguns momentos de forma violenta e exposta mais claramente com o objetivo de extinguir qualquer memória, como aconteceu na ditadura militar com a Rádio MEC, onde houve a ordem para apagar arquivos de programação” (ZUCULOTO, 2010, p. 202).

Justamente por ser modelo alternativo, sem pretensões de lucro, o rádio educativo deve ter maior atenção do poder público para que sirva efetivamente aos fins declarados em sua constituição, ou seja, educativos e culturais, e mais importante, que não venha a ser ferramenta de proselitismo político ou ainda uma rádio comercializada, que vise a competir com as outras emissoras comerciais.

E para quem acredita que o papel do rádio educativo é utopia, ou mesmo que sua funcionalidade foi ultrapassada, vale recordarmos o que o próprio Roquette-Pinto (in MEDITSCH; ZUCULOTO, 2005) afirmou ainda no início da radiodifusão no País:

Quem pensa desse modo não conhece o que se está fazendo no resto do mundo e, o que é melhor: o que se faz no Brasil.[...] Se muitos dos ouvintes são pessoas cultas para as quais aquilo é passatempo, alguns milhares são homens e mulheres do povo que, sem saber ler, vão aprendendo um pouco (Roquette-Pinto in MEDITSCH; ZUCULOTO, 2005, p. 23).

As palavras de Roquette-Pinto não são contemporâneas, mas bem podiam ser, visto que o rádio educativo no Brasil, apesar de ainda em número reduzido em comparação ao comercial, apresenta, entre uma maioria de emissoras à margem do idealizado pelo pioneiro,

exemplos que fazem jus à modalidade, promovendo a cidadania na comunidade em que está inserido.

2.3 Educativas e a vocação regional

O Ministério das Comunicações divide os dados sobre radiodifusão nas categorias: Comunitária, Educativa e Comercial. Assim, disponíveis no portal, os números referentes às modalidades revelam uma grande disparidade entre as mesmas, observada também no que tange à incidência nas diferentes regiões.

Tabela 2 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade no Brasil 2015

Modalidade	Licenciadas	Porcentagem do total
Comerciais	4.587	47%
Comunitárias	4.641	48%
Educativas	543	5%
Total	9.771	100%

Fonte: Ministério das Comunicações – consulta: 15/01/15

Conforme podemos verificar, existem no total 9.771 emissoras de rádio no Brasil nas modalidades supracitadas, entre licenciadas e em caráter provisório. Destas, 4.587 (47%) correspondem às comerciais, 4.641 (48%) às comunitárias e apenas 543 (5%) às educativas⁵. As informações mostram que as comerciais e educativas já foram superadas pelas comunitárias, que, historicamente, foram criadas mais recentemente.

O fenômeno do crescimento das comunitárias é nacional e ganhou força a partir dos anos 90, como “resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência” (PERUZZO, 1998, p.5). A questão tem suscitado diversos estudos no País como o de Peruzzo (1998), que continuou as pesquisas na área com publicações em 2003, 2004 e 2007, entre outras.

⁵Levamos em consideração neste trabalho todas as emissoras licenciadas, mas é interessante lembrar que muitas dessas ainda não estão em operação ou mesmo já não se encontram mais em atividade. Dados sobre as emissoras em efetiva operação podem ser encontrados na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Tabela 3 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade e região no Brasil 2015

Região	Comerciais / % por região	Comunitárias / % por região	Educativas / % por região	Total de emissoras por região / % por região
Centro-Oeste	504 / 11%	437 / 10%	53 / 10%	994 / 10%
Nordeste	1.010 / 22%	1.408 / 30%	153 / 28%	2.571 / 26%
Norte	415 / 9%	327 / 7%	70 / 13%	812 / 8%
Sudeste	1.548 / 34%	1.538 / 33%	196 / 36%	3.282 / 34%
Sul	1.110 / 24%	931 / 20%	71 / 13%	2.112 / 22%
Total	4.587 / 100%	4.641 / 100%	543 / 100%	9.771 / 100%

Fonte: Ministério das Comunicações – consulta: 15/01/15

Da observação dos dados referentes à distribuição por região podemos afirmar que o Sudeste, apesar de não ocupar a maior parte do território brasileiro nem representar a região com maior número de estados, possui a maior concentração de emissoras de todas as modalidades (1.548 comerciais – 34%, 1.538 comunitárias – 33% e 196 educativas – 36%). O fato evidencia uma possível relação entre as outorgas e a densidade populacional e poder econômico, uma vez que a região traz os maiores índices do País nessas categorias. O Nordeste, que traz a maior quantidade de unidades federativas, mas também não ocupa a maior área do Brasil, fica em segundo em número de emissoras gerais, em segundo nas categorias comunitária (1.408 – 30%) e educativa (153 – 28%), mas em terceiro em comerciais (1.010 – 22%).

Já o Sul, com apenas três estados e a menor área, fica em terceiro em número de emissoras gerais (o que corrobora a ligação entre outorgas e poder econômico, visto que é a segunda região mais rica do Brasil), segundo em emissoras comerciais (1.110 – 24%), e terceiro lugar nas outras duas modalidades (comunitárias 931 – 20%, educativas 71 – 13%). Surpreendentemente o Norte, com a maior área do país e menor densidade demográfica, fica em último em quantidade de emissoras em geral, em último na concentração de emissoras comunitárias (327 – 7%) e também de comerciais (415 – 9%), mas em quarto no número de emissoras educativas (70 – 13%).

E por fim o Centro-Oeste, apesar de abrigar o centro político do País (Distrito Federal) e de ficar na quarta posição no que se refere às emissoras comunitárias (437 – 10%) e comerciais (504 – 11%) aparece em último no que se refere às educativas (53 – 10%).

Como exemplos de educativas de destaque no Brasil é possível citar duas das primeiras emissoras, que curiosamente passaram para o poder público após o início de suas atividades, a Rádio Sociedade que se tornou a Rádio MEC do Rio de Janeiro e a Cultura de São Paulo.

A primeira destaca-se não somente por seu pioneirismo e contribuição histórica para a radiodifusão educativa, mas também por sua atual situação, resultante das descontinuidades legislativas e da influência estatal na modalidade. A Rádio MEC já estava fora do Ministério da Educação desde 1995, sendo inserida na Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Em 2008, passou a fazer parte da então criada Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e em 2013 uma série de mudanças causou polêmica junto aos funcionários e a Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC (SOARMEC).

A Sociedade acusou a EBC de demitir em massa funcionários antigos, de negligenciar os arquivos na então repentina mudança do histórico prédio na Praça da República (RJ) para a Avenida Gomes Freire, e de emprestar equipamentos e instrumentos para outras instituições. À época a Sociedade se reuniu para discutir o que fazer diante de tal situação, criou uma comissão de defesa e escreveu uma carta aberta à Presidente da República Dilma Rousseff.

Até o momento a emissora continua sob os cuidados da EBC que a descreve em seu portal como portadora de uma programação voltada totalmente para a difusão da cultura brasileira, que promove a MPB e abre janelas para o jazz, a música instrumental e para a chamada "*world music*".

A busca pela excelência, pela plasticidade sonora, pela diversidade, pelo público infanto-juvenil, pelo experimentalismo e pelos novos artistas, sempre apoiada nas temáticas dos direitos humanos e na diversidade regional, fez com que a emissora diversificasse sua programação que hoje é composta por cerca de 40 programas. (EBC, 2015)

Ainda segundo o site novos estúdios foram inaugurados no final de 2014 equipados com piano de cauda e adequados para apresentações ao vivo para utilização da Rádio MEC e para a Nacional do Rio de Janeiro.

Já a Cultura de São Paulo se destaca pela participação da população ao longo de sua história. A emissora iniciou suas operações em 1936 com objetivos culturais e educacionais. Inicialmente era propriedade da família Fontoura, mas, posteriormente, no final da década de 60, passa para o controle da Fundação Padre Anchieta, instituição do segmento educativo de

radiodifusão. Tanto em AM quanto em FM, a emissora buscou se distanciar das comerciais oferecendo uma alternativa mais musical e cultural. Sua gestão serviu por muito tempo de modelo de radiodifusão independente, com a existência de uma diretoria executiva apoiada por um conselho curador efetivo e participativo. A emissora tem como missão a defesa do aprimoramento integral da pessoa humana e a formação crítica do homem para o exercício da cidadania e já recebeu diversos prêmios nas áreas cultural, de artes, de radiojornalismo, produção universitária e claro, programa musical.

Em 2010, porém, os sindicatos dos jornalistas e dos radialistas do estado de São Paulo e outras entidades representativas da área de comunicação lançaram o movimento Salve a Rádio e TV Cultura, alegando que a fundação vinha passando por duas décadas de crises financeiras periódicas e que por isso estava em curso um desmonte das emissoras, com demissões e modificações da grade. Em 2011 ativistas pela democratização da mídia promoveram um protesto ainda contra o desmonte, agravado pela então abertura de espaços para empresas privadas.

Considerando que na década de 20 todas as emissoras eram educativas, uma vez que não havia ainda legislação que permitisse propagandas nem iniciativas para a publicidade no rádio, é possível também citar, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (1937) disponível na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as outras pioneiras e o ano inicial de suas atividades. No então Distrito Federal, no estado do Rio de Janeiro, foram criadas a Rádio Clube do Brasil (1924), a Rádio Sociedade Mayrink Veiga (1926) e a Sociedade Rádio Educadora do Brasil (1927). Na Bahia, foi criada a Rádio Sociedade da Bahia (1924); no Pará, a Rádio Clube do Pará (1929); em Pernambuco, a Rádio Clube de Pernambuco (1925); e no Rio Grande do Sul a Rádio Sociedade Gaúcha (1928) e a Sociedade Difusora Rádio Cultura (1928). Ainda, em São Paulo foram criadas a Rádio Clube de São Paulo (1925), a Sociedade Rádio Educadora Paulista (1925), a Rádio Cruzeiro do Sul (1927), a Rádio Clube de Ribeirão Preto (1925), a Rádio Clube de Santos (1926) e a Rádio Sociedade Record (1928).

No que tange às educativas impulsionadas a partir do lançamento das FM's na década de 70, vale citar também a Rádio Libertas, ligada à prefeitura de Poços de Caldas – MG (1975), a Rádio Cultura Municipal de Amparo - SP (1978) e a Rádio Educadora FM (1978), do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB). Este último constitui uma Fundação ligada à Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia, que reúne, além da rádio, a TV Educativa da Bahia e o Portal do IRDEB. A fundação foi instituída em 1969 e deu

continuidade ao trabalho de educação radiofônica iniciado com o Programa de Educação Base desenvolvido por uma parceria entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado e o Movimento de Educação de Base. Foi uma das pioneiras no Brasil na área de formação de professores por meio do rádio.

Considerando que os preceitos da radiodifusão educativa estejam fragmentados em legislações por vezes confusas, que não se exija licitação para outorgas para esta modalidade e que o conceito de educação possa ser tomado subjetivamente, é possível afirmar que muitas educativas no País funcionam atualmente descaracterizadas. Heitzmann e Besspalhok (2005) expõem em seu estudo um exemplo da situação, a influência por parte do governo do Paraná que algumas emissoras educativas sofrem.

Segundo as pesquisadoras,

[...] o governo do Estado difunde informações sobre sua atuação nas duas emissoras educativas e também na TV Educativa, em Curitiba. A reunião semanal do secretariado do governador Roberto Requião (PMDB) é veiculada e também o programa “Pra seu governo”. (HEITZMANN; BESPALHOK, 2005, p.5).

Bucci (2008) indicava já no início de 2003 uma má utilização dos veículos de comunicação públicos no Brasil. O jornalista, que foi presidente da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) de 2003 a 2007, assinala que, assim que assumiu a instituição, descobriu que a prática era ignorar a lei ordinária e a Constituição que condenavam a utilização de equipamentos e instituições públicas para fins particulares ou partidários.

Embora a lei não autorizasse expressamente que os governantes se aproveitassem dos serviços de comunicação social sob seu controle, direto ou indireto, a administração pública no Brasil aceitava esse costume como se ele fosse natural, pré-ideológico: aos olhos da direita e da esquerda, assim era porque sempre tinha sido assim. O partidarismo nos órgãos públicos de comunicação podia não ser escancarado o tempo todo, mas era intocável, como se fosse, e talvez fosse exatamente isso, uma reserva de honra do nosso patriotismo atávico. (BUCCI, 2008, p. 22)

O jornalista relata os percalços no caminho rumo à transformação da Radiobrás, que, embora fosse uma rádio pública de direito privado e não integrasse diretamente a administração pública, era utilizada como estatal e conforme o próprio autor afirma estava ainda mais obrigada que as outras aos princípios constitucionais.

A interferência do poder público não só nas estatais, mas também nas públicas e educativas pode ser vista quase como ditatorial. Exemplo claro se deu com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que resultou da fusão da própria Radiobrás com a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto – ACERP e, após a reorganização das

emissoras sob sua égide, incentivou a recomposição da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub). Conforme Bucci (2010) a Empresa abriga duas vocações antípodas: a de fazer uma comunicação verdadeiramente pública e a de prestar serviços de proselitismo ao governo, o que, inevitavelmente, é repassado às componentes de sua rede.

Para agravar a já confusa situação, além de a EBC ser responsável pela prestação dos serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo, conforme define a lei de sua criação⁶, a mais recente Portaria do Ministério das Comunicações⁷ definiu que pelo menos uma educativa em cada localidade deve declarar que integrará a rede gerida pela empresa pública. Logo,

O que se ouve e o que se vê é um investimento, um esforço governamental de, cada vez mais, divulgar ações, projetos e políticas públicas pelas ondas do rádio e também na TV. Essa veiculação se dá, na maioria das vezes, sem o direito ao contraditório e sem a reflexão e o caráter crítico que devem nortear as emissoras educativas. (HEITZMANN; BESPALHOK, 2005, p.4-5)

Moreira S. (2014) atenta ainda para o fato de que as concessionárias que fazem parte do sistema educativo, como as emissoras universitárias, não têm como manter sua independência, pois, conforme a legislação, precisam submeter uma das fontes de recursos próprios à agência do Governo Federal.

Zuculoto (2010, p.205), assim como todos os outros pesquisadores da radiodifusão pública e educativa, defende que um dos requisitos mais fundamentais a essas emissoras é justamente a independência editorial, “sem qualquer vinculação com os interesses da hora, por exemplo, dos governantes ou dos segmentos que dominam a cena política. A única vinculação deve ser com a pluralidade dos interesses públicos”.

Também compreendida como base fundamental para o rádio público e educativo, está a regionalização da produção e da programação. Para que realmente espelhem a vida de seu público, é preciso que as emissoras incluam em suas programações temas ligados diretamente à realidade das comunidades nas quais estão inseridas. É preciso também que exista por meio do veículo uma integração da preservação da memória histórica e cultural da comunidade, integrada ao nacional, ao continental e ao mundial. É preciso que sejam traduzidas, em programações abertas, as culturas local, regional e nacional. Isto,

(...) de uma forma que as emissoras públicas realmente possam cumprir seus autoproclamados papéis sociais de inclusão, de educação, de estímulo ao

⁶ Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

⁷ Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

exercício da cidadania, de atendimento ao interesse público em consonância com o contexto contemporâneo. (ZUCULOTO, 2010, p.204).

Fadul e Rebouças (2005) definem um novo conceito para as negociações entre o local, o regional, o nacional e o global de que falam os pesquisadores da área, o conceito de “glocal”, que seria suficiente para dar conta do processo de globalização e valorização do local verificado nos meios de comunicação e, principalmente, no rádio, cuja própria natureza é regional.

Peruzzo (2003) acredita que com a globalização os meios estariam buscando ampliar suas redes com o aumento dos programas produzidos localmente e a maior preocupação com a cobertura jornalística da cidade-sede e das vizinhas da estação geradora.

Já é mais do que tempo de se ampliar os espaços para programação local e regional nos meios de comunicação. É sabido o incômodo que é morar em cidades do interior dos estados, no Brasil de tão grandes diversidades, e ter que ficar assistindo somente noticiários de fatos ocorridos na capital, nas cidades mais importantes do país (principalmente Rio, São Paulo e Brasília) ou internacionalmente. Claro que tudo isso interessa, além de ser um tipo de informação necessária. Mas, não é só. As pessoas precisam e gostam também de saber e discutir sobre as realizações e acontecimentos que ocorrem ao seu redor. (PERUZZO, 2003, p.14)

Lopes (2011, p.13) lembra que os serviços de radiodifusão em Frequência Modulada (FM) têm por si só uma cobertura tecnicamente inferior à encontrada na Amplitude Modulada (AM), por isso, as rádios nessa frequência devem ser destinadas à prestação de serviços locais. “[...] via de regra, o alcance de emissoras outorgadas em FM, inclusive para rádios educativas, é suficiente para atender à localidade para a qual receberam a outorga ou, em alguns casos, a algumas localidades em um raio relativamente restrito”.

Assim, a programação das rádios públicas e educativas deve transmitir não apenas temas não abordados por outras emissoras, mas também apresentar novos formatos, abordagem, formas de interação e linguagens inovadoras e experimentais. Deve ainda proporcionar ao público a apropriação do conhecimento, para que estes se tornem igualmente produtores do mesmo.

Na perspectiva da produção dos programas educativos voltados à cultura e promoção da cidadania, Del Bianco (2003) citada por Heitzmann e Bessalho (2005), observa como práticas adequadas e necessárias: não dar aulas pelo rádio, mas sim disseminar a cultura por meio da linguagem radiofônica; utilizar-se de linguagens radiofônicas como o humor, os efeitos sonoros, os relatos de casos reais e o drama valorizando assim também o estético e não

apenas o conteúdo; e, claro, apresentar conteúdos que estimulem a reflexão e a construção do saber.

Marlene Blois (2003) resume a opinião da maioria dos pesquisadores da área, quando afirma que a abertura de espaço na programação das rádios para expressão da cultura local, regional e nacional é indispensável, pois não existe a mínima possibilidade de inserção destes conteúdos nas emissoras comerciais e grandes redes de comunicação. A pesquisadora acredita ainda, e esta é a linha que seguimos neste trabalho para a análise do conteúdo emitido pela 104 FM Rádio MS, que é justamente a ruptura com o modelo comercial e a liberdade de propor programas de caráter educativo e cultural, sem depender de audiência, que representam o poder do rádio de caráter público e, acrescentamos, educativo.

3. O CENÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE E A 104 FM

3.1 Radiodifusão no estado

Na região do antigo Sul de Mato Grosso o rádio foi fundamental para a informação da então rarefeita população. Seguindo o desenvolvimento do rádio no País, muitas das primeiras emissoras criadas neste local já nasceram com objetivos educativos e contribuíram para a difusão do conhecimento em um território amplo e pouco habitado. Ainda constituindo um único estado com a área mais ao norte, a região se desenvolvia tendo como principais cidades Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã, onde foram instaladas as primeiras emissoras.

Data da década de 30 a constituição da primeira radiodifusora do estado, intitulada A voz de Corumbá. O engenheiro Carlos Miguel Mônaco montou com recursos próprios a emissora que foi inaugurada em 1935, quando nem a capital Cuiabá tinha rádio ainda. Mas naquele tempo o veículo já não era novidade para as populações campo-grandense e corumbaense, que já haviam constituído clubes para recepção das ondas e se reuniam constantemente. Em 1924, o primeiro clube de recepção de Mato Grosso, o Rádio Clube, foi sediado na casa do Dr. Vespasiano Martins, na rua XV de novembro, na então futura capital do novo estado.

Nessa época em Campo Grande havia poucos aparelhos de rádio, e como as pessoas ficavam encantadas com o rádio que trazia notícias e as músicas dos homens da época nas ondas de estações de São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires, logo o pequeno *Rádio Clube* tornou-se um centro de reunião familiar. (MOREIRA, D., 2010, p. 5)

Corumbá já dispunha de ouvintes a partir de 1927, conforme consta em nota do jornal A Cidade deste mesmo ano. A cidade branca também recebeu a segunda emissora do estado, a Rádio Difusora Mato-Grossense, em 1936.

Campo Grande só viria a ter uma emissora três anos depois, em 1939, com nome similar à de Corumbá: Rádio Difusora de Campo Grande. Também conhecida como PRI-7, a emissora funcionava em Amplitude Modulada de 1240 KHz e utilizou o espaço do antigo Cine Trianon para programas de auditório que marcaram época pela novidade e revelaram talentos regionais.

O primeiro dono da radiodifusora foi o cuiabano Pery⁸ Alves Campos, que foi a São Paulo buscar equipamentos descartados junto à Record. “Pery Campos passou a organizar a PRI-7 praticamente sozinho. Além de dono foi diretor artístico, programador e radialista. Ele trouxe um grande progresso a Campo Grande” (DONATO e REZENDE, 1994, p. 9).

Em 1945 surgiu na cidade morena não apenas mais uma emissora, mas a primeira com objetivos culturais e educativos abertamente estabelecidos, a Rádio Cultura de Campo Grande LTDA. Ela era dividida por três proprietários, Gilberto Barreto Fragoso, Ranulpho Mourão e Lauro Riccy. Durante 55 anos a rádio manteve a liderança de audiência, desbancando a PRI-7.

A Rádio Cultura foi a grande mãe das mudanças de costumes e comportamento. A ideia sempre foi fazer uma programação popular prestadora de serviços. “Uma grande Família” é assim que o radialista Ramão Achucarro define com muito entusiasmo a emissora onde começou a trabalhar há 38 anos, e não largou mais. Como ele, muita gente se lembra do novo significado que a Cultura emprestou aos programas de auditório e da polêmica que a emissora fazia questão de criar em seus programas. O segredo da Rádio Cultura era não imitar a programação das outras emissoras da cidade, mas estava permitido violar os padrões seguidos pelas outras rádios. (DONATO e REZENDE, 1994, p. 16).

Por volta de 1953 a Cultura e a PRI-7 passaram a funcionar no mesmo prédio, pois foram compradas por um mesmo dono, João Saad, dono também da Rádio Bandeirantes de São Paulo. Nasralla Siufi, mais conhecido como Nassura, foi gerente das emissoras por um tempo até comprar ele mesmo a Cultura em 1962. Sob sua administração, a Cultura desenvolveu o *Gazeta Campo Grande*, jornalístico produzido em condições tecnológicas memoráveis.

Existia uma linha física, parecida com cabos telefônicos e que ligavam os equipamentos de reportagem com os estúdios, onde a transmissão tinha que passar, antes de ir ao ar. Muitas vezes, estas linhas percorriam dois quilômetros em meio a postes, árvores e ruas muito movimentadas. Aconteceram vários casos *dos* sonoplastas saírem remendando as linhas físicas durante a transmissão por que um carro havia passado na rua e rompido com a linha. Ramão Achucarro vai mais adiante, e conta que para fazer reportagem era preciso carregar uma infinidade de equipamentos. Os microfones pesavam mais de 15 quilos, eram os famosos RCA Vitor. Pior que os gravadores ele duvida que existiu, o peso de cada aparelhinho pesava em média entre 30 e 40 quilos, isso no tempo em que já existiam os gravadores... (DONATO e REZENDE, 1994, p. 19)

Não demorou muito as rádios começaram a incomodar os militares, que, durante o golpe militar de 1964 cercaram as emissoras. Assim a partir dali os jornais que iam para o ar

⁸ A grafia do nome do pioneiro do rádio foi encontrada tanto com ‘i’, quanto com ‘y’, sendo ambas amplamente utilizadas. Optamos por seguir o disposto no trabalho de Donato e Rezende (1994).

passavam antes por uma fiscalização do exército, que modificava seu conteúdo sem direito a recurso.

Seguindo a ordem cronológica das primeiras emissoras do então estado de Mato Grosso, Ponta Porã recebeu sua primeira rádio, também com fins artísticos e educativos, em 1947. Moreira D. (2010) observa que a sociedade da Rádio Difusora Ponta Porã LTDA. tinha uma cláusula peculiar em seu contrato que as outras emissoras iniciais não tinham, o impedimento estabelecido de envolvimento em assuntos de ordem partidária, política ou religiosa.

Na década seguinte Dourados recebe sua primeira emissora, a Rádio Clube de Dourados, inaugurada em 1954. A rádio funcionou em caráter experimental até 1957, quando finalmente foi homologada pelo Ministério da Educação e pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).

A terceira rádio de Campo Grande foi a Educação Rural, criada a partir de uma concessão do Governo Federal à Igreja Católica. Donato e Rezende (1994) registram que o então bispo Dom Antonio Barbosa foi pessoalmente à Brasília pedir a concessão ao então presidente da república Juscelino Kubitschek. O radialista Sabino Presa⁹ foi o convidado a acompanhar a implantação da rádio, que inicialmente funcionou no Palácio Episcopal, residência do então Bispo.

“A emissora iniciou suas transmissões com as Escolas Radiofônicas, tendo como proposta alfabetizar a população carente e que não tinha acesso à educação” (OTA, 2000, p.60). As emissões eram feitas em 250 watts de potência em Ondas Médias (OM) e 1000 watts em Ondas Tropicais (OT), o que permitia alcançar os quase 150 quilômetros quadrados que integravam a diocese. Fernandes (*in* PRATA, 2011) explica como se desenvolveram as atividades educativas:

Pessoas já alfabetizadas eram treinadas em Campo Grande e retornavam as suas comunidades para instruir os demais, utilizando-se de uma lousa e de um aparelho de rádio que transmitia as aulas produzidas pela Educação Rural (AM 580 OT 62 metros). O sistema só foi desativado em 1967, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), pelo Governo Federal. (FERNANDES *in* PRATA, 2011, p.140).

A Educação Rural foi a pioneira nas transmissões a longa distância e interestaduais, com as emissões do Miss Mato Grosso feita por telefone do Clube Esportivo Dom Bosco em

⁹ A grafia do nome de Sabino também é encontrada na literatura com duas grafias: uma com “s” e outra com “z”. Optamos novamente por seguir o disposto no trabalho de Donato e Rezende (1994).

Cuiabá, em 1961, e do concurso de Miss Brasil, diretamente do Pavilhão de São Cristóvão no Rio de Janeiro.

As três emissoras seguintes a se estabelecerem no estado foram desenvolvidas em Corumbá: a Sociedade Rádio-Clube de Corumbá LTDA., constituída em 1956, que também era voltada para fins culturais e educacionais; a Rádio Caçula LTDA., constituída em 1962; e a Sociedade Rádio Cultura de Corumbá LTDA., que, como o nome revela, também seguia a linha educacional.

Seguindo a cronologia outras duas emissoras surgiram em Dourados com a participação de religiosos em sua fundação. A Rádio Difusora de Mato Grosso Ivaté LTDA., instalada em 1962, que tinha quatro padres como sócios-proprietários e sua finalidade era a orientação educacional e informativa; e a Rádio Educadora Dourados LTDA, que foi constituída em 1965 “visando especialmente a mensagem da cultura e elevação cristã, moral e cívica” (MOREIRA, D., 2010, P. 12).

Corumbá teve mais uma emissora educativa instituída em 1966, a Rádio Educação e Cultura de Corumbá LTDA, e em Dourados, no ano seguinte, foi inaugurada a Sociedade Rádio Educadora Rural de Dourados LTDA. Moreira D. (2010) observa que esta última emitia programas de educação rural diários que funcionaram como instrucionais para lavradores e pecuaristas e que, por ter sido iniciada com um capital social inferior ao das outras emissoras, ela pode ter sido resultado do esforço de um número maior de pessoas para colocá-la no ar, o que, por sua vez, indica um caráter social reforçado.

Em Campo Grande outra educativa se instalou em 1968, a Serviços Sonoros Stereomúsica LTDA. que, surpreendentemente, “tinha como objetivo explorar os serviços de radiodifusão com finalidade informativa, educacional e cívica, bem como a exploração de propaganda comercial, de acordo com a legislação específica reguladora do serviço de radiodifusão” (MOREIRA, D., 2010, p.12-13).

Ainda cinco emissoras se instalariam na região que a partir de 1977 passaria a ser oficialmente o estado de Mato Grosso do Sul. Assim, à época de sua primeira estatística oficial¹⁰, MS totalizava 20 radiodifusoras, que movimentavam 198 funcionários, entre produtores, diretores, locutores, repórteres, redatores e administrativo.

Não foi possível encontrar informações detalhadas sobre a instalação de emissoras nos anos 70, 80, 90 e 2000, mas o desenvolvimento do veículo, das legislações, tecnologias e da

¹⁰ Apesar de criado em 1977 o estado só começou a ter seu número de emissoras discriminado a partir do anuário estatístico do IBGE de 1983, com dados referentes a 1980-1981. Documento disponível em < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/676/aeb_1983.pdf >. Acesso em 15/01/2015.

própria região de Mato Grosso do Sul resultou em um grande crescimento também dos meios comunicacionais. Hoje existem 230 radiodifusoras em MS, conforme informações do Ministério das Comunicações.

Tabela 4 - Emissoras de rádio distribuídas por modalidade no Mato Grosso do Sul 2015

Radiodifusão	Emissoras	Porcentagem do total
Comercial	131	57%
Comunitária	87	38%
Educativas e consignadas pela União	12	5%
Total	230	100%

Fonte: Ministério das Comunicações – consulta em 15/01/15.

Quanto à natureza prevalecem no estado as emissoras comerciais, que representam 57% do total de radiodifusoras. Dentre as 131 comerciais, 84 operam em Frequência Modulada (FM), 55 em Ondas Médias (OM) e quatro em Ondas Tropicais (OT). Em segundo lugar de prevalência aparecem as comunitárias que funcionam em OT e, apesar de terem surgido depois da radiodifusão educativa, seguiram a tendência nacional e ultrapassaram-na em quantidade representando atualmente 38% do total.

Por último em número de radiodifusoras em Mato Grosso do Sul ficam as educativas e consignadas pela união, que hoje representam apenas 5% do total. Dentre estas, o Ministério das Comunicações identifica somente sete emissoras efetivamente educativas e no Sistema de Controle de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações os números são ainda menores: duas outorgadas, uma para a EBC (que será explorada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e outra para a Câmara dos Deputados, e três educativas licenciadas e em funcionamento: a FM UCDB, a Uniderp FM e a 104 FM Rádio MS.

3.2 Educativas em frequência modulada

Além da 104 FM Rádio MS, as outras três emissoras em Frequência Modulada (FM) que utilizam canais educativos em Mato Grosso do Sul – sendo duas que estão em funcionamento e uma que ainda será implantada – são radiodifusoras ligadas a instituições de

ensino, podendo também ser classificadas como universitárias, uma forma de radiodifusão educativa.

Mais voltadas ao valor pedagógico e experimental da programação, as universitárias são diferenciadas tanto em seu conteúdo quanto em sua forma de utilização. Para Deus (2003, p. 2) “uma das primeiras características das emissoras universitárias públicas é o reconhecimento da pluralidade cultural através de espaços destinados para diferentes públicos”. Segundo a pesquisadora, as rádios são veículos do saber científico, político, filosófico, cultural e musical produzido dentro da Universidade; são espaços laboratoriais onde os acadêmicos podem desenvolver práticas pautadas pela qualidade e responsabilidade; são meios de discussão e difusão de conhecimento.

Diniz e Maciel (2014) destacam exatamente a extensão universitária e a participação do corpo discente na produção e programação como diferença entre emissoras educativas e universitárias.

A extensão é um aspecto fundamental das atividades de uma emissora desse tipo porque é através também das atividades extensionistas que a universidade devolve à sociedade tudo aquilo que nela é investido. Já a participação do alunato é um dos requisitos para a constituição verdadeira de uma rádio universitária porque esta deve contribuir para a formação do estudante e, ao mesmo tempo, servir como espaço de inovação, criatividade e produção de novas propostas, as quais, em geral, surgem e se materializam em projetos experimentais dos alunos. É por isso que praticamente todos os regimentos das educativas universitárias, como o da Unesp FM, determinam que as emissoras contribuam com a pesquisa, o ensino e a extensão. (DINIZ e MACIEL, 2014, p. 3)

Deus (2003) Diniz e Maciel (2014) concordam que a falta de um amparo legal especificando a participação dos discentes e a utilização da emissora como espaço laboratorial pode ter resultado na situação atual: emissoras isoladas, formatando as programações que entendem serem as melhores sem uma efetiva definição conjunta.

As rádios universitárias estão reproduzindo o que fazem as rádios comerciais e não estão produzindo conhecimentos novos. Com isso em nada contribuem para a formação de novos profissionais do jornalismo e para a transformação da universidade e da sociedade. (DEUS, 2003, p.4).

Em Mato Grosso do Sul as duas emissoras universitárias em funcionamento iniciaram suas atividades seguindo os preceitos acima citados, com programação voltada à participação acadêmica, formatos alternativos e programas educacionais. Mas, ainda que mantenham a participação discente e alguns programas educacionais, já há alguns anos se voltaram mais para a configuração comercial do rádio, com muitos intervalos e formatos já consagrados.

A FM UCDB funciona no canal 218E – 91,5 MHz, classe B1 e é gerida pela Fundação Dom Bosco, uma pessoa jurídica de direito privado ligada à Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). A concessão é educativa por isso de acordo com o site da rádio sua finalidade é veicular matérias de cunho educacional cultural, artístico, científico e religioso, contribuindo assim para a formação e evolução do ser humano. Silveira *et al* (2012) assinalam o dia 19 de março de 1999 como a data na qual o então Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, lançou para votação no Congresso Nacional o ato que permitiria a radiodifusão da UCDB durante 10 anos.

Inicialmente a emissora ocuparia o canal 288E, Classe B, frequência de 105,5MHz, mas, no dia 30 de novembro de 2000, quando foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 238 de novembro de 2000, no qual foi aprovado o ato de criação da emissora, o canal foi modificado para o atual.

Após várias decisões no cenário nacional, no dia 06 de dezembro de 2001 as transmissões experimentais começaram, durante esse período foram realizados vários testes, que terminaram no dia 16 de agosto de 2002, quando a rádio entrou no ar com caráter definitivo. O raio de abrangência do sinal da FM UCDB é de 150 km chegando às cidades de Aquidauana, Anastácio, Bandeirantes, Piraputanga, Dois Irmãos do Buriti, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Terenos, Bonito, Maracaju, Palmeiras e Miranda. A estrutura da rádio é toda localizada dentro do campus da Universidade Católica Dom Bosco, com uma área construída de 300m². Sua estrutura técnica é toda informatizada, e as músicas e programas são reproduzidos em arquivos mp3, e a rádio atualmente possui um acervo de mais de 14.000 títulos. (SILVEIRA *et al*, 2012, p. 2-3)

Informações do Portal de Mídia indicam que foi a partir de 2007 que a programação da emissora se tornou mais voltada ao público universitário com músicas mais atuais e ecléticas. Os alimentadores do site pontuam que à época de edição do portal (2011) apesar de pertencer a uma instituição de caráter religioso, eram apresentados na grade de programação da emissora apenas dois programas diários com esse teor.

A Uniderp FM é uma rádio educativa sob concessão da Fundação Manoel de Barros (FMB), ligada à Anhanguera Uniderp. A emissora funciona no canal 279 E – 103,7 MHz, classe B1 e, segundo o Portal de Mídia, foi a terceira educativa a ser instalada em Campo Grande. A publicação do contrato/convênio junto ao Ministério das Comunicações data de 29/10/2004, porém o início das atividades em caráter experimental se deu no dia 12 de junho de 2005. A rádio passou a operar em caráter definitivo a partir de outubro de 2009.

Fernandes (*in* PRATA, 2011) registrou que a emissora transmitia um estilo musical *pop soft*, com foco no ouvinte da classe B na faixa etária de 27 a 33 anos, o qual, à época,

atingia 17%. “Cada programa é estrategicamente pensado nesta direção, e está harmoniosamente articulado com a sequência musical que ocupa a maior parte da programação” (FERNANDES *in* PRATA, 2011, p. 146).

Ainda outro fato no mínimo interessante sobre a rádio foi registrado por Fernandes (*in* PRATA, 2011, p. 146): “apesar de a universidade manter cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda, a emissora não é laboratório dos mesmos. Alunos de quaisquer cursos podem se credenciar como estagiários, desde que aprovados em processo seletivo”.

Quanto à programação dois projetos de responsabilidade social tinham destaque: o Toque Regional Estudantil, que, às sextas-feiras promovia visitas de artistas regionais a escolas de ensino médio de Campo Grande, com sorteios de brindes e flashes ao vivo, e o Rádio Solidária, que divulgava ações de instituições filantrópicas e entidades do terceiro setor.

Atualmente constam da programação da rádio no portal da emissora na internet¹¹ sete programas: Seus Direitos – mitos e verdades, Entrevista 103, Conexão Estilo, Uniderp Notícias, Rádio Fanzine, Esporte 103 e Informe 103. Ainda segundo o site, a programação é composta por sucessos nacionais e internacionais, 24 horas por dia.

Também na área da radiodifusão educativa em frequência modulada ligada ao ensino superior está a rádio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que atualmente se encontra em processo de implantação. As movimentações iniciais na instituição datam de 2009 com um ofício protocolado junto ao Ministério das Comunicações requerendo autorização para a instituição da emissora. O canal para a radiodifusão foi oficialmente concedido à UFMS no dia 12 de abril de 2010, mas a assinatura do termo de cessão junto à EBC, exigência que passou a vigorar a partir de 2011¹² para a radiodifusão exclusivamente educativa, ocorreu em 2013. O documento foi assinado pela Reitora da Universidade, Célia Maria Silva Correa Oliveira, e pelo presidente da EBC, Nelson Breve, e a partir da assinatura a Universidade pôde abrir o processo de licitação dos equipamentos para a rádio.

Pelo termo de cessão, cláusula segunda, 2.1, item h, é de responsabilidade da cessionária no caso a UFMS a elaboração da programação musical e jornalística veiculada em sua emissora de rádio, sendo que qualquer inobservância das obrigações legais e éticas cometidas por seus profissionais poderá culminar na revogação do contrato. O documento também prevê, na mesma cláusula, item j, a veiculação de uma hora diária, de segunda a sexta-

¹¹ Disponível em < <http://www.uniderpfm.com.br/> >. Acesso em 25/06/2014.

¹² A Portaria do Ministério das Comunicações de Nº 420, de 14 de setembro de 2011, exigia dentre os documentos de solicitantes jurídicos de direito público, uma declaração de que as emissoras integrariam a rede EBC. Ela foi revogada pela Portaria de Nº355, de 12 de julho de 2012 que manteve a exigência quando não houver, na mesma localidade, outra emissora que já integre a rede.

feira e, aos sábados e domingos, da programação da rede de emissoras da EBC. A previsão de início das operações da Rádio da UFMS é o primeiro semestre de 2015. (OTA; MALULY, 2014, p.11)

Ao contrário das outras três educativas de Mato Grosso do Sul a 104 FM Rádio MS não tem caráter universitário e tem sido, por mais de 20 anos, a única educativa em FM no estado que é também pública. Por isso, a rádio traz características peculiares que perpassam desde sua concessão e criação até o desenvolvimento de sua programação.

3.3 104 FM Rádio MS

A emissora educativa sob o canal 284E, Classe B2, e frequência de 104,7 MHz tinha até o final de 2014 o nome fantasia de 104 FM Rádio MS. Segundo informações de alguns livros e artigos suas atividades se iniciaram em 1994, exatos 10 anos após sua concessão ao então recém-criado estado de Mato Grosso do Sul, mas, conforme o site do Ministério das Comunicações¹³, a Portaria que autoriza a execução dos serviços de radiodifusão é a de nº 120 de 06/06/1988, com publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 06/06/1988 e a publicação do contrato/convênio referente à outorga, data de 16/08/1988.

A 104 FM Rádio MS foi criada para formar a radiodifusão oficial do Estado de Mato Grosso do Sul juntamente com a emissora de TV denominada até o final de 2014, quando mudou novamente o governo, “Brasil Pantanal”. À época de inauguração do novo prédio para a TVE e simultânea inauguração da rádio educativa, em 20 de dezembro de 1994, foi fixada uma placa na entrada da edificação com os dizeres: “A RTVE Regional, faz parte do Sistema Público de Rádio e Televisão, colabora para as mudanças sociais propiciando o desenvolvimento com novas maneiras de expressão e cidadania, dando visibilidade aos invisíveis e privilegiando os jogos de identidade locais, promovendo a inclusão social”. Evidenciava-se ali a vontade de praticar uma das principais características do rádio que inclusive vai ao encontro dos preceitos de uma emissora educativa: a proximidade da mídia com a comunidade, os vínculos de pertença estabelecidos e a promoção da cidadania e desenvolvimento local.

De 1994 a 2014 quatro governantes diferentes estiveram à frente do Estado e cada um, a seu tempo, investiu em equipamentos, concursos e implementou mudanças na emissora que até hoje só não mudou de endereço, estando situada desde o início na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, s/n, Parque dos Poderes, Campo Grande – MS. “A constante mudança

¹³ Disponível em < <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/> >. Acesso em 28/02/2014.

política que promove a troca da direção da fundação faz com que seu perfil técnico, às vezes, tenha seus alicerces abalados” (SIGRIST, 2004. p.7). Assim, foram sendo alterados ao longo dos 20 anos de emissora também a direção, o nome e principalmente a programação da 104.

Mudanças ocorreram também na administradora da rádio e da TV, que primeiro foi Empresa de Radio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul (Ertel), virou Fundação de Rádio e Televisão Educativa de MS (Fertel) e em 2001 incorporou o termo “Jornalista Luiz Chagas”, em homenagem póstuma a um funcionário. A fundação que já esteve ligada às secretarias de Educação e de Cultura, há muitos anos ocupa posição privilegiada no organograma do estado, estando diretamente ligada à Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul (SEGOV). Tal fato, apesar de comum a outras emissoras públicas de caráter educativo no Brasil, é visto com ressalvas por pesquisadores da radiodifusão brasileira, uma vez que é também causador das constantes mudanças ocorridas nas rádios e programações.

3.3.1 Criação e primeiros anos

Segundo o jornalista Carlos Eduardo Bortolot¹⁴, diretor-presidente da então empresa (ERTEL) à época de implantação da rádio, uma verdadeira corrida contra o tempo marcou os meses iniciais de atividades da emissora. Cadu, como é conhecido no meio jornalístico, foi convidado pelo então governador Pedro Pedrossian a reformular a TV Educativa (TVE) para sua reinauguração em um novo prédio no Parque dos Poderes. A construção, projetada pelo arquiteto pernambucano Roberto Montezuma contemplava uma torre de alvenaria, considerada à época a maior do mundo neste material, com 100 metros de altura, “três estúdios de TV, sendo um com auditório, além de dois estúdios para a rádio FM Educativa”¹⁵. Foi criada a Ertel e a nova TVE foi inaugurada no dia 20 de setembro de 1994, no final do governo de Pedro Pedrossian.

Quando a gente relaxou, ‘agora inauguramos, cumprimos a meta’, (...) o governador Pedro Pedrossian me chamou na casa dele e falou: ‘Olha, gostei, parabéns, você conseguiu, agora eu quero uma outra coisa, eu quero que você faça um planejamento pra gente interiorizar o sinal da TV Educativa’. Eu falei: ‘Nós temos o link de microonda até Aquidauana’, ‘Eu quero que você leve esse link de microonda até Miranda porque eu vou deixar de ser governador e quero lá na minha fazenda assistir à TVE, (...) se puder levar até Corumbá, melhor ainda’. (informação verbal)

¹⁴ Entrevista concedida por BORTOLOTT, Carlos Eduardo R. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

¹⁵ Disponível em < <http://videolog.tv/461664> >. Acesso em 28/02/2014. Trecho compreendido entre 1’25 e 1’37.

Cadu conta que o pedido aconteceu uma semana após a inauguração da TV, por isso a reunião com a equipe técnica também não tardou. Walter Demirdjian, engenheiro da TV o lembrou que além de não se ter tempo hábil para as licitações necessárias à compra dos equipamentos, a iniciativa custaria muito caro para um governo que estava já em seus atos finais.

Ele virou pra mim e falou: ‘Ao invés de gastar essa dinheirama toda pra levar um link de microonda a Miranda, por que você não põe no ar a rádio educativa?’ Falei: ‘Que rádio educativa?’ Ele falou ‘Olha, o estado tem uma concessão de rádio que não foi colocada no ar. Foi renovada por mais dois anos essa concessão, mas ela vai vencer dia 31 de dezembro. Se não colocarmos no ar até 31 de dezembro o Estado perde a concessão’.
(informação verbal)

A equipe decidiu por apresentar os dois projetos ao governador. Segundo Cadu, Pedrossian também desconhecia a existência da concessão para a rádio, mas optou por sua implantação diante da disparidade entre custos e cronogramas para realização.

Além do desafio de conseguir todo o dinheiro necessário, viabilizado então com ajuda do Departamento Estadual de Trânsito, “em uma espécie de patrocínio, para a compra de equipamentos, como o transmissor e a antena” (SCHWEICH et al, 2005. p. 21), a equipe enfrentou uma corrida contra o tempo para licitar e receber os materiais. Hélio de Lima, que havia sido diretor da TV antes de Cadu e posteriormente veio também a ser diretor-presidente da fundação, lembra que foi preciso inclusive criar dentro do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Estado de MS as categorias profissionais necessárias à rádio. Mas todo o esforço valeu a pena e em 10 de outubro de 1994, a 104 FM Rádio MS entrou no ar em caráter experimental.

Sem o compromisso de uma programação 24 horas no ar – a emissora funcionava das seis da manhã à meia noite – a 104 transmitia seleções de músicas variadas com breves chamadas informando somente o nome e o caráter da emissora. O também jornalista Lizoel da Costa Leite¹⁶ que era músico, tinha extensa experiência em rádio e trabalhava na época na TVE, foi convidado a ser gerente da 104. Junto a Cadu criou e apresentou os primeiros programas da rádio que foi solenemente inaugurada no dia 20 de dezembro de 1994. Para se ter uma noção de como era levar ao ar uma programação com apenas dois funcionário/apresentadores, vale lembrar que “ao mesmo tempo em que apresentava, o

¹⁶Lizoel da Costa Leite faleceu em 7 de maio de 2014, cinco meses após conceder a entrevista que muito contribuiu para o resgate histórico da 104 FM Rádio MS, apresentada neste trabalho.

radialista aproveitava para gravar os programas, e assim, repetia as edições nas semanas seguintes” (SCHWEICH *et al.* 2005. p.25).

Em sua fase inicial, além de Cadu e Lizoel como locutores, a rádio contou com Walter Demirdjian e outros três voluntários, acadêmicos de jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Alexandre Maciel, Clayton Sales e Jaime Rodrigues agregaram não só sua experiência anterior na rádio da universidade à nova empreitada, trazendo à 104 FM Rádio MS ideias e programas já consagrados na emissora universitária, como seu acervo pessoal de discos e CDs. Junto ao material pessoal de Lizoel e de Cadu os discos e CDs formaram um arquivo variado para o início da rádio educativa que muito em breve contaria também com o extenso acervo de Ciro de Oliveira, posteriormente convidado a compor o quadro de locutores.

Clayton Sales¹⁷ afirma que Lizoel era conhecido por ser crítico e seletivo com relação à música, o que foi ao encontro dos anseios do governo do Estado de transmitir uma programação diferenciada das FMs comerciais.

Essa linha mais alternativa, mais sofisticada, essa coisa toda, casou bem com o que a gente estava fazendo lá na UFMS. (...) Como ele (Lizoel) é um sujeito bastante ligado à cultura, bastante ligado à coisa do bom gosto, acho que a rádio acabou se tornando uma referência, e sem se tornar uma rádio também tão elite. (informação verbal)

Lizoel explica que a ideia era transmitir 80% de música brasileira, sendo que desses, pelo menos 50% tinha de ser música da terra, dentro do que se tinha de material.

Muita gente começou a gravar disco nessa época. (...) As rádios aqui não tocavam, então eles tinham essa expectativa de se ver tocando na Rádio Educativa. E é uma rádio pública nada mais justo e mais legal do que fazer isso não é? (informação verbal)

Clayton Sales lembra que a aceitação do público foi muito boa e já no primeiro ano da rádio o primeiro hit foi regional:

A gente chegou a fazer no final de 95 um levantamento. A gente anotava os pedidos numa folha e resolvemos pegar todas as folhas e ver qual a música mais pedida. Foi Geraldo Roca, ‘Uma pra estrada’. (...) Foi uma música assim que pegou, muita gente grava, fãs cantavam também na época. Foi uma música marcante, se eu for te dizer uma música que me lembra a fase inicial da rádio é essa. Todo contexto, todas as circunstâncias, ela é a cara da 104. (informação verbal)

A transmissão de músicas nacionais e regionais permaneceu ao longo dos 20 anos da rádio, mas a grade de programação variou bastante. Alguns programas que tiveram início

¹⁷ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

nessa época foram: “MPB do A ao Z”, “Na cadeira do DJ” e “Jazz Sessions”. Com o andamento da rádio surgiram também programas célebres como o “Opus104”, “O Assunto é Cinema”, “Blues e Derivados”, entre outros.

No quesito equipamento o que à época era considerado tecnologia hoje é lembrado com humor. A programação era gravada em DAT (*Digital Audio Tape*), uma fita digital parecida com o K-7, mas de tamanho menor, que tinha duração de quatro horas. Marcelo Ricardo Miranda Espíndola, conhecido como Celito Espíndola¹⁸, entrou na rádio por meio de concurso público e lembra que a mesa de som também era de manuseio peculiar.

Tinha uma mesa normal de áudio que você faz um show, uma palestra. Ela não tem esse sistema de fazer a comutação, que é a troca de um microfone pra um aparelho de CD, de um aparelho de CD pra um aparelho DAT, de um aparelho DAT pra um computador. (...) Então começou assim, fazendo isso na unha. ‘Pera ai pera ai, vai entrar agora o DAT tal’, então vai lá aperta aquele DAT, aperta o mute daquele canal que está lá aberto, e empurra o botão pra cima pro DAT entrar. Começou assim, com o sistema DAT (...) e ficou um bom tempo assim. (informação verbal)

A informatização da rádio data do final da década de 90. Lizoel conta que recebia músicas por e-mail.

Às vezes eu dependia de amigos meus lá em São Paulo que tinham raridades que eu queria tocar. Eles me mandavam via e-mail, mas também naquela época e-mail era um negócio lento. Até chegar a banda larga era uma loucura você baixar o e-mail ali, mesmo que mandasse em mp3, o que ajudava, mesmo assim era pesado. (informação verbal)

A infraestrutura inicial da emissora educativa já contava com dois estúdios, um para a programação que iria entrar no ar e outro para o operador ou para produção. De acordo com Cadu além do transmissor de 1KW de potência, da antena e da mesa de som, havia CD *players* e quatro microfones, que segundo Espíndola ainda não eram específicos para locução, mas atendiam à necessidade. O terceiro estúdio, destinado primordialmente para a produção jornalística e edição, foi criado alguns anos depois.

Concursos realizados no final da década de 90 e início dos anos 2000 promoveram o desligamento de alguns funcionários contratados à época, efetivaram os que prestaram a prova e passaram, como Clayton Sales, e trouxeram nova força ao quadro da rádio.

Em meio a pequenas mudanças e grandes conquistas Lizoel Costa permaneceu como gerente da rádio do início de suas transmissões, no governo de Pedrossian, passando pelo governo posterior, de Wilson Martins, até o final do primeiro mandato de José Orcírio

¹⁸ Entrevista concedida por ESPÍNDOLA, Marcelo R. M. Entrevista I. [fev. 2014]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital.

Miranda dos Santos, o Zeca do PT. Durante este tempo o gerente manteve a linha alternativa da programação musical e o incentivo às produções locais.

De acordo com Clayton Sales surgiu dele a vontade de não separar em programas específicos as músicas regionais e sim diluí-las por toda a programação. Outro detalhe vindo da experiência do colega e então chefe foi a orientação para sempre anunciar não só os intérpretes das músicas mas todos os compositores.

Para Sales tais características junto ao incentivo à participação dos artistas do Estado na programação da FM Rádio MS foram responsáveis pela grande contribuição da emissora à produção fonográfica de Campo Grande e desenvolvimento cultural de Mato Grosso do Sul.

3.3.2 Governos e governos

É inevitável que veículos de comunicação estejam sempre se modificando e atualizando seu conteúdo por conta de sua natureza fluida e mesmo da necessidade de acompanhar o desenvolvimento cultural da comunidade em que estão inseridos. Mas, para além dessas mudanças previsíveis, veículos sob direção provisória constante, caso da 104 FM Rádio MS, tendem a ser ainda mais vulneráveis.

Fernandes (2011) resume a trajetória da rádio ao longo de 20 anos de existência ao afirmar que “como ocorre com todo meio de comunicação nas mãos do poder público, as emissoras tiveram que dançar ao sabor de cada governo, ocorrendo até mesmo períodos em que a televisão ficou fora do ar e a rádio apenas veiculava músicas” (FERNANDES *in* PRATA. 2011. p.147).

Um momento importante que gerou grande polêmica, e que, de fato, marcou a história da rádio, foi a mudança de FM Educativa para FM Regional, que não se restringiu apenas ao nome, mas sim à proposta inicial da radiodifusora, que era divulgar o trabalho de artistas regionais e músicas que não tinham tanto espaço nas emissoras comerciais. (SCHWEICH *et al.* 2005. p.60)

No início do segundo mandato de Zeca do PT em 2003, a fundação que estava sob o comando da jornalista Margarida Marques passou a João Bosco de Castro Martins¹⁹, que implementou mudanças radicais tanto na programação quanto na infraestrutura da emissora. A 104 passou ao organograma da casa civil para, conforme Bosco Martins, agilizar o acesso

¹⁹ Entrevista concedida por MARTINS, João B. de C. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

aos recursos para compra de equipamentos. “[...] até criou-se um caos, que ele ia mandar lá, que ia fazer chapa branca e nada disso aconteceu”, afirma.

A rádio deixou a linha “elitizada” e adotou uma “política” de inclusão dos vários públicos. Agora 24h no ar uma série de novos programas variava do clássico ao sertanejo e o jornalismo abriu arena para muitas polêmicas com ataques e revides no campo político. A emissora adquiriu um perfil mais regionalista e incorporou a denominação de ‘FM Educativa Regional’. (FERNANDES *in* PRATA. 2011. p. 147)

De acordo com o então diretor-presidente da Fertel a ideia era abrir a comunicação para a participação da população, democratizando o acesso à informação e dando voz e vez a quem não tinha. “Esse era um papel importante que esses veículos de comunicação bancados, essas emissoras públicas tinham” (informação verbal).

[...] houve o interesse por parte da emissora, em comercializar espaços na grade diária, para que a mesma se autossustentasse, e, assim, incorporou programação de uma rede PopSat, ocupando 10 das 24 horas de sua apresentação tradicional. A reação do setor cultural foi imediata, quando passou a ouvir uma programação nada diferente das demais emissoras (dos chamados “sertanejos” ao pagode e funk) [...] (SIGRIST. 2004. p. 85)

A polêmica sobre o conteúdo da rádio Martins atribui à introdução na programação de ritmos até então “marginalizados”²⁰ na FM como o chamamé, a polca e a guarânia, ritmos fronteiriços que acreditava serem disponibilizados apenas em rádio AM. Para o diretor as mudanças configuraram a tentativa de mescla entre AM e FM com o intuito de proporcionar aos ouvintes o que há de melhor em cada um.

Na grade foram mantidos os programas “Na Cadeira do DJ”, “Blues e Derivados”, “MPB do A a Z”, “Jazz Session”, “Sala de som” e “Opus104”, e incorporados “Hora do Chamamé”, “Cachopagode”, “Microfonia”, “Classe A”, “Quebra torto musical”, “104 Decibéis”, “Na sombra do pé de cedro”, “Templo do rock”, “Falando de Esporte”, “Notícias & Cia” e “Território do Som”. Data desta época também a criação dos programas “Voz Nikkey”, com músicas originárias do Japão e apresentação de Marcos Tiguman, e “Ñe’ê ngatu”, apresentado pela jornalista Margarida Roman em três idiomas: português, espanhol e guarani.

Este último foi responsável por colocar a emissora na “mira” da fiscalização da Agência Nacional das Telecomunicações (ANATEL). De acordo com Martins era um dos programas líderes em audiência, que recebia muitas ligações e participações ao vivo e promovia a prestação de serviços por meio da rádio. Lizoel Costa que não era mais gerente,

²⁰ Denominação utilizada por Bosco Martins em entrevista.

mas continuou com o programa “Na cadeira do DJ” na emissora, se recorda bem do “fatídico” episódio relacionado ao “Ñe’ê ngatu” e à ANATEL.

O jornalista²¹ conta que por ser apresentado em Ñe’ê ngatu, idioma que mistura português, espanhol e guarani, o programa quase foi considerado ilegal pelo Governo Federal. Isso porque existia uma lei de 1963 que restringia a veiculação radiofônica de língua estrangeira no País a emissoras de ondas curtas sob a autorização do Ministério das Comunicações. A confusão foi noticiada pela Folha Ilustrada em 18/06/03²² e virou estudo da pesquisadora Marlei Sigrist (2004).

Quem tem liberdade para expressar o quê, em grande escala, e para quem? E quem detém o poder de escolher o que informar massivamente? Quais são os direitos da coletividade de ser informada sobre o que lhe é essencial? Ou ainda, por que meios a sociedade e o público receptor das mensagens da mídia pode intervir, interferir, responder, participar e influir nos rumos da chamada comunicação social ou de massas?

O público do Ñe’ê ngatu participa, interfere, determina o que ele quer e o que não lhe convém ouvir. A determinados setores, ele pode significar a instabilidade, a diferença, o não branco, o não masculino. Ele pede, quando necessita e indica direções, quando pode ajudar, é solidário. É alegre, porque o próprio falar lhe permite expandir-se, “urrrar” quando a coisa é boa, prazerosa. Inclusive os bailes são barulhentos quando se trata de tocar polca e chamamé. (SIGRIST, 2004, p.12-13)

Ainda sobre as mudanças ocorridas na 104, foram contratados locutores de várias outras emissoras comerciais, tais como “Cachopa”, Sérgio Cruz, “Miltinho” Viana e “Chero”.

De acordo com Celito Espíndola²³, que foi gerente da rádio por 40 dias sob a gestão de Bosco, foi criado nesta época um estúdio independente para a produção jornalística, o terceiro estúdio da rádio, localizado nas dependências da divisão de jornalismo da emissora. O espaço bem equipado com microfones, híbrida e todos os equipamentos para a produção radiofônica contemplou o trabalho jornalístico constante vigente desde o início das transmissões.

Bosco Martins investiu no marketing pesado na divulgação da rádio, através da distribuição de fôlderes, cartazes e outdoors pela cidade. Ele acredita que essa é mais uma outra alternativa de tornar a emissora mais familiar do grande público. (SCHWEICH et al. 2005. p.68)

Foram estabelecidas também parcerias com a Faculdade Estácio de Sá (FES) e com as universidades: Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Católica Dom Bosco (UCDB) e para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) para que os acadêmicos de

²¹ Entrevista concedida por LEITE, Lizoel da C. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

²² Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1806200311.htm> >. Acesso em 28/02/14.

²³ Entrevista concedida por ESPÍNDOLA, Marcelo R. M. Entrevista I. [fev. 2014]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital.

Jornalismo desenvolvessem seus conhecimentos adquiridos em sala de aula na rádio. Foi permitida a partir dessa época a contratação de estagiários.

Outra alteração, ocorrida nesses primeiros meses do mandato de Bosco, foi o aumento da potência de 1 kilowatt (Kw) para 10 Kilowatts da transmissão, o que tornou a FM a emissora radiofônica mais potente do Mato Grosso do Sul. Para isso, foram adquiridos novos equipamentos, inclusive um transmissor, o que possibilitou a expansão do sinal da rádio em aproximadamente trezentos quilômetros, abrangendo outros municípios do interior do Estado, como Bonito e Aquidauana. (SCHWEICH et al. 2005. p.60)

Respondendo à forte reação do setor cultural, em uma chamada para debater a função educativa e cultural da emissora, o então diretor-presidente publicou na Agência Popular de Notícias, site do governo do estado, uma série de respostas sobre as radicais mudanças na programação e estrutura não só da FM 104,7, mas também da antiga TVE. As publicações chegaram a repercutir na imprensa, e, no intuito de integrar as emissoras com a sociedade, universidades, sindicatos e associações ligados à área de rádio, TV e jornalismo, foi criado um Conselho de Programação dentro da estrutura da Fundação.

Bosco Martins²⁴ lembra que nas reuniões foram realizados grandes embates sobre a programação, que ele afirma terem sido democráticas.

Eu conversava com o conselho, na medida do possível, eu tinha reuniões sim, tem várias reuniões do conselho registradas em ata e foi criado esse conselho de programação. Eles dizem que quando a gente é governo não adianta nadar contra a maré, porque a gente impõe, mas isso nunca foi uma prática minha. (informação verbal)

O ex-diretor-presidente não soube informar até quando foram realizadas as reuniões, mas recorda que aos poucos os representantes deixaram de participar e o conselho ficou inativo. Celito Espíndola²⁵ atribui a falta de interesse da população ao caráter meramente consultivo do conselho.

[...] é um conselho consultivo, o conselho opinava no sentido de aconselhar o que deveria fazer, mas como ele não tinha poder de deliberar, quem deliberava continuava sendo o presidente, e aí você sabe como são essas coisas, elas acabam se esvaziando, porque a pessoa vai lá naquele conselho, tem interesse, senta, discute tal, e daqui uma semana tudo aquilo que foi discutido foi contrariado pela deliberação do presidente, pra quê o conselho então? (informação verbal)

²⁴ Entrevista concedida por MARTINS, João B. de C. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

²⁵ Entrevista concedida por ESPÍNDOLA, Marcelo R. M. Entrevista I. [fev. 2014]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital.

Celito e Gilson Espíndola²⁶ afirmam que na gestão de Celito como gerente da rádio o mesmo sugeriu a criação de um conselho, dessa vez deliberativo, e que este foi inserido no estatuto da emissora, mas, constam no último documento emitido em 2008 apenas os conselhos administrativo e de programação, que são presididos pelo secretário de Estado de Governo e pelo diretor-presidente da fundação, respectivamente. De qualquer maneira a situação da falta de participação da sociedade nas decisões da emissora, da inatividade do conselho de programação, permaneceu até a última gestão finalizada em 2014, conforme confirmou a última diretora-presidente da fundação, Mariângela Yule.

Bosco ficou na gestão da fundação até o final do governo de Zeca, quando entrou na governadoria André Puccinelli, que nomeou como novo diretor-presidente da Fertel o chefe da Casa Civil e secretário de Governo Osmar Jeronymo. Uma nova revolução seria feita na emissora para “realinhar” seus rumos.

Ao tomar posse, o governador André Puccinelli (PMDB) suspendeu a programação da TV e da rádio, determinando uma auditoria na rede que tinha um orçamento anual de R\$ 7,2 milhões. O governo deslocou 18 jornalistas das emissoras para a assessoria de Puccinelli e deu férias coletivas aos demais funcionários. A TV passou apenas a retransmitir a programação da TV Cultura, enquanto a rádio, também mantida no ar, toca músicas. Com a posse do novo governo, 47 funcionários contratados foram demitidos. A maioria dos 162 concursados está em férias coletivas. (CORREA, 2007, internet)

De acordo com Celito Espíndola²⁷, convidado então por Jeronymo à gerência da rádio, “a primeira coisa que eles (governo) queriam é fazer essa emissora, como ela está até hoje, com o mínimo possível de contratação de cargo em confiança, fazer com os funcionários concursados da emissora”. Assim, após uma reorganização, as emissoras voltaram à ativa mais enxutas, e aos poucos retomaram a produção local.

Por meio do Decreto Nº 12.621, de 18 de setembro de 2008²⁸, estabeleceu-se o novo nome fantasia da emissora: “104 FM Rádio MS”. Uma nova direção também foi tomada para a composição da programação. Saem da grade os programas “populares” e retorna a linha voltada ao MPB e ao pop e rock nacionais.

(...) sob a coordenação de Celito Espíndola, a emissora focou seu público nos formadores de opinião – classes A, B e C1 com idade entre 39 e 49 anos – e passou a veicular somente música brasileira. O programa jornalístico Primeira Notícia (com Carmem Cestari e Joel Silva) reúne a maior equipe de

²⁶ Entrevista concedida por ESPÍNDOLA. Gilson P. Entrevista I. [Dez. 2013]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

²⁷ Entrevista concedida por ESPÍNDOLA. Marcelo R. M. Entrevista I. [fev. 2014]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital.

²⁸ Disponível em < http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO7300_19_09_2008.pdf >. Acesso em 28/02/14.

profissionais (sete) da rádio sul-mato-grossense e é um dos destaques da emissora que agora chega aos 17% de audiência na classe B. (FERNANDES *in* PRATA. 2011. p. 147)

Segundo Celito Espíndola a nova programação em fluxo com alguns recortes foi implantada para oferecer diversidade ao ouvinte sem discriminar o sertanejo, por exemplo. Para o músico, o fluxo consiste em fazer uma programação:

“que qualquer horário que o cara entra, ele sabe que aquela é a programação, aquela é a cara daquela rádio. Aí com uns recortes bem colocados, como um programa voltado pra essa área sertaneja de manhã antes do jornal, depois dos programas de final de semana, estava rolando muito bem (a programação)”. (informação verbal)

Quanto aos equipamentos, um novo sistema para interação com os ouvintes modernizou o atendimento via *website* e telefone. O sistema de caixa postal telefônica onde o receptor escolhe a caixa para registrar sua ligação permite que fique registrada na internet a solicitação do ouvinte e também que seja mensurada a interação diária.

Depois de Celito na gerência assumiu Joel Almeida da Silva, e depois dele Rodrigo Maia Silva, que esteve no cargo por pouco mais de um ano. Fábio Aquino foi seu sucessor, convidado por Mariângela Yule que esteve na presidência da fundação até o final de 2014. Durante esse novo período a rádio mantinha a finalidade de “estimular as manifestações do pensamento, a criação, a expressão e a informação, através do sistema de radiodifusão sonora e de sons e imagens, visando a disseminação do conhecimento, da informação, da educação e da cultura no Estado”²⁹.

Além de “Blues e Derivados”, “O assunto é cinema” e “Encontro de Gerações”, estavam na programação: “Madrugada 104”, “Repórter 104”, “Sintonia Fina”, “Cardápio Musical”, “Tarde Máxima”, “Sarau 104”, “Toque 104”, “Palco MPB”, “Roda de Samba”, “Talentos da Nossa Terra”, “Memória 104”, “Vida de Artista” e “Clássicos 104”. Em dezembro de 2013 foram instalados na emissora um novo transmissor e uma mesa digital e foi pleiteado, junto ao Ministério das Comunicações, um novo aumento da potência vigente, que era de 1 Kw.

No início de 2015, quando Reinaldo Azambuja assumiu o cargo na governadoria, Bosco Martins recebeu novamente a presidência da fundação e convidou, para a gerência da rádio, TV, produção e redes sociais, o jornalista Edmir Conceição. Como medidas iniciais Martins anunciou que, devido à falta de investimentos, a novamente chamada Educativa FM

²⁹ Disponível em < http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO7241_27_06_2008.pdf >. Acesso em 28/02/14.

ia seguir com programação experimental até a estreia da grade 2015, lançada no final de fevereiro.

Ainda sobre as constantes mudanças que a rádio tem sofrido ao longo de seus 20 anos, Clayton Sales³⁰, que é um dos funcionários com mais tempo de casa, observa que a “liberdade” de participar das decisões referentes à programação e à rádio “[...] vem dependendo muito principalmente das gestões de presidência de Fertel”. Hélio de Lima³¹ afirma que a emissora foi perdendo o caráter educativo e que já não deve ter mais uma estrutura importante vigente nos primórdios da fundação: a Assessoria de Educação.

[...] em muitas dessas mudanças ela deixou de ser um pouco educativa para atender a educação, educação que eu falo escolar, para fazer uma programação mais aberta. Então hoje eu não sei como está a Assessoria de Educação dentro da rádio e da televisão, se eles fazem esse ponto, esse link com as escolas públicas estaduais e municipais, que na época nós fazíamos, levávamos alunos [...] nós fazíamos debate na rádio sobre gestão democrática dentro da escola [...]. (informação verbal)

Celito³² acredita que a falta de um conselho deliberativo é que faz com que a emissora seja tão suscetível às mudanças.

[...] a rádio está submetida ao governo que está no momento, ao governador, então por esses motivos é obvio que existe o bom senso de qualquer jornalista ou de qualquer radialista. O bom senso faz os limites pra lidar com isso, você não vai abrir seu jornal diário às sete da manhã, a primeira da sua escalada, falando mal do governador. Você não vai ficar trabalhando lá não é? Agora se for um modelo de conselho deliberativo, que indica o presidente, indica pro governador um orçamento que a Assembleia vote, que seja independente, pra botar na escalada falando que ele deixou de atender não sei o quê e não sei o quê, ele vai brigar, espernear com o presidente do conselho, mas vai ter que engolir. (informação verbal)

3.3.3 Perfil dos gestores

Em uma emissora onde as características e mudanças refletem tão abertamente as decisões tomadas em instâncias superiores, verificar o perfil dos gerentes da rádio e também dos diretores-presidentes da fundação que a administra, pode contribuir para a reflexão sobre a organização administrativa das emissoras educativas, principalmente das que, como a 104

³⁰ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

³¹ Entrevista concedida por LIMA, Hélio de. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

³² Entrevista concedida por ESPÍNDOLA, Marcelo R. M. Entrevista I. [fev. 2014]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital.

FM Rádio MS, são ligadas a órgãos governamentais, e sobre a liberdade na produção do conteúdo emitido.

De acordo com o Estatuto da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul (Fertel), publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul do dia 27 de junho de 2008, fazem parte do quadro da Fertel: um cargo em comissão de Direção Superior e Assessoramento, símbolo DGA-1; três cargos em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, símbolo DGA-2; nove cargos em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, símbolo DGA-3; e quatorze cargos em comissão de Gestão e Assistência, símbolo DGA-5. Os cargos foram estabelecidos por meio do Decreto n. 12.123, de 12 de julho de 2006.

Ainda segundo o Estatuto, a diretoria da presidência é o órgão de direção superior gerencial da fundação e deve ser exercida por um diretor-presidente nomeado pelo governador do Estado. O diretor-presidente ocupa o cargo acima identificado como DGA-1. À diretoria compete administrar a Fertel de modo que sejam cumpridos seus objetivos e coordenar, supervisionar e controlar a execução das ações relativas à produção e à veiculação de programas educativos, culturais e informativos, entre outras.

Já na gerência da rádio, que é diretamente subordinada ao diretor-presidente e é composta por duas coordenadorias (de Jornalismo e de Produção e Áudio), o ocupante recebe o cargo identificado como DGA-2. À gerência compete elaborar o plano de programação da emissora segundo as determinações estatutárias e as diretrizes do Conselho Administrativo, promover sua execução, coordenar e supervisionar a produção de chamadas e de material impresso para divulgar a programação e promover o relacionamento da Fertel com as emissoras integrantes do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, com a Rede Pública de Televisão e com emissoras de rádio e televisão em geral, entre outras. À coordenadoria de jornalismo, compete planejar, coordenar, acompanhar e realizar as atividades dos Radiojornais e informes durante a programação, flashes e noticiários ao vivo, cobertura de eventos e boletins, compatíveis com a finalidade e objetivos da rádio, entre outras.

Ao todo oito pessoas assumiram a gerência da 104 FM Rádio MS e na fundação, a partir da criação da rádio³³, 11 pessoas ocuparam o cargo de diretor-presidente, sendo que tanto na gerência da rádio quanto na direção da fundação pelo menos uma pessoa chegou a ocupar o cargo por dois períodos distintos.

³³ A Empresa de Rádio e Televisão Educativa de MS (Ertel) já existia antes de 1994, quando a rádio foi inaugurada, por isso existiram ainda outros presidentes antes do primeiro aqui registrado.

Apesar de a composição de uma linha cronológica ter como obstáculo a dificuldade de acesso aos documentos da emissora e de se verificar, uma a uma, as edições diárias do Diário Oficial do Estado nesses 20 anos de 104 FM Rádio MS³⁴, foi possível organizar minimamente, com a ajuda dos entrevistados, a sucessão de gerentes e diretores-presidentes apresentados a seguir.

Tabela 5 - Diretores-presidentes a partir da criação da rádio e gerentes da 104

Mandatos governamentais	Diretores-presidentes da empresa/fundação	Gerentes da rádio 104 FM
Pedro Pedrossian – PTB – (1991-1994)	Carlos Eduardo Bortolot (1994)	Lizoel da Costa Leite (1994 a 2000)
Wilson Barbosa Martins – PMDB – (1995 a 1998)	Hélio de Lima (1995 a 1995)	
	Maria de Lourdes Maciel (1996 a 1997)	
	Osmar Ferreira Dias (1997 a 1998)	
José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca – PT – (1999 a 2002) (2003 a 2006)	Margarida Gomes Marques (1999 a 2000)	Gilson Pereira Espíndola (2001 a 2002)
	Valmir Batista Correa (2001 a 2002)	
	João Bosco de Castro Martins (2003 a 2006)	Marcelo Ricardo Miranda Espíndola (Celito) (2003 a 2003)
		Maciel Muniz Dias (2003 a 2004)
		João Messias Rodrigues Mendes (2004 a 2005)
		Joel Almeida da Silva (2006 a 2007)
André Puccinelli – PMDB – (2007 a 2010) (2011 a 2014)	Osmar Domingues Jeronymo (2007 a 2010)	Marcelo Ricardo Miranda Espíndola (Celito) (2008 a 2011)
	Américo Ferreira Calheiros (2010 a 2010)	
	Neusa Narico Arashiro (2010 a 2010)	
	Américo Ferreira Calheiros (2010 a 2011)	
	Mariângela Yule de Queiroz (2011 a 2014)	Joel Almeida da Silva (2011 a 2011)
		Rodrigo Maia Silva (2011 a 2011)
		Fabio Aquino Santana (2012 a 2012)
		Rodrigo Maia Silva (2012 a 2014)

³⁴ Por tanto, esta não é uma tabela definitiva nem há 100% de certificação de que a sucessão tenha sido exatamente esta, mas serve aos propósitos do trabalho de identificar os gerentes e diretores-presidentes.

Dos diretores-presidentes conseguimos contato com cinco, que foram entrevistados e colaboraram para o trabalho. Infelizmente, Margarida Gomes Marques já havia falecido antes do início da pesquisa e Osmar Domingues Jeronymo não respondeu às tentativas de contato. Não houve tempo hábil para contatarmos os outros quatro diretores-presidentes restantes nem o gerente Joel Almeida da Silva, uma vez que seus nomes surgiram em descobertas recentes no Diário Oficial.

Da gerência, felizmente, conseguimos entrevistar sete dos nove gerentes, inclusive Lizoel Costa, quem mais tempo ficou no cargo e que veio a falecer no início de 2014.

Apresentamos a seguir informações sobre a formação e atuação dos ocupantes dos cargos na Ertel/Fertel, a começar pelos diretores-presidentes, dispostos em ordem cronológica:

- **Carlos Eduardo Bortolot** – formado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), foi convidado pelo então governador Pedro Pedrossian para montar a nova TV Educativa, missão que se estendeu para a montagem da rádio. Anteriormente já havia trabalhado no próprio governo de Pedrossian como superintendente de comunicação institucional, cargo que passou a ocupar por indicação de um amigo, então secretário de comunicação. Entre outras ocupações ao longo dos anos, assumiu a direção de jornalismo na Rádio Cidade 97 e atua há bastante tempo como assessor parlamentar do senador Delcídio do Amaral no Senado Federal.
- **Hélio de Lima** – formado em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras (Urubupungá) e em Letras pela Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, possui especialização em Língua Portuguesa pela Fundação Educacional Severino Sombra e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Trabalhou na Fundação de Cultura antes de ingressar na então Ertel como assessor de educação e cultura em 1993. Atuou por um tempo na TV e assumiu sua direção na Secretaria de Cultura, órgão ao qual era vinculada. Foi convidado por Cadu Bortolot a ser seu assessor, e posteriormente assumiu a presidência da Ertel. Entre outras atividades desempenhadas após a participação na fundação, foi secretário estadual de educação e também municipal, em Corumbá.

- **Maria de Lourdes Maciel** – formada em Letras pela então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), que viria a ser federalizada e se transformaria em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a professora foi secretária de estado de educação ainda na época do governo Wilson Martins (de 1997 a 1998), participou do Conselho Estadual de Cultura em 2007 e foi assessora de auditoria no Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, entre outras ocupações.
- **Osmar Ferreira Dias** – bacharel em Direito pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (Fucmat, atual Universidade Católica Dom Bosco), trabalhou na secretaria de administração da prefeitura de Campo Grande nos dois mandatos do prefeito Lúdio Martins Coelho e foi assessor da presidência da Assembleia Legislativa na gestão de Roberto Orro. Depois da diretoria da Fertel, assumiu a diretoria da Previdência da Prefeitura Municipal de Campo Grande em 2011. Apesar de aposentado continua exercendo a advocacia.
- **Margarida Gomes Marques** – a jornalista que tinha reconhecidos ideais democráticos foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso do Sul. A ela são creditadas a luta para a criação do primeiro curso do estado, na UFMS, e a ajuda na criação do extinto Cine Cultura. Atuou também na Fundação de Cultura e trabalhou como assessora no gabinete do deputado estadual Pedro Kemp, na Assembleia Legislativa. Faleceu em 2012 em decorrência de insuficiência cardíaca.
- **Valmir Batista Correa** – graduou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre e doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Foi professor da então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) onde exerceu liderança em diversas atividades, mesmo depois da federalização, foi vereador da Câmara Municipal de Corumbá, membro do Conselho Estadual de Cultura, presidente regional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), coordenador de Ações Estratégicas e Relações Internacionais da Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul e coordenador de Comércio Exterior da Secretaria Estadual de Produção, entre outras.

- **João Bosco de Castro Martins** – formado em Jornalismo pela Faculdade São Luis, de Jaboticabal (São Paulo), atuou como repórter e apresentador na TV Morena e em alguns jornais impressos de Mato Grosso do Sul. Integrou o Grupo Correio do Estado onde trabalhou também na Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão - TV Campo Grande. Antes da TV Educativa assumiu no governo de Zeca do PT a superintendência de comunicação. Foi candidato a deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) nas últimas eleições. Voltou a ser diretor-presidente da Fertel em 2015.
- **Osmar Domingues Jeronymo** – formado em Economia pela Universidade Estadual de Marília, foi sub-chefe da Casa Civil no Governo Wilson Martins, chefe de gabinete do então deputado André Puccinelli, secretário de governo nas duas gestões de André Puccinelli na prefeitura de Campo Grande e durante parte do primeiro mandato do prefeito Nelson Trad Filho. De 2007 até 2014 exerceu a função de secretário de estado de governo e em 2015 foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.
- **Américo Ferreira Calheiros** – formado em Letras pela Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FUCMT), fez especialização na Escola Martins Pena de Teatro, do Rio de Janeiro. Foi presidente da Fundação Municipal de Cultura Esporte e Lazer de Campo Grande (FUNCESP) e da Fundação de Cultura de MS (FCMS).
- **Neusa Narico Arashiro** – mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UNB) (2005), a professora foi técnica da Superintendência de Desenvolvimento da Região Oeste (SUDECO), deu aulas no Colégio Moderno Campograndense e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Lotada na Secretaria de Estado de Educação, foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura, gerente de Patrimônio Histórico e Cultural e diretora-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, cargo que chegou a acumular concomitantemente com a presidência da Fertel, por um pequeno período de tempo.
- **Mariângela Yule Queiroz** – formada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2001), a jornalista trabalhou na TV Morena e na TV Educativa. Escreveu para

o Notícias MS e foi também assessora de comunicação do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul.

Os ocupantes do cargo de gerente da gerência de rádio da Fertel até 2014 foram:

- **Lizoel da Costa Leite** – jornalista formado pela Uniderp (2002), iniciou os estudos na Faculdade de Comunicação da Cásper Líbero, em São Paulo, onde conheceu os colegas que fundaram e fizeram parte do grupo musical Língua de Trapo. Por conta do sucesso, acabou por não terminar a faculdade na capital paulista e pouco trabalhar na área naquela cidade. Veio a se formar somente na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) em Campo Grande, onde também trabalhou no antigo Diário da Serra, na TV Campo Grande e por fim na TVE. Depois da gerência da rádio Lizoel foi para Brasília trabalhar no Jornal do Brasil, atuou em assessorias e retornou a Campo Grande, onde, em 2014 faleceu por conta de um aneurisma.
- **Gilson Pereira Espíndola** – possui graduação em Educação Física e especialização em Imagem e Som pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ocupa por meio de concurso público o cargo de diretor musical da Fertel. Trabalha como consultor operacional e de produção na WTV+ Produções e Comunicação Multimídia.
- **Marcelo Ricardo Miranda Espíndola** – graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tem especialização em Imagem e Som pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Lecionou no curso de Comunicação Social da Anhanguera/Uniderp onde coordena também a rádio 103,7 emissora educativa da Fundação Manoel de Barros desde o início de suas atividades. Possui uma extensa produção cultural que conta com CDs autorais, direção de documentários e publicidade.
- **Maciel Muniz Dias** – é graduado em Ciências da Computação e entrou na Fertel em 1998, onde ocupa o cargo de técnico de atividades de comunicação cuja função é atuar

como locutor, apresentador e animador. Foi candidato a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas últimas eleições.

- **João Messias Rodrigues Mendes** – tem ensino médio completo e ingressou na Fertel em 2003 onde ocupa o cargo de técnico de atividades de comunicação, cuja função é de coordenador de programação. Atuou tanto na TV quanto na rádio. É tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, Televisão, Publicidade e Similares do Mato Grosso do Sul (Sintercom).
- **Joel Almeida da Silva** – jornalista formado pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) e radialista, trabalhou como sonoplasta da Rádio Independente de Aquidauana (MS) e depois atuou na FM América, hoje FM Pan. Trabalhou nas rádios Cultura AM, Educação Rural, FM UCDB e Capital FM. Membro da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos - ABRACE e ACEMS, participa também do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, Televisão, Publicidade e Similares do Mato Grosso do Sul (Sintercom). Foi candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas últimas eleições.
- **Rodrigo Maia Silva** – formado em Jornalismo pela Universidade Anhanguera Uniderp (2008) e em Gerência de Mídias Sociais pela Ecommerce School. Foi assessor de imprensa na secretaria de governo, atuou na HDCLR Filmmaker de São Paulo, foi repórter na Rede MS Integração de Rádio e Televisão LTDA. e produtor na TV MS Record. Atuou também como gerente de mídias sociais no governo do estado.
- **Fabio Aquino Santana** – graduado em comunicação social com habilitação em Rádio e TV pela Universidade Católica Dom Bosco (2002). Não pertence ao quadro de concursados da Fertel por isso desde que ingressou na fundação ocupou cargos comissionados, na gerência ou em outra atribuição.

Podemos observar que a maioria dos ocupantes dos cargos tanto de diretor-presidente quanto de gerente tem formação condizente com a função em uma emissora educativa, ou seja, é capacitada nas áreas de comunicação, educação e afins. Na diretoria quatro ocupantes

eram jornalistas e cinco professores, na gerência, cinco eram graduados em comunicação social.

Para o cargo de diretor-presidente todos com os quais tivemos contato afirmaram terem sido convidados pelos governadores. Duas pessoas acumularam o cargo com o de diretor-presidente da fundação de cultura, mas por tempo determinado para que o anterior ocupante realizasse outra atividade, possivelmente política.

O que chama a atenção nos selecionados para a direção é que somente três dos 11 ocupantes já havia trabalhado na fundação antes em outras colocações. Dos outros, muitos já haviam trabalhado com os governadores eleitos, se não na campanha eleitoral em outras áreas do governo, como a Secretaria de Comunicação. Muitos também seguiram, após a presidência, para órgãos governamentais como as secretarias de Cultura e de Educação e alguns para a assessoria parlamentar. Dentre os ex-diretores presidentes pelo menos dois (Valmir Batista Correa e João Bosco Martins) tentaram candidatura para deputado estadual.

Dentre os gerentes da emissora, pelo menos dois também tentaram carreira política posteriormente à atividade na rádio (Maciel Muniz Dias e Joel Almeida Silva). Na gerência a situação se inverte, a maioria (6 dos 9) já trabalhava na fundação antes de ser convidado à gerência pelos diretores-presidentes. Dentre eles três tinham tendência musical evidente por serem também músicos (Lizoel, Gilson e Celito) e dois não tinham formação na área de comunicação. Todos tocavam projetos paralelos à atividade na rádio, dois participam do sindicato dos radialistas.

3.3.4 Jornalismo na emissora e Repórter 104

O jornalismo esteve presente desde o início da programação da 104. O programa intitulado “Música e Notícia” foi ao ar ainda em 1995. Segundo Schweich *et al* (2005) o programa contava com a apresentação de Marta Maria Basso e a produção de Noeli Martins, mas Clayton Sales lembra que antes de Noeli a primeira produtora e jornalista contratada como tal foi Cláudia Carvalho, que fazia a produção.

Era um jornalismo ágil, que alternava música com informação, flashes com alguns furos de reportagens, utilidade pública, cotação do dólar e previsão do tempo. Naquela época não havia computador e a própria locutora do horário operava os equipamentos, fazendo a sonoplastia, pondo, literalmente a rádio no ar. “O Música e Notícia” era composto por MPB e Bossa Nova, e existiu durante três anos. (SCHWEICH *et al*, 2005, p.40)

Lizoel Costa³⁵ conta que a orientação era suprir os 5% de jornalismo exigidos por lei para as radiodifusoras³⁶. O programa era transmitido ao vivo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 10h. De acordo com Clayton³⁷ o “Música e Notícia” tinha blocos de 20 minutos com bastante música e algumas notas jornalísticas.

Não tinha muita notícia de governo não, porque uma coisa que facilita muito você dar notícia de governo é o Notícias MS, naquela época não tinha internet. Então quer dizer, tava nascendo a internet no Brasil, [...] não tinha entrevista não tinha nada disso, era só nota. (informação verbal).

O programa durou cerca de três anos no ar e, junto com os boletins de hora em hora do Informe Educativa, responderam pela primeira experiência jornalística na emissora. Os boletins eram produzidos pela própria Noeli, e já ficavam digitadas para que os locutores dos outros horários apenas lessem no ar. Lizoel Costa lembra que houve uma época em que a emissora chegou a ter um acordo com um site jornalístico, que ele não soube precisar, para a leitura e comentário no ar de notas com o devido crédito.

Em seguida com a eleição de um novo governador, Zeca do PT, e uma nova diretora-presidente, Margarida Marques, já no início de 1999, surgiu o Educativa Notícias. O projeto foi discutido com os então funcionários Noeli Martins e Clayton Sales e a ideia era desenvolver um formato mais jornalístico, diferente do programa anterior que emitia mais músicas que informações.

Logo no início do novo projeto Noeli Martins pediu demissão para se mudar para a Inglaterra, a equipe foi composta então por Marcos Morandi e Luiz Chagas na produção, Clayton Sales e Heloisa Mandetta na produção e apresentação, e Claudia Trimarco na reportagem de rua. Clayton³⁸ lembra que na época era raro uma emissora em FM emitir um programa jornalístico de uma hora, por isso, a concorrência era apenas com a extinta CBN local que, à época, transmitia uma programação regional matinal apenas, retransmitindo as notícias do resto do país durante todo o horário restante.

Nesta mesma época do Educativa Notícias aconteceu o primeiro grande “furo” jornalístico da emissora: a jornalista Claudia Trimarco noticiou em primeira mão o caso

³⁵ Entrevista concedida por LEITE, Lizoel da C. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

³⁶ Decreto-Lei número 52.795 de 31 de outubro de 1963. Artigo 67 obrigava as emissoras de radio de destinarem no mínimo 5% da programação ao “serviço noticioso”.

³⁷ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

³⁸ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

Rondon³⁹, que posteriormente teve repercussão nacional. Por este programa passaram nomes conhecidos do meio jornalístico local como Dilma Bernardes, Oswaldo Ribeiro, Mônica Ferreira, Eva Regina, Alexandre Spengler, Ricardo Carandina e Lucinéia Ramos, entre outros. Sobre notícias do governo, Clayton recorda que não havia ainda muita inserção porque estava sendo estruturada a Agência Popular de Notícias, de onde posteriormente poderiam retirar áudios abertamente.

[...] então basicamente falar de coisas que interessavam ao governo - aquele governo - era falar, por exemplo, dos movimentos sociais, então a gente dava muita notícia sobre sem-terra. Achava até interessante porque numa terra como a nossa, totalmente do agronegócio, você ter um espaço aberto pra esse movimento é até interessante. [...] mas é claro, tinha lá os seus pontos de conflito, a gente queria fazer um jornalismo isento, mais equilibrado (informação verbal).

O Educativa Notícias chegou a ser apresentado por um tempo concomitantemente ao programa jornalístico seguinte, o Primeira Hora, mas logo parou, deixando apenas o segundo no ar. Apresentado por Sérgio Cruz o programa ia ao ar das 7h às 8h diariamente. Segundo Clayton o Primeira Hora foi transmitido por aproximadamente dois anos, até a posse de André Puccinelli no governo, em 2007, quando cessaram temporariamente as produções locais da emissora e a rádio emitiu apenas músicas.

O programa jornalístico seguinte foi o Primeira Notícia que estreou por volta de 2008. Os primeiros apresentadores foram Carmen Cestari e Odivaldo Miranda, que logo depois foi substituído por Joel Silva. Clayton conta que ao retornar de uma licença, em 2010, começou na produção do programa e depois veio a ser um comentarista que comandava o twitter da emissora e tirava da rede informações para comentar no ar. Havia também participação de outros repórteres como Maristela Cantadori, Katiuscia Fernandes e André Messias. Carmen Cestari saiu para tocar outros projetos pouco antes da saída de Joel Silva, quando em 2011 uma nova direção assumiu a Fertel. Joel foi substituído por Clayton Sales na locução do programa e por Vanusa Menegazzi Braga na coordenação da Coordenadoria de Jornalismo.

Com a chegada de Vanusa um novo programa foi criado e, para unificar a rádio e a TV que desenvolvia já um jornalístico de nome similar, a nomenclatura sugerida e adotada foi Repórter 104. O programa estreou em novembro de 2011 e foi ao ar até o meio de janeiro de 2015.

A equipe era composta por Clayton Sales, Vanusa Menegazzi, Maristela Cantadori, Daniela Nahas, Lucinéia Ramos, Valdir Viana da Silva e Maciel Dias. Destes, a única que

³⁹ O então médico Alberto Jorge Rondon de Oliveira foi acusado e posteriormente culpado de mutilar pacientes em procedimentos cirúrgicos estéticos.

ocupava um cargo comissionado e não era concursada era Vanusa, a chefe da coordenadoria. A distribuição das competências era feita da seguinte maneira: Vanusa, além de coordenadora de jornalismo, era produtora e apresentadora, Clayton produzia, apresentava, operava a mesa e eventualmente atuava também como repórter; Maristela, Daniela e Lucinéia eram produtoras e repórteres, Valdir Viana operava a mesa no início, função que um ano após a estreia passou a Clayton, e Maciel Dias também operava mesa e editava as matérias no período vespertino. No início Lucinéia fazia reportagens de rua, mas logo cortaram o acesso ao veículo e as matérias passaram a ser todas gravadas em estúdio.

O Repórter 104 ia ao ar das 7h às 8h e era sustentado por matérias gravadas e entrevistas por telefone e de estúdio. A produção era diária, sem uma reunião formal de pauta, mas com o consenso de uma comunicação direta entre os repórteres durante a produção. A equipe da manhã discutia as entrevistas e outras pautas enquanto produzia e desenvolvia um espelho⁴⁰ provisório do programa, com comentários, recados e sugestões. Este era enviado para a equipe da tarde completar os espaços destinados às chamadas das matérias por ela produzidas. Segundo Clayton as entrevistas eram agendadas ainda pela manhã, salvo quando a assessoria do entrevistado ou do órgão do qual era representante só funcionava na parte da tarde.

Alguns dos profissionais que trabalharam como colaboradores do programa, com quadros como boletim de trânsito, do tempo, do esporte, de segurança e também quadros sobre comportamento e relacionamentos foram: Helton Verão (jornalista de esporte), Eva Regina (jornalista da fundação que comandava um programa de esportes na TV educativa), Luciano Coppini (psicólogo e palestrante motivacional), Éder Vera Cruz e José Alves Arruda Filho (cada um à sua época, chefe de fiscalização da Agência Municipal de Transporte e Trânsito), Kátia Braga (meteorologista do Centro de Monitoramento de Tempo, do Clima e dos Recursos Hídricos), Wellington de Oliveira (da 1ª Delegacia de Polícia de Campo Grande), Joilson de Paula (coronel do Corpo de Bombeiros) e Odete Fiorda (psicóloga e especialista em comportamento sexual), entre outros.

O Repórter 104 era composto por três blocos de aproximadamente 20 minutos cada, com intervalos que variavam de 1 a 1 minuto e meio. Na época de eleições o intervalo era maior porque havia uma obrigatoriedade de inserir conteúdo de campanha ou dos órgãos eleitorais.

⁴⁰ É chamado de “Espelho” o roteiro do programa a ser apresentado, com a ordenação das matérias e intervalo delimitando o tempo de cada tópico.

Quando você opera áudio você fica com a sequência do programa na cabeça então pra mim é bem fácil dizer, primeiro bloco: abertura, escalada, previsão do tempo, agronegócio, cotações agropecuárias, economia, mercado financeiro, vagas de emprego, notícias de serviço, concurso essas coisas e tal, e agenda do governador, break. (informação verbal)⁴¹

A agenda do governador não era diária, e segundo Clayton, nem obrigatória, mas existia um “pressuposto seguro” de que se deveria emitir esse tipo de informação quando havia notícias da agenda no site da governadoria. Clayton lembra que às vezes a agenda chegava meia hora antes do início do programa, em outras, durante a emissão do mesmo, aí os apresentadores encaixavam em algum espaço, mas não deixavam de noticiar, “era o nosso compromisso institucional, digamos assim”.

[...] tinha passagem de bloco, segundo bloco sempre abria com a entrevista, entravam as notícias de direito do consumidor, entravam as notícias de saúde, não, saúde era no terceiro bloco, entrava direito do consumidor, entravam as matérias de educação, vinha o terceiro bloco, que começava com as matérias de saúde, tinha uma entrevistinha ou outra, quadro, geralmente entrava no terceiro bloco, saúde, esporte, cultura, música do dia, pronto! Com a sequência toda na cabeça ainda, se o programa continuasse do mesmo jeito não ia ter o menor problema. (informação verbal)

A divisão editorial era por assunto e entravam também notícias nacionais produzidas com a ajuda de arquivos disponíveis em sites das agências Senado e Câmara, e do portal Rádio 2. Notícias internacionais eram raras. As fontes não eram obrigatoriamente ligadas ao governo, mas, por conta de serem sempre fontes especializadas nos assuntos abordados e representarem, em sua maioria, instituições públicas, a composição do programa tinha um tom mais oficial. Clayton afirma que não pautava os entrevistados porque eram do governo e sim porque eram a fonte mais adequada para o assunto. Ele afirma também que ser uma emissora ligada ao governo não facilitava nem dificultava as relações com os entrevistados e que possivelmente isso acontecia porque a emissora não era vista como tal.

A gente não tinha nada de especial em ser governo pras pessoas que eram do governo. Nem pro governador, muito menos pra ele, ele só deu entrevista pra gente duas vezes. Quantas vezes ele deu entrevistas pra TV Morena? Quer dizer, nem o governador via nada de especial no fato da gente ser governo. [...] Nossa relação com a subsecretaria de Comunicação era boa, a gente tinha um bom trânsito com eles, mas também eles não viam nada de mais em a gente ser governo, pra eles a gente era mais um veículo pedindo entrevista. E a gente se submetia às mesmas regras tácitas que existem (informação verbal).

⁴¹ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Comineti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

Sobre as restrições aos assuntos que poderiam ser abordados, a questão política foi evitada já no início das transmissões da emissora. Lizoel lembra que por não ter equipe jornalística nos primórdios da 104, abordar a questão de maneira adequada era complicado.

Tudo bem, você não vai ter uma equipe de jornalismo que realmente faça, conte a verdade, pelo menos também a gente não ia fazer proselitismo político. Então a gente evitava isso, realmente estava em cima do muro mesmo. A verdade é essa, era uma rádio musical, a gente não tinha essa pretensão de ser uma rádio, e eu também não acredito muito, ainda mais depois de tantos anos de jornalismo eu não acredito muito nessa independência jornalística. (informação verbal)⁴²

Gilson Espíndola conta que a preocupação sempre foi em não ter um jornalismo “chapa-branca”, ou seja, que se utiliza da rádio em prol do próprio governo. Clayton⁴³ afirma que foram raras as vezes em que chegaram e falaram abertamente para não tocar em determinado assunto, mas que uma vez pautou uma entrevista com um deputado estadual de um partido contrário ao dos governantes e o pedido foi analisado pela gerência e aceito. A entrevista ocorreu e surpreendentemente bem, com o entrevistado inclusive elogiando o espaço aberto a ele, mas, depois de terminado o programa, o gerente foi chamado para prestar contas na diretoria. A ordem passou a ser de não mais pautar a oposição.

Especificamente sobre o Repórter 104, o profissional que mais participou de programas jornalísticos da rádio lembra que as orientações vinham da chefia, devidamente alertada sobre o ocorrido anterior.

Baseado na coisa do ‘pressuposto seguro’ ela sempre dizia que bom, pra não ficar parecendo que também nós somos excessivamente ‘chapa-branca’, porque a gente vai parecer ‘chapa-branca’ de um modo ou de outro, alguém vai dizer isso, vamos evitar de falar. A gente dá agenda, resume a nossa cota governamental à agenda do governador e eventualmente alguma entrevista ou outra com os secretários. (informação verbal)

Assim, o Repórter 104 buscava pautar então políticos que eram do partido do governador e que fossem ao ar não para falar de política, mas sim de seus projetos enquanto representantes da sociedade, fossem quais fossem as esferas nas quais atuassem. Outra maneira de inseri-los no programa era gravar a entrevista, para se precaverem de possíveis assuntos indesejados no ar.

⁴² Entrevista concedida por LEITE, Lizoel da C. Entrevista I. [dez. 2013]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital.

⁴³ Entrevista concedida por SALES, Clayton W. N. Entrevista I. [mar. 2015]. Entrevistador: A. Cominetti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital.

4. METODOLOGIA, ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 Métodos e técnicas

Para verificar como a 104 FM apresenta a informação noticiosa à população por meio de seu radiojornal e se existe algum tipo de influência política no conteúdo veiculado no “Repórter 104”, foi adotado o método de Estudo de Caso (EC), aliado à Análise Documental, Coleta de Depoimentos e Análise do Conteúdo (AC).

4.1.1 Estudo de caso

O estudo de caso é caracterizado pelo interesse em um caso individual e parte da exploração intensa do mesmo para que se adquira conhecimento do fenômeno estudado. Assim, a escolha da 104 FM Rádio MS e a particularização da maneira como oferece a informação ao seu público é justificada por contribuir não só para o conhecimento do fenômeno atual da informação prestada pela Educativa, mas também para o conhecimento da atual situação da radiodifusão educativa no País e em especial das emissoras que, como a 104, são geridas por instituições ligadas aos governos.

O método tem como finalidade investigar um fenômeno contemporâneo quanto a questões relativas a “como” ou “por que”, mas esse entendimento em profundidade deve englobar também importantes condições contextuais. Além do particularismo, são apontadas como características essenciais do Estudo de Caso a indução, que traz generalizações e princípios que emergem da análise dos dados particulares, a descrição e a explicação, visto que ele ajuda a compreender aquilo que se submete à análise com o objetivo de obter novas perspectivas e novos significados antes não percebidos. É, portanto, preferencial para estudarmos como a 104 FM apresenta a informação por meio de seu radiojornal, uma vez que não há controle por parte da pesquisadora dos eventos comportamentais desenvolvidos na produção e apresentação da informação, e que trará novas perspectivas antes não percebidas sobre como a informação é produzida e emitida pela rádio pública de Mato Grosso do Sul.

A partir da particularização e da identificação das questões pertinentes à problemática da 104 FM Rádio MS, foi possível identificar os pontos de evidências possíveis e delimitar os procedimentos necessários para a obtenção das respostas: a análise documental dos registros referentes à rádio conseguidos junto à fundação gestora e no Diário Oficial do Estado de Mato

Grosso do Sul; coleta de depoimentos dos gerentes da rádio e diretores-presidentes da fundação; e a análise do conteúdo emitido.

Os documentos foram utilizados para referenciar todo o trabalho, especialmente a composição do breve histórico da emissora apresentada no capítulo 3. As entrevistas serviram também para lembrar os acontecimentos marcantes da rádio ao longo do tempo e compor o perfil, também apresentado no capítulo anterior, dos responsáveis pelas decisões administrativas da emissora – que invariavelmente influem no desenvolvimento da mesma. Já a análise do conteúdo é o próximo passo para a composição completa e complexa das respostas às questões levantadas.

4.1.2 Análise de Conteúdo

Segundo Bardin (1979), o método consiste numa busca pela compreensão para além dos significados imediatos das comunicações. Para Silva, Gobbi e Simão (2004, p.74) “a Análise de Conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso”. A AC não se resume apenas ao alcance descritivo, mas tem também como função e finalidade a inferência sobre o conteúdo emitido.

A inferência é uma operação lógica que analisa os índices postos em evidência pelos dados numéricos para, a partir desses dados, deduzir novos conhecimentos sobre os emissores e suas intenções e quaisquer outros aspectos relevantes, eventualmente, fazendo a projeção da evolução destes dados ou configurando possibilidades (TEMMER, *in* BARBOSA e MORAIS, 2011, p. 413).

De influência positivista-funcionalista, a AC valoriza as ciências exatas sem deixar o aspecto conceitual de lado. Como método, é bastante empírico, “dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 1979, p. 35).

A AC existe pelo menos desde o século XVIII, mas foi adotada regularmente a partir do século XX. Já passou por períodos cíclicos de desqualificação e de reconhecimento. Assemelha-se à análise semiológica e à análise de discurso porque se ocupa basicamente com a análise de mensagens, mas se diferencia principalmente por ser a única dentre as outras que cumpre com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade.

A técnica consiste também em

[...] classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas, segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma

ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar. (BARDIN, 1979, p. 43)

O que comumente se busca por meio da AC é a correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados e esta busca é feita por meio do mecanismo de dedução com base nos indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares. Segundo Bardin (1979, p.47), não se trata apenas de “atravessar significantes, para atingir significados, como ocorre na decifração comum, mas de atingir por meio dos significantes ou de significados outros ‘significados’ de natureza psicológica, sociológica, política, histórica e etc”.

Habitualmente são combinadas na AC técnicas quantitativas e qualitativas, a fim de que se alcance um resultado mais completo. “[...] a Análise de Conteúdo oscila entre esses dois polos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador” (FONSECA JUNIOR in DUARTE e BARROS, 2011, p. 285).

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração (BARDIN, 1979, p.26).

Herscovitz (2007) lembra que a integração entre os campos decorre do reconhecimento de que os textos são polissêmicos, ou seja, suscitam diversas interpretações de diferentes pessoas e que os melhores resultados para a busca de tendências e representações são obtidos quando são utilizadas ao mesmo tempo análises quantitativas e qualitativas. A autora também afirma que no jornalismo a análise serve para avaliar características de produção de indivíduos, grupos e organizações e que é um dos métodos considerados por Earl Babbie (1989) livres de intromissão direta no objeto de estudo.

Assim, a AC consiste em um instrumento para a investigação de causas a partir dos efeitos no jornalismo, caso de nosso estudo, a investigação do uso informativo da emissora “104 FM Rádio MS” por meio do conteúdo emitido pelo radiojornal “Repórter 104”.

Para tal, seguimos a orientação de Bardin (1979) que organizou o processo em cinco etapas: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático. A primeira diz respeito à exploração do material, a uma pré-análise com a sistematização das ideias iniciais e tratamento dos resultados brutos. A segunda, à escolha de unidades de registro e de contexto e das regras de enumeração. A terceira corresponde à

classificação e reagrupamento das unidades de registro e a quarta à identificação dos tipos de inferência presentes. Por fim, a quinta e última etapa consiste na utilização do computador para sistematizar os dados e desenvolver a partir daí as inferências.

4.2 Procedimentos primários e ferramentas para análise

Em busca de evidências sobre como a emissora 104 FM oferece informação à população por meio de seu radiojornal, e ainda, seguindo a diretriz estabelecida por Bardin (1979), fizemos uma pré-análise da programação diária da rádio e escolhemos como objeto o radiojornal “Repórter 104”. A escolha foi pelo programa que apresenta maior teor de informações em relação aos outros e que, enquanto gênero já estabelecido, apresenta o formato que mais dialoga com a audiência. Ao todo foram selecionados e capturados 30 programas consecutivos de uma hora de duração cada, com o intuito de suprir as necessidades por exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência que todo objeto de estudo deve expressar na AC.

Passamos então à elaboração de unidades de registro e de contexto que pudessem, da melhor maneira, expressar a maneira como a informação é trabalhada e também a possível influência política, e ainda à organização sistemática destes em indicadores.

Buscamos também uma regra de enumeração satisfatória para a contagem da frequência com que aparecem as diversas expressões no conteúdo emitido.

Qualquer escolha de uma regra (ou de várias regras) de enumeração assenta numa hipótese de correspondência entre a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação da manifestação da linguagem e a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação de variáveis inferidas, não linguísticas. (BARDIN, 1979, p.143)

No trabalho de delimitação do conteúdo a ser estudado, as unidades de registro podem ser tanto a palavra quanto a frase, o minuto, ou o centímetro quadrado, entre outros. Na análise categorial que propomos, por meio da qual se toma em consideração a totalidade do texto, é preciso classificar e recensear tais itens de sentido, segundo sua frequência de presença ou de ausência.

Dentre as possibilidades de categorização da AC - semântica, sintática, léxica e expressiva - optamos por identificar e buscar os temas (semântica) para verificar a diferenciação de importância dada a cada um. Por meio da análise temática, queremos descobrir os núcleos de sentido que compõem a emissão radiofônica do “Repórter 104”, e

verificar se a presença ou ausência de determinados assuntos significa algo para o objetivo analítico. As categorias temáticas visaram à exclusão mútua, à homogeneidade, à pertinência, à objetividade, à fidelidade e à produtividade, características identificadas como importantes para um resultado analítico íntegro e legítimo.

Foram aplicados dois processos principais que compõem esta fase da análise, o inventário temático com a identificação dos elementos a serem verificados e a classificação em tabelas, implementada para organizar e repartir os temas encontrados nos programas.

Assim, intentamos cobrir as primeiras fases da análise estabelecidas por Bardin, e, ao contrário do que poderia prever a pesquisadora, o tratamento informático da AC permeia todo este processo desde o início até a tabulação dos dados.

Para desenvolvermos as ferramentas para a análise foi preciso definir as categorias de verificação que se fizeram pertinentes ao estudo. Chegamos a quatro grandes categorias: o conteúdo, a natureza do material, o formato apresentado e a esfera a que se refere.

Identificamos a necessidade de primeiro classificar a informação conforme o conteúdo, seguindo a categorização temática apresentada pelo próprio programa Repórter 104. De acordo com Herscovitz (2007), a codificação temática traz à análise em geral resultados positivos. No jornalismo a identificação da informação por temas vem de muito tempo e segundo Tuchman *apud* PEREIRA JUNIOR. (2000), a especialização faz parte de uma tentativa das empresas de colocar ordem no espaço e na produção das notícias, é uma das estratégias utilizadas para cobrir o espaço. E elas o fazem por meio das vinhetas⁴⁴, que “têm uma grande importância para a linguagem radiofônica, uma vez que criam expectativa e uma espécie de marca para as emissoras” (MOURA, 2011, p. 17).

Assim, por meio da identificação das vinhetas, notamos as seguintes classificações listadas em ordem alfabética:

- **Agenda Cultural:** traz informações sobre os filmes em cartaz nos cinemas da cidade, as apresentações musicais e teatrais, entre outros acontecimentos;
- **Agenda do Governador:** identifica informações sobre ações futuras do governador no dia em que o noticiário vai ao ar, por seu caráter imediato é sempre apresentada ao vivo pelos locutores;

⁴⁴ Vinheta na linguagem jornalística radiofônica é uma mensagem simples e de curta duração, geralmente acompanhada de efeito musical, que identifica o que vem a seguir ou o que acabou de ser apresentado.

- **Agronegócio:** agrupa informações sobre a produção do campo, legislações referentes às práticas agropecuárias, eventos, licenciamento de veículos utilizados no campo, entre outros;
- **Banco de sangue:** traz notícias sobre a situação dos bancos de sangue de Campo Grande e também sobre campanhas de doação;
- **Comportamento com Odete Fiorda:** apresenta a participação da psicóloga e especialista em sexo Odete Fiorda que comenta, a cada entrevista, assuntos selecionados pela produção;
- **Comportamento com Luciano Coppini:** traz a participação semanal do psicólogo e palestrante motivacional Luciano Coppini que fala sobre assuntos diversos relacionados à motivação pessoal e ao comportamento social;
- **Cotação agropecuária:** apresenta as cotações diárias, altas e baixas e movimentações agropecuárias;
- **Cultura:** com esta vinheta são divulgadas informações sobre cinema, música, editais governamentais para fomentos, cursos na área cultural, entrevistas sobre programas da TVE relacionados ao assunto, eventos como exposições de arte, desfile de moda e festas;
- **Direitos do consumidor:** sob esta vinheta são veiculadas notícias sobre o mercado consumidor, sobre leis referentes ao assunto, pesquisas de opinião, golpes, apreensões de produtos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre outros;
- **Economia:** identifica matérias sobre exportações, reajustes tributários, inadimplência, benefícios, impostos, declarações, linhas de crédito e financiamento, mercado econômico, pesquisas de intenção de consumo, e decisões governamentais relacionadas à economia;

- **Educação:** traz matérias sobre o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares, programas governamentais e/ou de concessão de bolsas;
- **Entrevista:** veicula entrevistas ao vivo com especialistas em diversas áreas, geralmente ligados a instituições públicas ou privadas da sociedade;
- **Entrevista Musical:** apresenta entrevistas com artistas locais contribuindo para a divulgação de seu trabalho;
- **Esporte:** identifica notícias sobre competições variadas regionais, nacionais e internacionais, além de curiosidades como informações sobre salários de técnicos e árbitros, entre outros;
- **Esporte com a jornalista Eva Regina:** traz comentários e notas da jornalista e apresentadora de um programa da TVE relacionados ao assunto, abordando desde os resultados de competições a também curiosidades;
- **Jornalismo 104 FM:** também é uma vinheta identificadora da emissora e engloba as mais diversas notícias como campanhas, ações de organizações não governamentais, preparação para as eleições, licenciamento de veículos, informações sobre a justiça itinerante, eventos e cursos;
- **Meio Ambiente:** apresenta notícias sobre o meio ambiente e ações e legislações para sua preservação;
- **Mercado Financeiro:** traz informações sobre a variação das bolsas de valores de vários lugares do mundo e as cotações do dólar, euro e outras moedas;
- **Música do Dia:** engloba informações sobre composições e artistas nacionais;
- **Nacional:** traz reportagens produzidas com informações das agências da Câmara e do Senado, entre outras fontes, sobre decisões e investigações governamentais;

- **Política:** identifica informações sobre decisões governamentais, legislações e impostos;
- **Previsão do tempo:** apresenta informações sobre a previsão do tempo, em sua maioria obtidas junto ao Centro de Monitoramento de Tempo, do Clima e de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (CEMTEC);
- **Ronda policial:** traz notícias sobre tragédias, homicídios, apreensões de drogas e fraudes;
- **Saúde:** engloba notícias sobre atendimentos, medicamentos, procedimentos, legislações, epidemias, campanhas de vacinação, pesquisas científicas e sociais;
- **Segurança:** traz participações ao vivo de representantes de delegacias e das polícias civil e militar, e notícias sobre operações policiais;
- **Serviço:** apresenta notícias sobre prazos para declaração de imposto, funcionamento de sistemas governamentais como o do INSS, sobre os horários de funcionamento dos estabelecimentos na copa do mundo e feriados, e sobre leilões realizados pelo governo;
- **Tecnologia:** informa sobre pesquisas científicas e sociais;
- **Trânsito:** identifica notícias sobre mudanças no ordenamento do trânsito de Campo Grande, interdições, orientações dos responsáveis pela fiscalização, acidentes, campanhas de conscientização e acompanhamento do movimento nas rodovias federais, entre outros;
- **Turismo:** informações sobre atrações turísticas, programas governamentais de incentivo à atividade, expectativas e preparações para a copa do mundo e sobre cursos na área;

- **Utilidade pública:** engloba notícias sobre processos seletivos diversos, dentre eles concursos, vestibulares e seleção para estágio, capacitações, cursos, oficinas e palestras, entrevista com especialistas sobre epidemia, informações sobre o transporte público, entre outros;
- **Vagas de emprego:** traz desde notícias relacionadas a concursos a vagas ofertadas no mercado privado e disponibilizadas pela Fundação do Trabalho (FUNTRAB) e Fundação Social do Trabalho (FUNSAT).

É importante ressaltar que apesar de “Jornalismo 104” ser vinheta de identificação da emissora, que poderia ser ignorada nesta análise, pois pode ser emitida a qualquer momento, muitas vezes ela foi utilizada como vinheta de passagem (posicionando-se entre duas notícias muito diversificadas), por isso é aqui considerada como “editoria” de assunto, ainda que contenha dentro de si uma variação grande de unidades de registro.

A seguir passamos a classificar as notícias conforme a origem do material veiculado. Ao anunciar uma informação, o apresentador deixa transparecer se diz respeito a um material gravado, de rede ou que será emitido ao vivo.

A verificação da natureza do material permite inferir se a produção é feita pelos próprios funcionários da “104 FM Rádio MS” ou se há a transmissão de matérias de rede, produzidas e gravadas em outro local. Permite ainda inferir sobre o tratamento dado aos assuntos, uma vez que: as gravações oportunizam um desenvolvimento maior da informação, as transmissões ao vivo costumam ser utilizadas para informações mais factuais e as notícias de rede são fixas, trazem as informações prontas.

As transmissões foram dispostas em ordem alfabética e classificadas da seguinte maneira:

- **Ao vivo:** informações dadas em tempo real, sem gravação prévia. Podem apresentar a presença de um ou mais entrevistados, bem como a participação de ouvintes;
- **De rede:** retransmissão de matéria produzida em outra localidade, anunciada pelo apresentador ao vivo. Usualmente a informação é identificada pelo locutor como “reportagem especial” e o repórter, como “colaborador”, “correspondente”, ou ainda “repórter especial”;

- **Gravação:** produção prévia que é capturada em momento oportuno e transmitida durante o programa, costuma contar com entrevistas e dados mais elaborados.

A terceira categoria analisada é referente ao formato apresentado. Barbosa Filho (2003) identifica dentro do gênero jornalístico do rádio quatorze formatos: nota, notícia, boletim, reportagem, entrevista, comentário, editorial, crônica, radiojornal, documentário jornalístico, mesas-redondas ou debates, programa policial, programa esportivo e divulgação tecnocientífica. Sendo o radiojornal um formato, ele congrega e produz outros formatos em si e é construído por seções ou editorias. “Caracteriza-se pela periodicidade diária, mantendo a regularidade nos horários de início e término de suas transmissões, garantindo, assim, a credibilidade necessária do público no que diz respeito aos conteúdos transmitidos” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 100).

Enquanto opção do repórter em consenso com a produção e mesmo com a chefia, o formato novamente nos permite inferir sobre o tratamento dado à informação, posto que cada categoria tem sua duração média e características de produção peculiares como graus de aprofundamento, entre outros.

As classificações dentro do radiojornalismo conforme o formato foram dispostas em ordem alfabética e feitas da seguinte forma:

- **Comentário:** por meio da presença do comentarista, o formato traz a opinião de um especialista ou estudioso do assunto, com autoria definida e explicitada. Seu tempo de duração não deve chegar a mais de três minutos, porém é usual no cenário brasileiro comentários mais longos;
- **Editorial:** retrata o ponto de vista da instituição e por isso é escrito de maneira impessoal;
- **Entrevista:** está presente direta ou indiretamente na maioria das matérias jornalísticas, pois é uma das principais fontes de informação dos jornalistas. É um diálogo para o qual são necessárias técnicas adequadas de apuração e investigação. Para este trabalho consideraremos dentro do formato as informações apresentadas em forma de perguntas e respostas;

- **Nota:** relato de acontecimentos em andamento, informe sintético de fato atual. Costumam ter em média 40 segundos de duração e a maioria é noticiada ao vivo;
- **Notícia:** módulo básico da informação. Dependendo da quantidade de informações, pode ser apresentada em mais de um bloco e por um ou mais locutores. Barbosa Filho (2003) classifica ainda as notícias em flash – que dão o fato a conhecer com maior rapidez possível – e explicadas – que enfocam o fato e tudo o que é fundamental para o entendimento da informação;
- **Reportagem:** notícia mais elaborada, que engloba ao máximo as variáveis do acontecimento, traz um aprofundamento maior do fato e, comumente, algumas participações dos entrevistados.

Por último chegamos à classificação das esferas às quais as informações estão relacionadas. Verificar tal ocorrência permite mensurar e comparar as diferentes intensidades com que aparecem na programação informações referentes aos governos municipal, estadual ou federal, o que oportuniza observar a valorização de uma esfera em detrimento da outra.

As esferas, dispostas em ordem alfabética, foram assim estabelecidas:

- **Estadual:** informações que mencionem e utilizem fontes das repartições do governo, o governador em si e/ou outros funcionários do governo do estado de Mato Grosso do Sul;
- **Federal:** informações que utilizem fontes e/ou sejam referentes às decisões e repartições do Governo Federal, à presidente do Brasil e/ou outros funcionários do Governo Federal;
- **Municipal:** informações que utilizem fontes e/ou sejam sobre uma ou alguma das repartições da prefeitura, o prefeito e/ou outros funcionários da prefeitura municipal de Campo Grande;

- **Nenhuma:** informações que não mencionam nem possibilitam identificar a qual esfera se referem.

Com tais classificações intentamos cobrir ao máximo as características das informações apresentadas pelo Repórter 104, de maneira a observar como as pautas são trabalhadas e apresentadas à população.

4.3 Análise e resultados do Repórter 104

Todo o material coletado, 30 programas do “Repórter 104” capturados a partir da emissão um aparelho de som Mega Star MP-49, do dia 19 de maio ao dia 27 de junho de 2014, foi gravado com gravador digital Panasonic RR-US300 e registrado em formato MP3. O áudio capturado está disponível no CD anexo a este trabalho, bem como a transcrição dos programas e as tabelas utilizadas para a análise do material, que serviram para a melhor visualização das características individuais de cada unidade de registro.

Em uma exploração prévia foi possível detectar que em média cada programa tem uma hora de duração com 20 a 30 unidades de registro sem contar as chamadas e vinhetas nem os intervalos. Ainda, no período compreendido para a análise, três programas (emitidos nos dias 13/06, 19/06 e 20/06) foram especiais, produzidos e gravados com antecedência apenas com músicas e informações musicais. A justificativa é que foram emitidos nos feriados de 13/06, dia de Santo Antônio, o padroeiro de Campo Grande - MS, e de 19/06 e 20/06, dia de Corpus Christi e consequente ponto facultativo.

Para melhor organizar os dados e disponibilizá-los de maneira mais clara ao leitor dividimos o trabalho em macroanálise e microanálise. A primeira refere-se aos dados gerais por meio dos quais é possível tecer algumas observações sobre o conteúdo selecionado. Fazem parte desta seção a análise das vinhetas veiculadas no programa, a análise semanal e a análise geral das unidades de registro captadas.

A segunda distinção traz a observação mais próxima das unidades sob o formato, a natureza, a esfera e vinheta que tiveram destaque na análise geral, ou seja, as que apresentaram mais conteúdo, e ainda, um olhar especial às informações sobre política, à repetição de matérias e à aparição de termos relacionados à política e ao governo do estado.

4.3.1 Macroanálise

Iniciamos a análise identificando a estrutura do programa noticioso, composto por duas vinhetas de abertura; uma de intervalo e uma de volta do intervalo; três blocos de notícias de aproximadamente 20 minutos cada; dois intervalos de aproximadamente um minuto a um minuto e meio; vinhetas de passagem e uma vinheta de encerramento. As vinhetas de passagem identificam as “editorias” às quais as notícias pertencem e funcionam como uma pré-classificação para organização da mensagem a ser emitida. Logo, ao identificarmos as vinhetas de passagem do Repórter 104 podemos verificar a maneira como a informação é usualmente organizada e pelos produtores classificada.

Foram contabilizadas 32 vinhetas de passagem, dispostas conforme a seguinte quantidade total de inserções nos 30 programas verificados:

Tabela 6 - Vinhetas temáticas do Repórter 104

Vinheta temática	Inserções	% do total
Comportamento com Odete Fiorda	1	0.1
Entrevista Musical	2	0.3
Meio Ambiente	3	0.5
Tecnologia	3	0.5
Agenda Cultural	4	0.6
Turismo	5	1
Banco de Sangue	6	1
Comportamento com Luciano Coppini	6	1
Direitos do consumidor	6	1
Política	7	1.5
Segurança	7	1.5
Serviço	8	1.6
Agenda do Governador	9	1.8
Esporte	9	1.8
Ronda Policial	10	2
Saúde	10	2
Esporte com a jornalista Eva Regina	11	2
Trânsito	13	2.6
Cotação agropecuária	14*	3
Educação	14	3
Mercado Financeiro	14	3
Nacional	17	3.5
Cultura	21**	4.4
Vagas de Emprego	22	4.6
Agronegócio	24*	5
Música do Dia	24	5
Utilidade Pública	26	5.5
Economia	27*	5.6
Previsão do tempo	28*	6
Entrevista	36	7.5

Jornalismo 104 FM	48	10
104 FM	52	11
Total	463	100%

* no dia 23/06 soltaram quatro vinhetas sem querer em sequência: “Previsão do tempo”, “Agronegócio”, “Cotação Agropecuária”, “Economia” e por último novamente a de “Previsão do tempo”, mas aí sim indicando o que viria a seguir corretamente. / ** no dia 03/06 soltaram a vinheta de forma errada antes de outra vinheta corretamente posicionada.

Podemos perceber que a mais emitida é a vinheta de identificação da emissora “104 FM”, utilizada para fechamento de bloco e chamadas, seguida da outra identificadora “Jornalismo 104 FM”. Juntas são responsáveis por 21% das vinhetas emitidas, o que era de se esperar, já que no rádio a dinamicidade e rotatividade dos ouvintes sugere a reiteração da informação e da sintonia a todo instante.

As “Entrevistas” são também parte essencial do programa, pois, além de corriqueiras (respondem por 7,5% das vinhetas), ainda ocupam boa parte do tempo uma vez que são emitidas em sua maioria ao vivo como veremos adiante. A “Previsão do Tempo” é diária e obrigatória, por isso seu grande número de aparições (6%) e as notícias sobre “Economia” são comumente apresentadas no primeiro bloco, após a Previsão do tempo quase que diariamente (5,6%).

Sob o tema “Utilidade pública” são abrigadas notícias diversas sobre assuntos de interesse público como linhas de transporte e epidemias, mas mais preponderantemente sobre processos seletivos, vestibulares, concursos, cursos e capacitações. Inclusive algumas das unidades emitidas sob esta vinheta apareceram igualmente, em dias alternados claro, sob a vinheta de “Vagas de emprego”.

A “Música do dia” também só não apareceu em todos os programas analisados por conta dos especiais, das entrevistas musicais que a substituíam e de uma edição que excedeu o tempo de uma hora em consequência de uma entrevista ao vivo que se prolongou. “Agronegócios” são também notícias quase que diárias, assim como as notícias de concursos e oportunidades de trabalho abrigadas sob a vinheta “Vagas de emprego”.

Na outra ponta da tabela vemos a participação única da psicóloga Odete Fiorda, que, apesar de ter estado no programa outras vezes, no período compreendido foi convidada apenas a falar sobre relacionamento no dia dos namorados. As entrevistas musicais identificadas como tais também foram apenas duas, embora todos os dias o programa tenha emitido a “Música do dia” com algumas informações sobre as composições. “Meio ambiente” e “Tecnologia” foram pouco abordados no período (responsáveis por apenas 0,5% das

vinhetas emitidas) e as “Agendas Culturais”, tradicionalmente apresentadas às sextas-feiras, foram diminuídas por conta dos dois programas especiais exibidos neste dia da semana em duas das semanas analisadas.

Por meio da tabela podemos inferir também que “Turismo”, “Banco de Sangue”, “Direitos do consumidor”, “Política” e “Segurança” são assuntos pouco tratados no programa, e que o quadro do psicólogo Luciano Coppini não foi alterado com os feriados, pois era semanal e apresentado sempre às terças-feiras. De 1% a quase 5% das vinhetas emitidas representam os outros temas que apareceram ao longo do material analisado.

Para continuar o estudo proposto – a verificação da maneira como o Repórter 104 apresenta a informação para a população e se existe algum tipo de influência política envolvida – fez-se necessário separar e identificar em unidades o material coletado. Para isso consideramos unidade de registro uma informação completa, emitida em um dos formatos jornalísticos definidos (comentário, editorial, entrevista, nota, notícia ou reportagem).

A identificação de cada unidade (correspondendo-as a um número) resultou numa extensa lista de 712 unidades analisadas, que foi disposta no CD anexo a este trabalho. Excluímos da análise as escaladas, chamadas das unidades, chamadas de abertura e fechamento de bloco, por entender que pouco ou nada contribuiriam para o objetivo almejado.

Os números de identificação serviram para facilitar a visualização na tabela principal onde foram inseridas as características de cada unidade (arquivo de Excel no CD anexo), e a partir da qual foram montadas tabelas auxiliares (disponíveis no mesmo arquivo), para simplificar a visualização dos destaques da análise.

Apresentamos a seguir apenas os resultados obtidos, e começamos pela informação disposta semana a semana, para verificarmos o desenvolvimento gradual do programa.

Tabela 7 - Repórter 104 dividido em semanas

		Semanas analisadas					
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
Total de matérias por semana - Classificação / Categorias analisadas		120	132	134	126	68	132
Assunto	Agenda Governador	0	1	2	1	2	3
	Agenda Cultural	1	1	1	0	0	1
	Agronegócio	5	7	8	5	4	7
	Banco de Sangue	0	1	0	1	1	3
	Comp. c/ Luciano C.	1	1	1	1	1	1
	Comp. c/ Odete F.	0	0	0	1	0	0
	Cotação Agropec.	3	1	4	0	1	4
	Cultura	7	18	10	19	3	8
	Direitos do Cons.	1	1	1	3	0	2

	Economia	9	7	8	8	6	9
	Educação	2	3	3	4	1	3
	Entrevista	8	6	12	6	4	8
	Entrevista musical	1	1	0	0	0	0
	Esporte	1	1	3	2	0	5
	Esporte c/ jorn. Eva	2	2	2	2	1	2
	Jornalismo 104 FM	15	19	12	17	3	11
	Meio Ambiente	1	0	1	0	0	1
	Mercado financ.	3	1	4	1	1	4
	Música do dia	4	4	5	4	2	5
	Nacional	9	8	7	4	0	12
	Política	1	0	5	5	0	4
	Previsão do tempo	7	5	5	5	3	7
	Ronda Policial	1	3	2	2	0	2
	Saúde	7	14	6	3	5	3
	Segurança	2	1	1	1	1	1
	Serviço	1	1	0	2	2	6
	Tecnologia	0	0	0	0	2	1
	Trânsito	6	2	1	3	5	6
	Turismo	0	3	0	1	2	0
	Utilidade Pública	14	11	18	18	11	11
	Vagas de Emprego	8	9	12	7	7	2
Natureza	Ao vivo	42	48	59	45	24	59
	De rede	0	0	0	0	0	0
	Gravação	78	84	75	81	44	73
Formato	Comentário	0	0	0	0	0	0
	Editorial	0	0	0	0	0	0
	Entrevista	15	11	19	14	8	21
	Nota	28	29	25	26	12	35
	Notícia	67	73	77	77	44	61
	Reportagem	10	19	13	9	4	15
Esfera /fonte	Estadual	56	61	54	52	32	46
	Federal	30	38	28	31	11	32
	Municipal	25	31	23	28	11	26
	Nenhuma	19	15	35	30	18	34

Como podemos observar o total de unidades veiculadas variou com destaque de queda acentuada para a quinta semana na qual dois programas foram especiais para cobrir feriados. Apesar de a quarta semana também apresentar um programa especial ela não ficou atrás das outras em quantidade de unidades de registro, chegando inclusive a superar a primeira semana mantendo um número maior de unidades.

Desta tabela podemos destacar que não foram veiculadas matérias de rede, comentários nem editoriais durante todos os 30 programas analisados. A falta de matérias de rede pode significar por um lado a autonomia da emissora, que não é obrigada a retransmitir notícias produzidas e veiculadas por uma rádio nacional como, por exemplo, a EBC. Por outro lado, devido à constância, quantidade e também às características das unidades encontradas

sob a vinheta Nacional, pode significar que as informações são sim obrigatórias, mas podem ser reutilizadas em uma nova composição noticiosa, que, no caso da 104, traz o mesmo sentido que a original, não é uma suíte⁴⁵, nem uma notícia regionalizada, é simplesmente a mesma informação composta por sinônimos e outras palavras.

Esporte com a Jornalista Eva Regina e comportamento com Luciano Coppini mostram o número constante de participações de cada um no programa. Podemos visualizar também nesta tabela a constância nas informações sob a vinheta de Utilidade Pública, nas fontes/menções à esfera estadual utilizadas e na divisão, ainda que díspare, entre informações gravadas e emitidas ao vivo.

A Agenda do Governador foi inserida em quase todas as semanas e mais de uma vez por semana chegando ao pico na última com três inserções. Já as matérias sobre política variaram consideravelmente, havendo semanas em que não foram registradas unidades e outras em que foram registradas cinco, o que ainda resulta num índice menor do que uma por programa/dia.

As informações sobre educação também são constantes, mas em pouca quantidade, enquanto que unidades sobre cultura e economia são mais frequentes.

Para uma melhor visualização da análise realizada disponibilizamos a seguir uma nova tabela que congrega as informações gerais coletadas durante todo o período selecionado. Ela representa um resumo do quadro anterior.

Tabela 8 - Resumo do material coletado

Resumo			
Classificação	Categorias	Total	%
Assunto	Agenda Governador	9	1.3
	Agenda Cultural	4	0.6
	Agronegócio	36	5.1
	Banco de Sangue	6	0.8
	Comp. c/ Luciano C.	6	0.8
	Comp. c/ Odete F.	1	0.1
	Cotação Agro.	13	1.8
	Cultura	65	9.1
	Direitos do Cons.	8	1.1
	Economia	47	6.6
	Educação	16	2.2
	Entrevista	44	6.2
	Entrevista musical	2	0.3
	Esporte	12	1.7

⁴⁵ No jornalismo o termo “suíte” é referente a uma matéria que dá sequência ou continuidade a uma outra, rememorando os fatos anteriormente divulgados e acrescentando algum desdobramento de fato, novos detalhes ou simplesmente informações sobre o acompanhamento de um personagem.

	Esporte c/ jorn. Eva	11	1.5
	Jornalismo 104 FM	77	11
	Meio Ambiente	3	0.4
	Mercado financ.	14	2
	Música do dia	24	3.4
	Nacional	40	5.6
	Política	15	2.1
	Previsão do tempo	32	4.5
	Ronda Policial	10	1.4
	Saúde	38	5.3
	Segurança	7	1
	Serviço	12	1.7
	Tecnologia	3	0.4
	Trânsito	23	3.2
	Turismo	6	0.8
	Utilidade Pública	83	12
	Vagas de Emprego	45	6.3
Natureza	Ao vivo	277	39
	De rede	0	0
	Gravação	435	61
Formato	Comentário	0	0
	Editorial	0	0
	Entrevista	88	12
	Nota	155	22
	Notícia	399	56
	Reportagem	70	9.8
Esfera /fonte	Estadual	301	42*
	Federal	170	24*
	Municipal	144	20*
	Nenhuma	151	21*

*A porcentagem não soma 100% porque algumas unidades registraram mais de uma fonte/esfera, assim, com esses índices apresentados, quisemos demonstrar quantos % do total (712) mencionaram cada esfera.

Os dados mostram que a maioria considerável das unidades de registro se concentrou sob a vinheta Utilidade Pública (83), que correspondeu a 12% de todo o material divulgado. Isso indica que o programa estava voltado à divulgação de processos seletivos variados e informações de interesse público como o transporte coletivo, por exemplo. Vale lembrar que não foi considerada a duração de cada unidade, por isso, falar que maior parte do programa era composta pelas Utilidades Públicas não é aceitável, uma vez que as entrevistas tomavam mais tempo.

Em seguida vêm as informações sob a vinheta Jornalismo 104 FM (11%), que, como explicado anteriormente, além de identificar a emissora, englobava campanhas, eleições, informações sobre justiça itinerante, entre outras. Em terceiro aparecem as unidades de

Cultura (65) que corresponderam a 9% das emissões indicando talvez a preocupação da emissora em manter-se dentro dos objetivos educacionais.

Uma atenção especial deve ser dada às matérias sobre economia que, sendo a próxima em número de unidades (47), trouxe, em sua maioria, informações da esfera federal e não local como era de se esperar. Vagas de emprego também foram veiculadas em quantidade (45) representando aproximadamente 6% do total, índice próximo das unidades de Entrevistas que, conforme explicado anteriormente, ocuparam a maior parte do tempo do programa por serem, em sua notável maioria (42 de 44) ao vivo.

Em seguida aparecem as informações Nacionais (40), também bastante utilizadas representando 5,6% do total. Vale lembrar que estas unidades são produzidas em sua maioria (36) com informações de agências nacionais institucionais como a da Câmara e a do Senado, e que a quantidade pode representar um acesso mais fácil à informação uma vez que esta está disponível gratuitamente via internet. Um dado importante que pôde ser constatado observando a tabela principal é que 25% das reportagens, ou seja, das notícias mais elaboradas, foram desta editoria, o que pode ser resultado mesmo da facilidade em conseguir as sonoras necessárias.

As unidades sob a vinheta de Saúde (38) são de maioria gravada e vêm seguidas das de Agronegócio (36) cuja quantidade pode ser justificada pela vocação do estado. Uma curiosidade é que as últimas trazem um equilíbrio entre menções às esferas e fontes estaduais e federais (15 cada).

Excluindo a Previsão do tempo (32) e a Música do dia (24) que são diárias, em menor número aparecem unidades sob as vinhetas de Trânsito (23), Educação (16), Política (15), Mercado Financeiro (14) e Cotação agropecuária (13). Serviços e Esporte aparecem em quantidades iguais (12) e, além da participação especial da jornalista Eva Regina que é periódica e correspondeu a 11 unidades, para abaixo de 10 unidades temos informações sob as vinhetas Ronda Policial (10), Agenda do governador (9), Direitos do consumidor (8) e Segurança (7). Os dados sobre a Agenda do Governador indicam que a emissão de tais informações “institucionais” não é diária, nem tem dia da semana específico para ocorrer.

Empatados com seis unidades cada, aparecem Banco de Sangue, Comportamento com Luciano Coppini e Turismo. Tecnologia e Meio Ambiente são os temas menos abordados (com 3 unidades cada) e os quadros com menos inserções foram a Agenda Cultural (4), Entrevista Musical (2) e Comportamento com Odete Fiorda (1).

Quanto à natureza predominam as matérias gravadas que representam dois terços (61%) do total. Isso significa que a maioria das informações recebeu um tratamento prévio antes de serem levadas ao ar, estratégia interessante para que sejam garantidas a produção do material conforme seu potencial, a segurança do roteiro e a organização editorial do programa em si, sem contar a garantia de se evitar surpresas indesejáveis vindas de entrevistados ao vivo. Aqui ocorre ainda outro fato interessante: como são gravadas, as matérias são reaproveitadas em outras edições, às vezes mais de duas vezes, como veremos posteriormente.

No quesito formato a maioria evidente é de Notícias (56%), com a gravação de apenas um locutor relatando as informações em um tempo curto. Em segundo lugar, e com menos da metade da quantidade registrada de notícias, vêm as Notas (16%), que, curtas, não exigem tanta produção prévia quanto as primeiras. As entrevistas são bastante desenvolvidas e representam 12% do veiculado, sendo seguidas pelas reportagens, que aparecem em último, mas ainda assim representam quase 10% de todo o material.

No que se refere às esferas e fontes utilizadas as que menos aparecem são as referentes à Municipal, (144), correspondentes a 16% das veiculações. Em seguida em menor número de aparições vêm as que não citaram Nenhuma das esferas ou que utilizaram apenas fontes não institucionais (151).

Destacamos aqui a diferença expressiva entre o número de matérias que se referem ao Estado, governo e instituições a ele ligadas e as outras. As primeiras contabilizam 301 unidades (42% do total) enquanto que as referentes à esfera Federal, que vêm em segundo em maior número de unidades, são 170 (24%). As unidades relacionadas ao MS são em sua maioria sobre utilidade pública, com informações sobre concursos, campanhas, capacitações e palestras promovidos por órgãos governamentais, sobre serviços prestados pelo governo como a justiça itinerante e entrevistas ao vivo com representantes de entidades estaduais como a Procuradoria e Promotoria do estado, o Procon e a Organização para a Educação Pré-escolar (OMEPE), entre outros.

A diferença pode estar justamente no fato de a emissora ser gerida por uma fundação ligada diretamente ao governo do estado, o que confirma a hipótese de haver influência política no conteúdo emitido.

4.3.2 Microanálise

Para observarmos mais de perto os resultados da análise geral, apresentamos a seguir uma microanálise dos dados levantados das unidades sob a vinheta, a natureza, o formato e a esfera predominantes.

Tabela 9 - Utilidade pública

Utilidade Pública = 83			
Classificação	Categorias	Total	%
Natureza	Ao vivo	19	23
	De rede	0	0
	Gravação	64	77
Formato	Comentário	0	0
	Editorial	0	0
	Entrevista	1	1.2
	Nota	6	7.2
	Notícia	76	92
	Reportagem	0	0
Esfera/fonte	Estadual	53	64*
	Federal	17	20*
	Municipal	4	4.8*
	Nenhuma	14	17*

*A porcentagem não soma 100% porque algumas unidades registraram mais de uma fonte/esfera, assim, com esses índices apresentados, quisemos demonstrar quantos % do total de Utilidade Pública (83) mencionaram cada esfera.

No quadro referente à Utilidade Pública podemos observar que as unidades seguem a tendência verificada na análise geral, ou seja, têm destaque a quantidade de unidades Gravadas 64 (77% do total, contra 23% Ao vivo), a maioria é apresentada em formato de Notícia (92% do total) e 64% (53 unidades) mencionam e/ou utilizam fontes da esfera Estadual. Podemos depreender que são informações trabalhadas previamente, dispostas em um formato nem tão curto nem longo (foi realizada apenas uma entrevista a respeito e nenhuma reportagem) e que priorizam a regionalidade, ainda que o alcance da emissora à época fosse apenas municipal.

Tabela 10 - Gravação

Gravação = 435			
Classificação	Categorias	Total	%
Assunto	Agenda Governador	1	0.2
	Agenda Cultural	0	0
	Agronegócio	27	6.2
	Banco de Sangue	6	1.4
	Comp. c/ Luciano C.	0	0

	Comp. c/ Odete F.	0	0
	Cotação Agro.	0	0
	Cultura	48	11
	Direitos do Cons.	6	1.4
	Economia	38	8.7
	Educação	14	3.2
	Entrevista	2	0.5
	Entrevista musical	0	0
	Esporte	10	2.3
	Esporte c/ jorn. Eva	0	0
	Jornalismo 104 FM	55	13
	Meio Ambiente	3	0.7
	Mercado financ.	1	0.2
	Música do dia	0	0
	Nacional	34	7.8
	Política	7	1.6
	Previsão do tempo	4	0.9
	Ronda Policial	4	0.9
	Saúde	33	7.6
	Segurança	1	0.2
	Serviço	10	2.3
	Tecnologia	3	0.7
	Trânsito	17	3.9
	Turismo	4	0.9
	Utilidade Pública	64	15
	Vagas de Emprego	43	9.9
Formato	Comentário	0	0
	Editorial	0	0
	Entrevista	10	2.3
	Nota	21	4.8
	Notícia	334	77
	Reportagem	70	16
Esfera /fonte	Estadual	172	40*
	Federal	126	29*
	Municipal	72	17*
	Nenhuma	85	20*

*A porcentagem não soma 100% porque algumas unidades registraram mais de uma fonte/esfera, assim, com esses índices apresentados, quisemos demonstrar quantos % do total de Gravações (435) mencionaram cada esfera.

Quanto às gravações podemos observar que a maioria (15%) se confirma de Utilidade Pública (64) seguida das classificadas como Jornalismo 104 FM (55) e como Cultura (48). As Vagas de emprego também são numerosas (43) e representam quase 10% do total de unidades gravadas. As Notícias (334) prevalecem, mas aqui são seguidas de Reportagens (70) e Notas (10) com aparição também de entrevistas (10).

Dentre as Gravadas a diferença entre Estaduais e Federais é maior do que entre as de Utilidade Pública. Enquanto as primeiras representam 40% do total as segundas correspondem a apenas 29%.

Tabela 11 - Notícias

Notícia = 399			
Classificação	Categorias	Total	%
Assunto	Agenda Governador	9	2.3
	Agenda Cultural	4	1
	Agronegócio	24	6
	Banco de Sangue	5	1.3
	Comp. c/ Luciano C.	0	0
	Comp. c/ Odete F.	0	0
	Cotação Agro.	1	0.3
	Cultura	45	11
	Direitos do Cons.	7	1.8
	Economia	34	8.5
	Educação	16	4
	Entrevista	1	0.3
	Entrevista musical	0	0
	Esporte	8	2
	Esporte c/ jorn. Eva	0	0
	Jornalismo 104 FM	51	13
	Meio Ambiente	2	0.5
	Mercado financ.	0	0
	Música do dia	0	0
	Nacional	20	5
	Política	7	1.8
	Previsão do tempo	2	0.5
	Ronda Policial	3	0.8
	Saúde	23	5.8
	Segurança	1	0.3
	Serviço	10	2.5
	Tecnologia	0	0
	Trânsito	13	3.3
	Turismo	3	0.8
	Utilidade Pública	76	19
	Vagas de Emprego	33	8.3
Natureza	Ao vivo	65	16
	De rede	0	0
	Gravação	333	84
Esfera /fonte	Estadual	175	44*
	Federal	111	28*
	Municipal	69	17*
	Nenhuma	67	17*

*A porcentagem não soma 100% porque algumas unidades registraram mais de uma fonte/esfera, assim, com esses índices apresentados, quisemos demonstrar quantos % do total de Notícias (399) mencionaram cada esfera.

Entre os assuntos abordados nas Notícias predominam, em ordem decrescente de aparições: Utilidade Pública (76), Jornalismo 104 FM (51) e Cultura (45). A seguir, ao contrário das gravações, aparecem as Notícias referentes à Economia (34) e depois as Vagas

de Emprego (33). Encontramos aqui duas notícias referentes à Previsão do Tempo, que foram produzidas para além da nota diária, com informações e a participação de especialistas. No outro sentido encontramos apenas uma notícia referente à Segurança e nenhuma referente à Tecnologia.

Os quadros de comportamento com Odete Fiorda e Luciano Coppini, a participação da jornalista Eva Regina, as Entrevistas musicais, a Música do dia e informações do Mercado financeiro não foram encontrados nesta categoria de notícias.

Quanto à natureza a maioria evidente de unidades classificadas como Notícia é Gravada, são 333 (84%) contra apenas 65 (16%) que foram emitidas Ao vivo. Predominam também as referentes à esfera Estadual (175), seguidas pelas referentes à Federal (111). Diferentemente das gravações, a seguir vêm as referentes à esfera Municipal (69) que mantêm quase um equilíbrio com as referentes a Nenhuma esfera (67).

Tabela 12 - Estadual

Estadual = 301			
Classificação	Categorias	Total	%
Assunto	Agenda Governador	9	3
	Agenda Cultural	3	1
	Agronegócio	15	5
	Banco de Sangue	6	2
	Comp. c/ Luciano C.	0	0
	Comp. c/ Odete F.	0	0
	Cotação Agro.	13	4.3
	Cultura	22	7.3
	Direitos do Cons.	1	0.3
	Economia	8	2.7
	Educação	0	0
	Entrevista	34	11
	Entrevista musical	1	0.3
	Esporte	2	0.7
	Esporte c/ jorn. Eva	11	3.7
	Jornalismo 104 FM	43	14
	Meio Ambiente	2	0.7
	Mercado financ.	0	0
	Música do dia	2	0.7
	Nacional	2	0.7
	Política	3	1
	Previsão do tempo	3	1
	Ronda Policial	6	2
	Saúde	8	2.7
	Segurança	6	2
	Serviço	8	2.7
	Tecnologia	0	0
	Trânsito	9	3
	Turismo	0	0

	Utilidade Pública	53	18
	Vagas de Emprego	31	10
Natureza	Ao vivo	129	43
	De rede	0	0
	Gravação	172	57
Formato	Comentário	0	0
	Editorial	0	0
	Entrevista	61	20
	Nota	47	16
	Notícia	175	58
	Reportagem	18	6

Encontramos novamente grande número de Utilidade Pública (53) e Jornalismo 104 FM (43). O que chama a atenção, porém, é a terceira vinheta em número de unidades, a Entrevista, que aqui corresponde a 11% do total e contabiliza 34 unidades. Considerando que tenham sido registradas ao todo 44 unidades sob a vinheta Entrevista podemos dizer que 77% delas foram referentes à esfera governamental. Considerando ainda que são elas as unidades que mais ocupam o tempo do programa, em média de 5 a 7 minutos, podemos afirmar que as informações sobre o estado foram privilegiadas na programação, inclusive com uma notícia sobre um evento específico para servidores do mesmo. Isto pode ter ocorrido sim por conta do acesso facilitado às fontes ou, ainda, por alguma orientação para favorecer a aparição de tais menções, de qualquer maneira, o que se percebe é uma abertura maior às fontes especializadas e institucionais de órgãos do estado.

Quanto à natureza a maioria ainda é gravada (172), mas aqui, por conta mesmo das entrevistas, há também um grande número de unidades emitidas Ao vivo (129).

O formato mais utilizado para emitir informações do estado também foi a Notícia (175) que correspondeu a 58% do total. Em segundo lugar vêm as entrevistas com 20% do total (ou 61 unidades) e em terceiro as Notas com 47 unidades (ou 16% do total). Por fim aparecem as Reportagens com apenas 18 unidades. Esta última informação nos leva a crer que as fontes estaduais são direcionadas para as entrevistas, como uma forma de melhor aproveitar sua disponibilidade ou, ainda, que a ideia seja não sobrecarregar a programação com entrevistas e reportagens da mesma esfera.

Para complementar as constatações feitas até aqui sobre o programa e a possível existência de influência política na produção, entendemos ser interessante também observar mais de perto as unidades sob a vinheta de Política. Estas, em comparação às outras, são evidentemente escassas em número.

Tabela 13 - Política

Política = 15			
Classificação	Categorias	Total	%
Natureza	Ao vivo	8	53
	De rede	0	0
	Gravação	7	47
Formato	Comentário	0	0
	Editorial	0	0
	Entrevista	0	0
	Nota	6	40
	Notícia	7	47
	Reportagem	2	13
Esfera/fonte	Estadual	3	20
	Federal	3	20
	Municipal	7	47
	Nenhuma	2	13

*A porcentagem não soma 100% porque algumas unidades registraram mais de uma fonte/esfera, assim, com esses índices apresentados, quisemos demonstrar quantos % do total de Política (15) mencionaram cada esfera.

Depreende-se dos dados que existe certo equilíbrio na emissão das unidades de Política quando se trata de sua natureza e formato. Isso porque a diferença entre as unidades emitidas Ao vivo (8) e Gravação (7) é de apenas uma unidade, o que corresponde a 3% do total de Política, e a diferença entre as unidades em formato de Notícia (7) e de Nota (6) é igualmente uma unidade, mas, no caso isso representa 7% do total. No período estudado foram veiculadas apenas duas reportagens sobre o assunto podendo significar a falta de interesse em trabalhar mais as informações políticas ou, ainda, alguma orientação para ignorar ou negligenciar o tema.

Uma observação no mínimo interessante é que a maioria das unidades identificadas sob a vinheta Política faz menção ao governo e/ou instituições da esfera Municipal (7). Considerando que a maioria evidente das menções gerais é Estadual, e que ainda existem mais menções Federais e mesmo Municipais nas outras unidades emitidas identificadas sob outras vinhetas, a política pode estar muito mais presente no programa do que nas 15 unidades assim identificadas. Empatadas, as duas outras esferas que mais tiveram menções/fontes foram Estadual e Federal com três unidades cada, o que representa 20% do total e por último aparece apenas duas unidades que são de Política, mas não mencionaram nem utilizaram fontes de nenhuma das esferas.

Conforme falamos anteriormente, observamos que muitas das unidades de registro foram replicadas e mais de uma vez durante o período selecionado. O fato também é

interessante para entendermos como a 104 FM informa a população, por isso o registro das repetições e das características das unidades replicadas está disponível a seguir.

Tabela 14 - Repetições

Identificação	Réplica	Assunto	Natureza	Formato	Esfera/fonte
9, 31, 52	3	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual
10, 53, 84, 130, 151, 178	6	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual
28, 49, 126	3	Economia	Gravação	Nota	Federal
30, 51, 83, 129	4	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Estadual
44, 69, 94	3	Saúde	Gravação	Notícia	Municipal
50, 175, 260	3	Vagas de emprego	Gravação	Nota	Estadual
55, 150, 152, 177, 180, 199, 261	7	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Federal
56, 266	2	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual e federal
57, 262, 318, 454, 568, 590, 612	7	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual e federal
61, 118	2	Educação	Gravação	Notícia	Federal
62, 137, 404	3	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Estadual
63, 138, 407	3	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Estadual
72, 95, 220, 279, 305	5	Cultura	Gravação	Nota	Nenhuma
82, 128	2	Vagas de emprego	Gravação	Nota	Nenhuma
92, 165	2	104 FM	Gravação	Reportagem	Municipal
96, 142	2	Cultura	Ao vivo	Nota	Estadual
132, 154	2	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Estadual e Municipal
141, 163, 192, 214,	4	Saúde	Gravação	Notícia	Municipal
153, 263	2	Utilidade pública	Ao vivo	Nota	Federal
161, 187	2	Turismo	Ao vivo	Nota	Estadual
166, 219	2	Cultura	Ao vivo	Nota	Estadual
176, 198	2	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Municipal
179, 200	2	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Federal
181, 202, 231	3	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Estadual
182, 203	2	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Estadual
191, 376	2	Saúde	Gravação	Reportagem	Estadual
204, 232, 267, 293, 321	5	Educação	Gravação	Notícia	Federal
209, 371	2	Nacional	Gravação	Reportagem	Federal
216, 328, 382	3	Cultura	Gravação	Notícia	Municipal
217, 247, 278, 329, 383, 411, 440	7	Cultura	Gravação	Notícia	Estadual e municipal
221, 248	2	Cultura	Gravação	Notícia	Municipal
229, 288	2	Vagas de emprego	Gravação	Nota	Estadual
246, 277	2	Cultura	Gravação	Reportagem	Municipal
289, 314, 343, 366	4	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Estadual
290, 315, 344, 368, 453, 487, 522, 547	8	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Municipal
302, 437, 558, 619	4	Entrevista	Ao vivo	Entrevista	Estadual
303, 436	2	Entrevista	Ao vivo	Entrevista	Estadual
264, 319	2	Utilidade pública	Ao vivo	Notícia	Estadual
265, 320, 369	3	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual

276, 304	2	Cultura	Gravação	Notícia	Municipal
317, 489	2	Utilidade pública	Ao vivo	Notícia	Estadual e federal
591, 613	2	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual e federal
327, 355	2	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Municipal
330, 384, 474, 507	4	Jornalismo 104 FM	Gravação	Nota	Nenhuma
302, 357, 678	3	Jornalismo 104 FM	Gravação	Entrevista	Estadual
367, 394, 424, 450, 486, 521, 546, 566	8	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Nenhuma
381, 532, 579	3	Cultura	Gravação	Notícia	Estadual
392, 423, 485, 520, 545, 565	6	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Estadual, federal e municipal
397, 467	2	Educação	Gravação	Notícia	Federal
401, 433, 459, 494, 554	5	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Nenhuma
412, 438, 651, 681	4	Cultura	Gravação	Notícia	Nenhuma
422, 449	2	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Federal
426, 519, 544, 564	4	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Estadual
442, 473	2	Cultura	Gravação	Notícia	Municipal
462, 648	2	Direitos do consumidor	Gravação	Notícia	Federal
466, 499	2	Jornalismo 104 FM	Gravação	Notícia	Federal
471, 506	2	Cultura	Gravação	Notícia	Municipal
482, 524	2	Economia	Gravação	Notícia	Nenhuma
483, 518	2	Vagas de emprego	Gravação	Nota	Estadual
488, 569	2	Utilidade pública	Ao vivo	Notícia	Federal
501, 598	2	Serviço	Gravação	Notícia	Estadual
503, 526	2	Banco de sangue	Gravação	Notícia	Estadual e municipal
509, 531	2	Cultura	Gravação	Notícia	Nenhuma
528, 553	2	Saúde	Gravação	Notícia	Nenhuma
543, 563, 588, 610	4	Vagas de emprego	Gravação	Notícia	Estadual
552, 576, 599	3	Tecnologia	Gravação	Reportagem	Nenhuma
561, 583	2	Agronegócio	Gravação	Notícia	Federal
562, 608	2	Economia	Gravação	Notícia	Federal
567, 589, 611	3	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Nenhuma
575, 593, 615	3	Educação	Gravação	Notícia	Federal
577, 644	2	Saúde	Gravação	Notícia	Federal
582, 605	2	Entrevista	Gravação	Entrevista	Nenhuma
594, 616	2	Banco de sangue	Gravação	Notícia	Estadual e municipal
622, 652	2	Esporte	Gravação	Notícia	Municipal
631, 665, 693	3	Utilidade pública	Gravação	Notícia	Federal
672, 699	2	104 FM	Gravação	Notícia	Estadual
650, 680	2	Cultura	Ao vivo	Nota	Municipal

Podemos perceber que ao todo 77 unidades diferentes foram repetidas uma ou mais vezes durante o período analisado, o que resultou num número total de 229 réplicas. Assim, para encontrar a quantidade total de unidades originais e a quantidade total de réplicas nos 30 programas analisados, podemos subtrair a quantidade de réplicas (229) do total de unidades registradas (712) e somar o resultado ao número de unidades repetidas, para que elas sejam contabilizadas ao menos na primeira vez em que apareceram no programa ($712 - 229 = 483 +$

77 = 560), temos então 560 unidades originais e 152 réplicas, ou seja, 21% do material emitido pelo Repórter 104 era repetição.

As mais replicadas (coluna Assunto) foram sobre Utilidade pública (16), Cultura (14), Vagas de emprego (11) e Jornalismo 104 FM (10) e as que menos apareceram foram Turismo, Nacional, Direitos do Consumidor, Serviço, Tecnologia, Agronegócio e Esporte, com uma aparição cada.

No que se refere à quantidade de réplicas (coluna Réplicas) a ordem se modifica levemente, as Utilidades Públicas mantêm a liderança com 58 repetições, Cultura aparece em segundo com 40, Vagas de emprego em terceiro com 39 e Jornalismo 104 FM apresenta 29 repetições. Na faixa intermediária ficam Saúde (13 repetições), Educação (10), Entrevista (8), Economia (7) e Banco de Sangue (4). Na parte de baixo da ordenação ficam ainda Turismo, Nacional, Direitos do consumidor, Serviço, Agronegócio, Esporte e 104 FM cada um com duas repetições cada, mas Tecnologia sobe uma posição tendo três repetições ao longo dos 30 programas verificados.

Dando prosseguimento à análise podemos observar que 67 das 77 unidades foram gravadas, e que 10 foram emitidas ao vivo, configurando a leitura do apresentador que não mudou as palavras para informar sobre o assunto.

Quanto ao formato, o mais replicado sem dúvida foi a Notícia, com 56 aparições na tabela (coluna Formato) que resultaram em 176 unidades de registro totais. Em segundo vêm as Notas que apareceram 12 vezes na tabela e resultaram em 31 repetições em geral. Embora a quantidade de Reportagens replicadas tenha sido maior do que a quantidade de Entrevistas ambas resultaram no mesmo número de réplicas, 11.

No que tange à esfera e fontes utilizadas prevalecem as unidades que se referem somente à Estadual (25) seguidas das referentes somente à Federal (17) e somente à Municipal (13). Muito próximas vêm as que não se referem a Nenhuma esfera (12). Por fim são poucas as que se referem a duas ou mais esferas: Estadual e Municipal (5), Estadual e Federal (4) e Estadual, Federal e Municipal ao mesmo tempo (1).

Da tabela depreendemos que a tendência verificada com os dados gerais se manteve para as repetições do material, ou seja, a maior quantidade ainda diz respeito à Utilidade pública que é gravada, no formato notícia e que se refere a órgão/fonte estadual. E que a quantidade considerável de repetições pode ser decorrente de uma produção limitada (ainda que diária), que pode ter diversos motivos, desde escassez de pessoal a falta de recursos

técnicos e equipamentos, passando por uma orientação institucional, tornando a repetição proposital, para privilegiar e reforçar as informações/instituições destacadas no material.

Para complementar os resultados obtidos até o momento, e em busca de mais informações para saber se existe influência política na produção e no conteúdo emitido, achamos interessante também verificar a repetição de palavras-chave, que estejam relacionadas ao governo do estado e ao governador vigente no período de captura do material.

A busca por palavras-chave é também uma das formas de registro utilizadas na análise do conteúdo, citada por Bardin (1979), Herscovitz (2007) e Junior (2005), e servirá pra complementar o estudo temático até aqui apresentado. Herscovitz (2007, p.133) lembra que “a frequência de certas palavras em um texto deve ser levada em consideração, mas elas podem ser usadas em vários contextos”, por isso, ao contabilizar a aparição de cada palavra realizamos concomitantemente a contextualização da mesma, a começar pela contagem apenas de palavras que aparecessem em diferentes notícias, o que permitiu visualizar a real quantidade de unidades de registro referentes ao governo e/ou governador de MS. A contagem foi feita de maneira geral, levando-se em consideração 27 dos 30 programas capturados (excluímos os especiais musicais, que não traziam informações noticiosas).

Tabela 15 - Repetição de palavras relacionadas ao governo

Palavra	Total	Total em unidades de registro diferentes	Total referentes ao governo de MS e em unidades de registro diferentes
Governar	0	0	0
Mandato	0	0	0
Político	0	0	0
Governamental	1	1	0
Partidário	1	1	0
Partido	4	2	0
Estatal	14	6	0
Política	22**	10	8
PMDB	15	11	0
Poder (substantivo)	21	16	3
Governo do Estado	33	18	18
Cargo	20	20	1
André Puccinelli	32	21	21
Governador	45*	23	21
Cargos	44	28	0
Oficial	47	38	22
Administração	48	41	2
Governo	124	56	28
Estadual	120	60	48
Estado	354	136	73

*Excluindo as vinhetas “Agenda do Governador”/ ** Excluindo as vinhetas “Política”

Podemos visualizar que os resultados referentes ao nome do governador vigente, André Puccinelli, vão além do que as oito inserções esporádicas de agenda já verificadas anteriormente, sendo seu nome repetido 32 vezes em 21 matérias. Este número coincide com o número de vezes em que a palavra Governador aparece em referência a Mato Grosso do Sul. Os dados mostram que em apenas duas matérias onde aparece a palavra Governador a menção não dizia respeito ao de nosso estado e ainda que a palavra foi muito repetida nas matérias em que aparecia, por isso o número total verificado é maior do que os outros dois índices.

A quantidade de vezes em que aparece a palavra Estado se destaca com 354 repetições ao longo dos 30 programas, o que gera um índice de quase 12 menções ao dia. Ao verificarmos o contexto vemos que 73 das 136 matérias com a palavra se referem diretamente ao governo de MS e órgãos a ele ligados. Se considerarmos que verificamos 712 matérias diferentes podemos afirmar que em torno de 10% do total de matérias veiculadas contaram com a palavra Estado relacionada ao nosso governo.

A palavra Governo aparece também em grande número (124), tendo 28 das menções relacionadas a Mato Grosso do Sul, e a combinação Governo do Estado apareceu 33 vezes, o que gera um índice de ao menos uma ao dia. Estadual aparece também muitas vezes, 120, sendo que dessas, 48 se referem a Mato Grosso do Sul.

Apesar de a palavra Administração aparecer bastante, 48 vezes, em apenas três delas a referência era ao MS. Há muitas menções também ao Diário Oficial, com 47 aparições e a palavra Política conta com 22 aparições, sendo 8 referentes ao MS. E tivemos uma surpresa nas constatações referentes à repetição de palavras: 15 aparições da sigla PMDB, sendo nenhuma relacionada ao governador vigente, ou seja, não se pode afirmar que exista proselitismo político-partidário.

Cruzando estes dados com os relacionados às unidades sob a vinheta Política e às unidades com referência à esfera estadual chegamos a mais conclusões no mínimo interessantes: se das 21 aparições do nome do governador André Puccinelli tirarmos oito referentes à Agenda do Governador ficamos com 13, e se considerarmos que das classificadas como política apenas três faziam menção à esfera estadual, então podemos concluir que 10 das unidades de registro onde aparece o nome André Puccinelli não foram classificadas como Política, ou seja, a apresentação das matérias é feita sob uma classificação que merece por si só um estudo à parte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às rádios educativas sempre foi atribuído o papel de fornecer informações que contribuam para o desenvolvimento da população que deve ser protagonista de sua própria cidadania. O caráter social do veículo, acentuado por seu grande alcance, apenas reforça a constatação de que os meios de comunicação são essencialmente públicos, e por isso devem trabalhar para sua independência editorial e para realmente informar, cooperando para a promoção do conhecimento de leis, direitos e deveres, entre outros assuntos.

Criado com ideais educacionais nobres o rádio caminhou por um tempo neste sentido mostrando ser eficiente e democrático, colaborando para o desenvolvimento do país e das populações mais afastadas dos centros culturais. Mas, tão logo identificada sua abrangência e influência, passou de um veículo eminentemente cultural e educativo, a instrumento de educação formal e posteriormente a ferramenta governamental, servindo às vontades e objetivos políticos, e se perdendo em meio a regulamentações tardias, confusas e beneficiadoras do próprio estado.

Hoje além de existirem em número muito menor em relação às outras modalidades no Brasil (são apenas 5%), tendo sido ultrapassadas até mesmo pelas comunitárias, que foram criadas bem mais recentemente, as emissoras educativas funcionam sob circunstâncias jurídicas muito distintas, que englobam inclusive situações em que as mesmas, por serem públicas, são utilizadas como estatais. Sua legislação, fragmentada e complexa, por muito tempo foi permissiva quanto ao acesso dos veículos aos já detentores de poder, por meio da utilização de outorgas para barganha política, e quanto à inexigibilidade de ligação a instituições educacionais. Atualmente a não exigência de licitação para a radiodifusão educativa permanece, mas ao menos foi instituído processo seletivo para as concessões, o que garante minimamente a apresentação de um rol de documentos, dentre eles a comprovação de vinculação com a área educativa.

Para agravar esse quadro de confusão legal e descaracterização, a mais recente legislação referente às educativas exige que as novas emissoras públicas, quando não houver outra na mesma localidade que já o tenha feito, assinem termo declarando que integrarão a rede gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que, por sua vez, contraria ela própria os princípios públicos estabelecidos na lei que a criou, funcionando mais como governamental que como empresa pública.

Como exemplos de educativas pioneiras que em muito contribuíram para o Brasil e que hoje estão em situação diversa da ideal, estão a Rádio MEC do Rio de Janeiro e a Cultura de São Paulo. Ambas foram doadas a órgãos governamentais e ofereceram conteúdos considerados de qualidade chegando a ganhar prêmios nacionais e internacionais e promovendo a participação popular em sua estrutura administrativa. Hoje caminham incertas rumo à situação de descaracterização, tendo uma sido incorporada à EBC e a outra padecido supostamente de crise financeira.

Neste contexto encontramos a radiodifusão educativa de Mato Grosso do Sul que representa também apenas 5% da radiodifusão total do estado. Dentre as educativas em frequência modulada uma já foi outorgada para a EBC, mas ainda não está em funcionamento, outra para a Câmara dos Deputados, duas são universitárias ligadas a fundações de instituições privadas e a outra, a 104 FM Rádio MS, é a única pública em funcionamento, sendo gerida desde sua criação, há mais de 20 anos, por uma fundação ligada diretamente ao governo do estado.

Tal situação rendeu à rádio um histórico de descontinuidade nas políticas comunicacionais e questionamentos constantes sobre sua independência editorial e seu real desempenho enquanto emissora pública educativa. Podemos destacar desta volátil história momentos de mudança acentuada que causaram reação da população para com o conteúdo então veiculado e ainda momentos em que a própria produção local foi cessada, para que se reordenasse a infraestrutura da rádio e se reiniciassem as transmissões.

Logo, o objetivo do trabalho foi verificar como a emissora apresenta a informação noticiosa a seu público por meio do Repórter 104 e se existe, no conteúdo emitido e nos processos produtivos, algum tipo de influência política.

A investigação das condições de produção mostrou que a equipe do radiojornal era composta por cinco jornalistas e dois técnicos e não dispunha de veículos para a produção de matérias “de rua”, ou seja, a produção era toda feita por telefone e com a colaboração de entrevistados que iam até o estúdio. Três jornalistas, dentre eles a coordenadora do setor, trabalhavam na parte da manhã, apresentando o programa, marcando entrevistas e desenvolvendo matérias para o próximo dia. Na parte da tarde, duas outras repórteres produziam notícias mais factuais e preenchiam um espelho que lhes era entregue aberto para composição do programa do dia posterior. Não havia reunião de pauta formal, mas os jornalistas de cada período estavam em constante conversa. O Repórter 104 levou notícias ao ar diariamente durante aproximadamente três anos, até a nova mudança de governo no início

de 2015, quando foi iniciado um novo projeto jornalístico e lançada toda uma nova programação.

Pela análise do conteúdo do radiojornal, podemos afirmar que a emissora trabalha em uma linha mais voltada para o lado governamental do que para o educativo e público propriamente dito, uma vez que ficou evidente uma forte política institucional de favorecimento de fontes ligadas a órgãos estaduais por parte da rádio. Dos 30 programas noticiosos capturados e analisados pudemos observar que o índice de informações gerais ligados à esfera estadual contabilizou 301 unidades informativas das 712 totais registradas, ou seja, 42% de todo o conteúdo veiculado no período. Das 301 unidades, 77% foram entrevistas, que, realizadas em sua maioria ao vivo, ocuparam a maior parte do tempo dos programas analisados (em média de 5 a 7 minutos cada).

Para se ter uma ideia da predominância governamental na programação, vale ressaltar que as entrevistas compunham a espinha dorsal do programa, sendo realizadas mais de uma por dia. Lembrando os princípios da radiodifusão pública da qual a emissora faz parte, podemos confirmar a inobservância do Repórter 104 quanto à necessidade de uma pluralidade representativa de fontes.

Além da Entrevista, entre as vinhetas mais utilizadas pelo radiojornal (frequência que indica os tipos de assuntos mais abordados) encontramos a Utilidade Pública que em número de unidades veiculadas também foi a maior. Uma curiosidade é que esta divisão chegou a compartilhar conteúdo com a de vagas de emprego, ou seja, uma unidade de registro emitida sob uma vinheta num dia foi replicada sob a outra no outro dia, representando uma possível intencionalidade na caracterização do conteúdo emitido.

A aparição constante da vinheta Agronegócio confirma o compromisso do veículo com a regionalidade, já as características referentes à Economia dizem o contrário, visto que as unidades se referiram mais à esfera federal que à estadual ou à municipal. A casual aparição das vinhetas Meio Ambiente e Tecnologia, confirmadas também na pouca quantidade de unidades noticiosas desses assuntos, mostra que o caminho a percorrer para uma informação mais completa e mais voltada à educação ainda existe para a 104.

Apesar da não aparição de material de rede – entendível, pois, a emissora até o momento não faz parte oficialmente de nenhuma rede – a 104 veiculou sim informações nacionais capturadas no centro político do País. Tal ação foi e é possível com a ajuda dos portais oficiais que distribuem gratuitamente seu conteúdo. As informações nacionais ocuparam também um bom tempo do programa por serem trabalhadas no formato reportagem,

mas, ao mesmo tempo, além de as fontes serem todas governamentais, a maioria do material não apresentava uma contrapartida, uma opinião que discordasse do noticiado, por exemplo.

Da observação geral do conteúdo do Repórter 104 pudemos constatar ainda que o programa é voltado à divulgação de oportunidades, principalmente de concursos, cursos, palestras e emprego, e também voltado à Cultura, evidenciando sim a intenção da emissora em atender os preceitos da radiodifusão educativa e pública. Mas, a pouca quantidade de informações justamente de Educação (a categoria não foi a que registrou menor quantidade, mas ficou abaixo da média em comparação às outras) revela a necessidade ainda de se fortalecer o caráter educativo.

A maioria das informações em geral foi Gravada, ou seja, existia um trabalho prévio com a informação bruta antes de ela ser passada à população, mas o índice de repetição das mesmas também foi bastante elevado, 21% (algumas foram replicadas até 8 vezes nos 30 programas analisados). Isso pode caracterizar a falta de infraestrutura adequada para a produção, já sinalizada pela carência de veículo próprio, e/ou, ainda, pode caracterizar a supervalorização das informações ali emitidas que, repetidas mais de uma vez, ganham o espaço de outras pautas que poderiam ser produzidas em seu lugar. De qualquer maneira a repetição reforçou o caráter governamental da emissora, uma vez que a maioria do material replicado (32%) se referia a informações somente da esfera Estadual, enquanto o resto (68%) se dividiu entre informações referentes somente às esferas Federal e Municipal separadamente, referentes a mais de uma esfera ou que não se referiam a nenhuma esfera.

Dando enfoque nas unidades referentes à esfera Estadual, vimos um número reduzido de reportagens, o que nos leva a crer que as fontes estaduais foram direcionadas às entrevistas, talvez para um melhor aproveitamento do acesso às mesmas. No que tange às informações especificadas como Política, apenas duas foram referentes ao estado, o que pode significar a falta de interesse em trabalhar as informações estaduais, o cumprimento à orientação de não tocar muito no assunto, conforme relatado por um entrevistado ou, ainda e novamente, intencionalidade na classificação do conteúdo político, que, conforme verificamos por meio da contagem de palavras, está presente nas outras categorias emitidas.

Quanto à repetição de termos pudemos observar, entre outras constatações, que “Governo do Estado” apareceu 33 vezes, o que gera um índice de ao menos uma menção ao dia; e que “PMDB” apareceu poucas vezes e, surpreendentemente, não foram menções relacionadas ao governo de MS - isto descarta possível proselitismo político-partidário. Já “André Puccinelli” apareceu mais vezes do que o identificado no programa como Política e

Agenda do Governador somados, o que endossa a ideia de a política estar muito mais presente do que o assim identificado pelo Repórter 104. Esta informação revela um caminho interessante para um possível próximo estudo sobre a emissora 104 FM Rádio MS: uma análise com vistas a identificar as diferenças entre as classificações feitas pelo veículo e o real conteúdo emitido.

Enquanto este estudo não é realizado, e focando no estudo presente, pudemos observar ainda outras características da 104 FM Rádio MS que fortalecem a constatação da influência política evidenciada em seu conteúdo jornalístico, como sua estrutura administrativa, que traz cargos comissionados nos mais altos postos de direção da fundação e da rádio, nomeados pelo próprio governador, e uma estrutura organizacional inativa que, apesar de ainda não ser ideal, contribuiria para a promoção da participação popular na rádio se fosse vigente.

No que diz respeito aos cargos de gestão, vale ressaltar que, sendo comissionados, representam espaços onde podem atuar quaisquer pessoas, sejam do quadro da fundação ou não. Estas têm em mãos o poder de decisão sobre os rumos da emissora, ainda que por um tempo determinado, até que um novo governo assuma a direção.

Se considerarmos apenas o perfil dos ocupantes nos últimos 20 anos de história, constatamos que as escolhas para a gestão mostram sim intenções éticas para com o veículo, pois têm privilegiado profissionais formados nas áreas de educação, comunicação e afins, que inclusive foram, em sua maioria, antes ou depois da direção, contemplados com outros cargos da administração governamental. Mas, se considerarmos que a estrutura se mantém com a concentração do poder decisivo nas mãos de poucos, em detrimento da participação popular, como haveria idealmente de ser em uma educativa pública, podemos dizer que a emissora se mantém primordialmente governamental.

A estrutura constante no organograma da Fertel que poderia promover a devida presença e atuação da sociedade na rádio é o conselho de programação, criado em uma das muitas fases pelas quais a emissora passou. A iniciativa funcionou por alguns meses, mas acabou esvaindo-se, talvez por falta de interesse ou desconhecimento da própria população, que até hoje não buscou mais tal representatividade, talvez e mais provavelmente devido ao caráter meramente consultivo da estrutura e não deliberativo.

Assim, considerando o poder decisivo concentrado nas mãos de poucos, a escassa participação social nas decisões referentes à emissora, a estrutura organizacional que permite tamanha vulnerabilidade a consequentes e constantes transformações e a emissão de um conteúdo jornalístico incompleto, oficial e pendente para a vertente governamental, podemos

afirmar que existe influência política na produção/emissão do conteúdo jornalístico da 104, não de maneira partidária, mas de maneira governamental, e que isso traz para a rádio sua descaracterização enquanto educativa pública.

Como informado no início deste trabalho, a situação da 104 FM Rádio MS não é ilegal, afinal, são 17 situações jurídicas diferentes englobadas na radiodifusão pública no País (e mais um emaranhado de leis referentes a isso), mas é indecoroso para o povo brasileiro ter espaços para sua participação, como a emissora, ter direito a um conteúdo de qualidade que promoverá seu conhecimento e cidadania e ver esse mesmo espaço ser usado pelo próprio poder público para autopromoção.

Acreditamos que a recuperação de uma identidade realmente educativa e cultural no que diz respeito à informação da 104 FM Rádio MS, passaria por investimentos primeiro na produção, para que se obtenha o suporte necessário ao dia a dia de uma redação radiojornalística, e depois ao conteúdo, buscando uma liberdade editorial que permita um tratamento da política sem ataques, mas também sem afastamento negligente, porque a informação política é necessária à comunidade. Tal liberdade só seria possível com uma estrutura organizacional completa, sendo então defendida a criação de um conselho efetivamente deliberativo e ativo, como foi o da Cultura de São Paulo, para a representatividade definitiva da sociedade.

Propomos também que a criação efetiva de um conselho deliberativo seja uma política pública estendida a todas as educativas, para que não mais sejam nem se tornem governamentais ou se transformem em outra coisa senão promotoras da cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Camila de M.. et al. **A História da rádio 104,7 FM: de Educativa para Regional**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Comunicação Social – Jornalismo) Universidade para o Desenvolvimento do Estado do Pantanal. Campo Grande, 2005.

ARPUB. **Histórico da Associação das Rádios Públicas do Brasil**. 2004. Disponível em < <http://www.arpub.org.br/index.php/historico> > Acesso em julho de 2014.

ASSUMPÇÃO, Zeneida A. de. **O Rádio Ontem e Hoje: Promotor de Educação e de Cultura**. Registro do 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo Carvalho. [on-line]. Junho de 2003. Disponível em <<http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais.htm>> Acesso em maio de 2014.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. Paulinas, 2003.

BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando. **Quem tem medo da pesquisa empírica?**. São Paulo. INTERCOM, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um Manual Prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BESPALHOK, Flávia L. B. **O espaço do rádio na mídia contemporânea: uma discussão sobre linguagem radiofônica e rádio público, educativo e comercial**. Disponível em < <http://www.arpub.org.br/zip/texto5.pdf> >. Acesso em janeiro de 2015.

BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. In: **XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação**. 2003. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125264023715941274770374088408981912085.pdf> > Acesso em janeiro de 2013.

_____, Marlene. Rádio Educativo: uma escola de vida e de cidadania. In: BARBOSA FILHO, André, PIOVESAN, Angelo Pedro e BENETON, Rosana (orgs). **Rádio: sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 147-176

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. Indicadores de qualidade nas emissoras públicas—uma avaliação contemporânea. **Série Debates CI, Nº10—Janeiro de**, 2012. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf> > Acesso em dezembro de 2013.

_____, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Editora Record, 2008.

_____, _____. **TV pública, estatal ou governamental?** . Estadão online, 2011. Disponível em < <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,tv-brasil-publica-estatal-ou-governamental-imp-,775858> > Acesso em janeiro de 2015.

_____, _____. É possível fazer televisão pública no Brasil?. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 88, p. 05-18, 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext > Acesso em janeiro de 2015.

_____, _____. TV Brasil: pública, estatal ou governamental?. Estadão seção Opinião. Disponível em < <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,tv-brasil-publica-estatal-ou-governamental-imp-,775858>>. Acesso em janeiro de 2015.

CAPRIGLIONE, Laura. **Sindicatos lançam “Salve a TV Cultura”**. Folha de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1408201024.htm>> Acesso em março de 2015.

CAREGNATO, Rita C.A.; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>> acesso em março de 2014.

COMASSETTO, Leandro R. O rádio local na era das redes. **XXVIII Intercom**, 2005. Disponível em <<http://www.carosouvintes.org.br/blog/wp-content/uploads/Leandro-Ramires.pdf> > Acesso em 28 de janeiro de 2014.

COMUNICAÇÃO, Empresa Brasileira. **MEC AM Rio**. Disponível em < <http://radios.ebc.com.br/mecamrio/sobre> > Acesso em janeiro de 2015.

COMUNICAÇÕES, Ministério. **Dados Gerais: número de emissoras no País**. 2014. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/numero-de-emissoras-no-pais> > Acesso em agosto de 2014.

_____, _____. **Dados do setor de radiodifusão**. 2014. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/dados-do-setora> > Acesso em janeiro de 2015.

_____, _____. **Espaço do Radiodifusor**. 2014. Disponível em < <http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor> >. Acesso em setembro de 2014.

CORREA, Hudson. **Auditoria mostra prejuízo da TV Educativa de MS**. Folha Online. 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90659.shtml> >. Acesso em janeiro de 2015.

DADOS, Mídia. Grupo de Mídia São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em < <http://sunflower2.digitalpages.com.br/html/reader/119/38924> > Acesso em agosto de 2014.

DEL BIANCO, Nelia R. (org.). **O Rádio Brasileiro na Era da Convergência**. São Paulo: INTERCOM, 2012. Disponível em < <http://issuu.com/portaldejornalismo/docs/e-book-radio-na-era-da-convergencia-01-09-12> > Acesso em abril de 2014.

_____, _____; MOREIRA, Sônia V. **Desafios do rádio no século XXI**. INTERCOM, 2001.

_____, _____; _____, _____. **Rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. Ed. UERJ, 1999.

_____, _____; ESCH, Carlos Eduardo; MOREIRA, Sonia V. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **EDITORES [EDITORS]**. Disponível em < <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-8.pdf> >. Acesso em janeiro de 2015.

DEMIRDJIAN, Walter. **A Rádio FM UCDB: uma alternativa de desenvolvimento local**. 136 f p. - Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.

DEUS, Sandra de. Rádios Universitárias Públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2003. Disponível em < http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_deus.pdf > Acesso em janeiro de 2015.

DINIZ, Thales V. G.; MACIEL, Suely. **Unesp FM: Análise da Proposta de Programação a Partir da História e da Missão da Emissora**. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vila Velha, 2014. Disponível em < <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0933-1.pdf> >. Acesso em janeiro de 2015.

DONATO, Veruska C.; REZENDE, Oswaldo P. de. **Sintonia do Passado: a história do rádio em Campo Grande contada de boca em boca**. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social – Jornalismo) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1994.

DUARTE, Marcia Y. M. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2008, 380p.

FADUL, Anamaria; REBOUÇAS, Edgard. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. In: **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2005. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52684459906750557397940357827460273097.pdf> > Acesso em abril de 2014.

FERNANDES, M. L. Panorama do rádio em Campo Grande. In: PRATA, Nair (Org.). **Panorama do rádio no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2011, v. 01, p. 131-148

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil**. 1994. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=122&Itemid=99999999 >. Acesso em abril 2014.

FONSECA JUNIOR, Wilson C. da. Análise de conteúdo in BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

HAUSSEN, Doris F. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração in **Rádio: Sintonia do Futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

HEITZMANN, Patricia Z.; BESPALHOK, Flávia L. B. **Rádios educativas**: entraves, desafios e possibilidades para a construção de práticas educativas. 2005. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1337-2.pdf> > Acesso em abril de 2014.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo in LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia da Análise de conteúdo**. Barcelona: Paidós, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. 1937. Disponível em < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf > Acesso em agosto de 2014.

_____, _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** Pesquisa Básica - 2001 a 2013. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf > Acesso em janeiro de 2015.

_____, _____. **PNAD 2013 retrata mercado de trabalho e condições de vida no país**. 2014. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2722&t=pnad-2013-retrata-mercado-trabalho-condicoes-vida-pais&view=noticia> > Acesso em março de 2015.

IRDEB, Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia. **O instituto**. Disponível em < <http://www.irdeb.ba.gov.br/irdeb/o-instituto> >. Acesso em janeiro de 2014.

LOPES, Cristiano A. **Regulação da radiodifusão educativa**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. (Elaborado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados). Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema4/2011_63.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.

MALULY, Luciano. **O Rádio Democrático**. 2008. Disponível em: < <http://fncc.org.br/clipping/o-radio-democratico-237801/> > Acesso em agosto de 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. **RINCON, O. Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, p. 41-79, 2002.

MATTOS, Sérgio. O papel social do rádio: a mão dupla da comunicação. In: CARMONA, Beth, et al. **Rádio e TV como instrumentos da cidadania**. Salvador: IRDEB, 2003.

MANZANO FILHO, Gabriel. Brasil confunde os conceitos de TV pública, estatal e educativa. 2007. **Gazeta digital**, São Paulo. Disponível em <

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/10/materia/137531/t/brasil-confunde-os-conceitos-de-tv-publica-estatal-e-educativa> > Acesso em janeiro de 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **A nova era do rádio**: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em < <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-discurso-radiojornalismo.html> > Acesso em maio de 2014.

_____, Eduardo. Rudolf Arnheim e o potencial expressivo do rádio in MEDITSCH, E. **Teorias do Rádio**: textos e contextos, v. 1, 2005.

_____, Eduardo. **O rádio na era da informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. Editora Insular, 2ª edição, 2007.

MENDELL, Toby. **Serviço público de radiodifusão**: um estudo de direito comparado. Brasília: Unesco, 2011.

MÍDIA, Portal de. **91,5 FM UCDB**. 2014. Disponível em < <http://www.portaldemidia.ufms.br/place/915-fm-ucdb/> >. Acesso em junho de 2014.

_____, _____. **103,7 Uniderp FM**. 2014. Disponível em < <http://www.portaldemidia.ufms.br/place/1037-uniderp-fm/> >. Acesso em junho de 2014.

MOREIRA, Diego A. J. M. O começo do rádio no antigo sul de Mato Grosso: instalação das primeiras empresas e seus objetivos (1930-1970) in **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010. Disponível em < <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/944/579> > Acesso em maio de 2014.

MOREIRA, Sônia V. (org). **Geografias da comunicação**: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: INTERCOM, 2012.

_____. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

_____. **Rádio em Transição – Tecnologias e Leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

_____. *apud* GANDRA, Alana. **Rádio pública ainda é uma abstração no Brasil, analisa pesquisador**. 2007. Disponível em: < <http://fndc.org.br/clipping/radio-publica-ainda-e-uma-abstracao-no-brasil-analisa-pesquisador-208641/> > Acesso em: agosto de 2014.

MOTA, Regina. Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. **Revista Sociologia e Política, Curitiba**, n. 22, p. 77-86, 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100007 > Acesso em janeiro de 2015.

MOURA, Cristiane S. S. **O Rádio como Palco da Campanha Política**: um estudo sobre os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de Lula em 2006. 2010. Dissertação

de mestrado. São Paulo, 2009. Disponível em < http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2009/12/2/1259775732.pdf > Acesso em janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Renata A. M. de. **Comunicação pública e governamental na prefeitura de Guaratinguetá**: um estudo sobre o relacionamento do Serviço Municipal de Comunicação com a Mídia Radiofônica Local. MONOGRAFIA – disponível em: < <http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/view/1530/1075> >. Acesso em janeiro de 2015.

ORTRIWANO, Gisela S. **A informação no rádio**: os grupos de poder ea determinação dos conteúdos. Summus Editorial, 1985.

_____, _____. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. in **Revista USP, São Paulo**, n.56, p. 66-85, dezembro/fevereiro 2002-2003. Disponível em < <http://www.usp.br/revistausp/56/10-gisela.pdf> > Acesso em maio de 2014.

OTA, Daniela C. **Rádio em Boa Sorte uma comunidade negra**. Série etnias, volume 1, Uniderp. 2000, Campo Grande, MS.

_____, _____.; MALULY, Luciano V. B. in **VI Colóquio Bi-Nacional de Ciências da Comunicação Brasil-Estados Unidos**. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). 2014. Foz do Iguaçu, Paraná. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-0214-1.pdf> >. Acesso em fevereiro de 2015.

PEREIRA JUNIOR., Alfredo Eurico Vizeu. **Decidindo o que é notícia**: os bastidores do telejornalismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 41-83. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf> > Acesso em abril de 2014.

PERUZZO, Cicília M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional**, p. 52-78, 2003. Disponível em < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf> > Acesso em maio de 2014.

_____, _____. O rádio educativo e a cibercultur@ nos processos de mobilização comunitária. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 3, 2011. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10390> > Acesso em junho de 2014.

_____, _____. (Org.) **Vozes Cidadãs**: Aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara, 2004.

_____, _____.; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (Orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: Intercom, 2003.

PIMENTEL, Fábio Prado. **Rádio Educativo no Brasil, uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil**. São Paulo, Editora da Boa Prosa, 2012.

RADIODIFUSÃO, Observatório da. **FM Educativa de Mato Grosso do Sul**. Disponível em <
http://www.observatorioradiodifusao.net.br/index.php?option=com_content&view=article&id=401%3Afm-educativa-de-mato-grosso-do-sul&catid=355%3Araios&Itemid=382> Acesso em fevereiro de 2014.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Cinzas de uma fogueira (pelo rádio -1923-1926). in: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (orgs.). **Teorias do Rádio – Textos e Contextos**., Florianópolis: Insular, 2005. 2 v.

SAROLDI, Luiz C.; MOREIRA, Sônia V. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Funarte/Martins Fontes, 1988.

SEGAWA, Francine S. **Programa Educom. rádio: um estudo sobre representações**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em <
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-151153/pt-br.php>> Acesso em maio de 2014.

SIGRIST, Marlei. Ñe'ê ngatu: o comunicador da fronteira Mato Grosso do Sul–Paraguai. **Revista Prosa**, n. 4. Disponível em
 <https://www.univates.br/files/files/univates/editora/arquivos_pdf/revista_signos/ano25_n1_2004/Ne_e_ngatu_-_o_comunicador_da_frenteira.pdf,> Acesso em fevereiro de 2014.

_____. Ñe'ê ngatu, uma comunicação proibida. **Revista Prosa**, n. 5, 2008. Disponível em <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/ee/Nee_ngatu-.pdf>, Acesso em fevereiro de 2014.

SILVA, Cristiane R.; GOBBI, Beatriz C.; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. 2005. Disponível em < <http://ageconsearch.umn.edu/handle/44035> > Acesso em junho de 2014.

SILVEIRA, Rafael et al. **FM UCDB, É Diferente Ouvir**. Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Intercom. 2012. Disponível em <
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/expocom/EX31-0332-1.pdf> > Acesso em maio de 2014.

SCHWEICH, Andara et al. **A história da rádio 104,7 FM: de educativa para regional**. Campo Grande, 2005. Livro-reportagem (graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – Uniderp, 2005.

SOARMEC. Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC. Disponível em
 <<http://www.soarmec.com.br/>>. Acesso em março de 2015.

TELECOMUNICAÇÕES, Agência Nacional de. **Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2014. Disponível em < <http://sistemas.anatel.gov.br/SRD/>>. Acesso em agosto de 2014.

TEMER, Ana Carolina. Revendo elementos clássicos da pesquisa empírica: gênero e análise de conteúdo como bases de pesquisas empíricas em comunicação. *in* BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando. **Quem tem medo da pesquisa empírica?** São Paulo. INTERCOM, 2011. Disponível em < <http://intercom.org.br/livroprograma2011.pdf> > Acesso em março de 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUCULOTO, Valci R. M. **As Perspectivas do rádio na Sociedade da Informação:** reflexões sobre a programação das emissoras públicas. 2004. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R1980-1.pdf> > Acesso em março de 2014.

_____. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em < <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2212?mode=full> > Acesso em março de 2014.

_____. Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio. **Teorias do Rádio**. Florianópolis: Insular, p. 47-60, 2005.

ENTREVISTAS

BORTOLOT, Carlos Eduardo R. Carlos Eduardo Rodrigues Bortolot: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

CALHEIROS, Américo F. Américo Ferreira Calheiros: depoimento [fev.2014]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital. Entrevista concedida.

DIAS, Maciel M. Maciel Muniz Dias: depoimento [dez. 2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

ESPÍNDOLA, Gilson P. Gilson Pereira Espíndola: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

_____. Marcelo R. M. Marcelo Ricardo Miranda Espíndola: depoimento [fev.2014]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2014. Gravação Digital. Entrevista concedida.

LEITE, Lizoel da C. Lizoel da Costa Leite: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

LIMA, Hélio de. Hélio de Lima: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

MARTINS, João B. de C. João Bosco de Castro Martins: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

MENDES, João M. R. João Messias Rodrigues Mendes: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

QUEIROZ, Mariângela Y. Mariângela Yule de Queiroz: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

SALES, Clayton W. N. Clayton Wander Nascimento de Sales: depoimento [mar.2015]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2015. Gravação Digital. Entrevista concedida.

SILVA, Rodrigo M. Rodrigo Maia Silva: depoimento [dez.2013]. Entrevistadora: A. Comineti. Campo Grande, 2013. Gravação Digital. Entrevista concedida.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em março 2014.

_____. Ato Normativo nº 1 de 2007. Dispõe sobre as normas para apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e revoga o Ato Normativo nº 1, de 1999, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/documentos/legislacao.html/Ato%20Normativo> > Acesso em março de 2014.

_____. Resolução nº 3 de 2009. Dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Resolucoes/2009.pdf> > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto, de nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html> > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996. Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2108.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 50.666, de 1961. Cria o conselho de Telecomunicações e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50666-30-maio-1961-390252-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto-Lei 200, de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 88.066, de 1983. Dá nova regulamentação à Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e à renovação das concessões outorgadas para exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D88066.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 1.720, de 1995. Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiofusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1720.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto de nº 2.108, de 1996. Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2108.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Decreto nº 5.396, de 2005. Regulamenta o art. 19 da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5396.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei de nº 8.313, de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei 11.652 de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei n. 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716> > Acesso em março de 2014.

_____. Lei nº 4.117, de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Lei Geral das Telecomunicações. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei nº 9.612, de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm > Acesso em março de 2014.

_____. Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999. Estabelece de critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/legislacao/por-tipo/portarias/portaria-interministerial-n-651-de-15-de-abril-de-1999> > Acesso em março de 2014.

_____. Portaria nº 355 de 12 de julho de 2012. Estabelece o sistema de outorgas de concessão, permissão e autorização para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa. Disponível em < http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25701:portaria-n-355-de-12-de-julho-de-2012&catid=273:portarias > Acesso em fevereiro de 2015.

_____. Portaria nº 950 de 2010. Dispõe sobre a análise de processos que tratam de pedido de outorga para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. Disponível em < <http://www.mc.gov.br/portarias/24670-portaria-n-950-de-14-de-outubro-de-2010> > Acesso em março de 2014.

_____. Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. Disponível em < http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=128&cf_id=24 > Acesso em março de 2014.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Calendário Eleitoral 2014. Disponível em < http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/calendario-eleitoral#NaN_6_2014 > Acesso em junho de 2014.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 12.575, de 26 de junho de 2008. Aprova o estatuto da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso Do Sul - FERTEL, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial de MS, dia 27 de junho de 2008, p. 2. Disponível em <
https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO7241_27_06_2008.pdf> Acesso em março de 2014.

7. APÊNDICE

No CD anexo a este trabalho apresentamos os seguintes documentos dispostos em pastas:

- Entrevistas com gestores:
 - _ Autorizações
 - _ Áudio das entrevistas
 - _ Transcrição das entrevistas

- Repórter 104:
 - _ Áudio dos programas
 - _ Transcrição dos programas

- Análise do conteúdo:
 - _ Identificação das unidades de registro
 - _ Tabela de dados

